

H-075

Universidade do Algarve

Unidade de Ciências Económicas e Empresariais

Mestrado em Ciências Económicas e Empresariais

Universidade Técnica de Lisboa

Instituto Superior de Economia e Gestão

A Taxa de Câmbio e os Preços Turísticos

Modelização da Procura Turística: O Caso Português

Ana Paula C. B. Rodrigues

Setembro 1995



Universidade do Algarve

Unidade de Ciências Económicas e Empresariais

Mestrado em Ciências Económicas e Empresariais

Universidade Técnica de Lisboa

Instituto Superior de Economia e Gestão

A Taxa de Câmbio e os Preços Turísticos

Modelização da Procura Turística: O Caso Português

Ana Paula C. B. Rodrigues

Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Ciências Económicas e
Empresariais sob a orientação do Prof. Doutor João Albino Silva

Setembro 1995

UNIVERSIDADE DO ALGARVE
SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO
22108100 32069/1
338.48
RGD - Tax
1544

25115

ÍNDICE

1 - INTRODUÇÃO GERAL.....	3
2 - ENQUADRAMENTO TEÓRICO DA TAXA DE CÂMBIO NO COMÉRCIO INTERNACIONAL.....	4
2.1 - INTRODUÇÃO.....	4
2.2 - A TAXA DE CÂMBIO: CONCEITOS.....	5
2.2.1 - <i>A taxa de câmbio nominal</i>	5
2.2.2 - <i>A taxa de câmbio real</i>	7
2.3 - O RECENTE INTERESSE DO ESTUDO DA TAXA DE CÂMBIO.....	9
2.4 - A TAXA DE CÂMBIO COMO DETERMINANTE DO COMÉRCIO.....	11
2.4.1 - <i>Relevância Macroeconómica</i>	11
2.4.2 - <i>Relevância Microeconómica</i>	12
2.5 - OS REGIMES DE TAXA DE CÂMBIO.....	15
2.5.1 - <i>Comparação entre os regimes de taxa de câmbio</i>	15
2.5.2 - <i>Argumentos a favor do regime de câmbios flexíveis</i>	16
2.5.3 - <i>Argumentos contra o regime de câmbios flexíveis</i>	17
2.5.4 - <i>Argumentos a favor do regime de câmbios fixos</i>	18
2.5.5 - <i>Argumentos contra o regime de câmbios fixos</i>	19
2.6 - A DESVALORIZAÇÃO - UM CASO PARTICULAR.....	20
2.6.1 - <i>Motivos para uma desvalorização</i>	20
2.6.2 - <i>Efeitos de uma desvalorização</i>	21
2.7 - O MERCADO CAMBIAL.....	23
2.8 - FACTORES QUE DETERMINAM ALTERAÇÕES NA TAXA DE CÂMBIO.....	26
2.9 - A INCERTEZA NA TAXA DE CÂMBIO. FORMAS DE A EVITAR.....	28
2.9.1 - <i>Alguns Modelos Desenvolvidos de Previsão da Taxa de Câmbio</i>	29
2.10 - A TEORIA DA PARIDADE DO PODER DE COMPRA (PPC).....	31
2.10.1 - <i>Pressupostos da teoria da PPC</i>	31
2.10.2 - <i>Versões da teoria da PPC</i>	32
2.10.3 - <i>Aplicabilidade da teoria da PPC na Europa</i>	34
2.10.4 - <i>Limitações da teoria da PPC</i>	35
2.11. CONCLUSÕES.....	37
3 - ENQUADRAMENTO ECONÓMICO DO TURISMO E MODELOS DE PROCURA TURÍSTICA.....	39
3.1 - INTRODUÇÃO.....	39
3.2 - ENQUADRAMENTO ECONÓMICO DO TURISMO.....	41
3.2.1 - <i>O Turismo no contexto mundial</i>	41
3.2.2 - <i>O Turismo em Portugal</i>	42
3.2.3 - <i>Relação entre o desenvolvimento turístico e a Balança de Pagamentos</i>	43
3.2.4 - <i>Relação entre o turismo e a Balança de Pagamentos, em Portugal</i>	45
3.2.5 - <i>Políticas que podem ter incidência sobre o turismo e que visam actuar sobre a Balança de Pagamentos</i>	46
3.2.6 - <i>Políticas de incentivo ao turismo</i>	48
3.3 - RELAÇÃO ENTRE PREÇOS NO PAÍS DE DESTINO E O SECTOR DO TURISMO.....	49
3.3.1 - <i>Articulação entre preços, taxa de câmbio e o sector do turismo</i>	49
3.3.2 - <i>Importância do preço no sector do turismo</i>	53
3.3.2.1 - <i>Importância macroeconómica do preço</i>	53
3.3.2.2 - <i>Importância microeconómica do preço</i>	57

3.4 - MODELOS DA PROCURA	60
3.4.1 - Características da Procura Turística	60
3.4.1.1 - <i>Elasticidades e sensibilidades das variáveis</i>	60
3.4.1.2 - <i>Sazonalidade</i>	63
3.4.2 - Factores que podem alterar a procura turística	64
3.4.3 - Modelos de procura turística já desenvolvidos	65
3.4.3.1 - <i>Modelos gerais</i>	66
3.4.3.2 - <i>Modelos específicos</i>	68
3.4.4 - Variáveis mais relevantes na modelização das funções de procura turística	73
3.4.5 - Restrições dos modelos de procura turística	74
3.5 - CONCLUSÕES	76
4 - MODELIZAÇÃO DE FUNÇÕES PROCURA TURÍSTICA EXTERNA	79
4.1 - INTRODUÇÃO	79
4.2.- NOTAS METODOLÓGICAS	81
4.2.1 - <i>Criação das séries cronológicas</i>	81
4.2.2 - <i>As variáveis</i>	84
4.2.2.1 - <i>A variável dependente</i>	84
4.2.2.2 - <i>As variáveis explicativas</i>	85
4.2.3 - <i>Comportamento esperado das variáveis</i>	109
4.2.4 - <i>Forma funcional dos modelos</i>	110
4.2.5 - <i>Procedimento para a selecção dos melhores modelos</i>	111
4.3 - MODELOS DE PROCURA TURÍSTICA EXTERNA ESTIMADOS - RESULTADOS APURADOS	115
4.3.1 - <i>Resultados apurados para a procura com origem em Espanha</i>	115
4.3.2 - <i>Resultados apurados para a procura com origem na Alemanha</i>	121
4.3.3 - <i>Resultados apurados para a procura com origem em França</i>	125
4.3.4 - <i>Resultados apurados para a procura com origem na Holanda</i>	129
4.3.5 - <i>Resultados apurados para a procura com origem na Itália</i>	133
4.3.6 - <i>Resultados apurados para a procura com origem no Reino Unido</i>	137
4.3.7 - <i>Resultados apurados para a procura com origem nos Estados Unidos da América</i>	141
4.4 - CONCLUSÕES	145
5 - CONCLUSÕES GERAIS	147
BIBLIOGRAFIA:	152
VOLUME DOS ANEXOS:	
ANEXO 1 - QUADROS DE APOIO À MODELIZAÇÃO DA PROCURA TURÍSTICA EXTERNA	10
ANEXO 2 - RESULTADOS DAS FUNÇÕES ESTIMADAS PARA A PROCURA TURÍSTICA COM ORIGEM EM ESPANHA	91
ANEXO 3 - RESULTADOS DAS FUNÇÕES ESTIMADAS PARA A PROCURA TURÍSTICA COM ORIGEM NA ALEMANHA	103
ANEXO 4 - RESULTADOS DAS FUNÇÕES ESTIMADAS PARA A PROCURA TURÍSTICA COM ORIGEM EM FRANÇA	112
ANEXO 5 - RESULTADOS DAS FUNÇÕES ESTIMADAS PARA A PROCURA TURÍSTICA COM ORIGEM NA HOLANDA	125
ANEXO 6 - RESULTADOS DAS FUNÇÕES ESTIMADAS PARA A PROCURA TURÍSTICA COM ORIGEM EM ITÁLIA	134
ANEXO 7 - RESULTADOS DAS FUNÇÕES ESTIMADAS PARA A PROCURA TURÍSTICA COM ORIGEM NO REINO UNIDO	146
ANEXO 8 - RESULTADOS DAS FUNÇÕES ESTIMADAS PARA A PROCURA TURÍSTICA COM ORIGEM NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA	157

1- Introdução Geral

Ao longo de toda a exposição que se segue pretende-se diagnosticar e avaliar de que forma a variável taxa de câmbio condiciona as relações internacionais, e muito em particular o sector do turismo, afectando directa e indirecta o funcionamento macro e microeconómico de todos os países.

Dentro desta perspectiva inicia-se a abordagem ao tema com um enquadramento teórico da taxa de câmbio, analisando-se tanto as formas funcionais de que se pode revestir como a sua relação com os diversos sistemas económicos.

Atendendo a que o sector do turismo representa uma parte importante dentro do comércio internacional, procede-se igualmente ao seu enquadramento nas economias mundiais, destacando-se a sua relevância para a estabilidade das contas externas de Portugal.

Em articulação próxima com a evolução dos fluxos turísticos surge a taxa de câmbio e os preços turísticos, cujos comportamentos podem determinar alterações no número de turistas entrados num dado país.

Assim e, dada a relevância que o turismo apresenta para a economia nacional é importante avaliar de que forma este evolui de acordo com as oscilações quer na taxa de câmbio quer nos preços turísticos praticados.

Neste entendimento, efectua-se um levantamento de alguns estudos desenvolvidos por outros autores sobre este assunto, a fim de inventariar quais as principais variáveis que mais têm contribuído para a variação do número de turistas que procuram outros destinos turísticos.

Com base nessa informação é possível encontrar vários modelos de procura turística externa por Portugal, conforme se considera apenas os preços nacionais ou os preços quer em concorrência quer em complementaridade com o destino vizinho: a Espanha.

2 - Enquadramento Teórico da Taxa de Câmbio no Comércio Internacional

2.1 - Introdução

O principal objectivo da primeira parte deste trabalho é introduzir a questão da importância da taxa de câmbio nos fluxos de comércio internacional e sua articulação com as políticas macroeconómicas. Paralelamente, procurar-se-á diagnosticar, por um lado, o papel desempenhado pela taxa de câmbio no desenvolvimento da actividade das empresas e, por outro, a actuação dos governos segundo o regime de câmbios em vigor.

A exposição inicia-se com a definição do conceito de taxa de câmbio, seguindo-se uma análise do interesse do seu estudo e do seu impacte nas transacções realizadas no âmbito do comércio internacional.

Posteriormente procede-se a uma breve exposição do funcionamento do mercado cambial e sua articulação com algumas das principais variáveis macroeconómicas.

Aborda-se igualmente a relação existente entre a taxa de câmbio e os mercados/empresas, bem como os efeitos que resultam de alterações na sua cotação, segundo os diferentes regimes de câmbios.

Esta abordagem introdutória justifica-se dado que o objectivo central deste trabalho é identificar a importância da taxa de câmbio para o funcionamento do sector do turismo e este tem articulação com os fundamentos que regem a relação entre a cotação das diversas moedas e o comércio internacional.

A Teoria da Paridade do Poder de Compra, dado que irá ser retomada noutra fase deste trabalho, merece uma referência teórica na parte final desta primeira parte.

2.2 - A Taxa de Câmbio: Conceitos

2.2.1 - A taxa de câmbio nominal

Como o assunto central deste trabalho é a taxa de câmbio, há que iniciar a exposição com algumas definições consideradas necessárias.

Há autores como Byé e Bernis (1977) que definem a *taxa de câmbio* como o preço que é estabelecido no mercado cambial, exprimindo esse preço a relação entre duas unidades monetárias de um crédito exigível à vista sobre o estrangeiro.

Para outros autores, como por exemplo Chacholiades (1990), a *taxa de câmbio* é simplesmente o preço de uma moeda expressa em termos de outra divisa.

Esta definição para além de ser sintética é simultaneamente pouco precisa, pois não refere o papel determinante do mercado cambial que, devido à inexistência de uma moeda única internacional, se torna vital para o estabelecimento de contacto entre as diferentes praças financeiras e para fornecer a cotação bilateral entre moedas.

Em ambas as definições, a taxa de câmbio em causa é a *taxa de câmbio nominal bilateral*.

Neste entendimento, a taxa de câmbio surge como instrumento que regula os pagamentos e as transferências entre os residentes dos vários países, constituindo a "ponte" para o cálculo económico dos débitos e dos créditos gerados nas transacções internacionais, embora nem sempre constitua um bom indicador da competitividade de um determinado país.

A taxa de câmbio oficial, conhecida diariamente, é a taxa de câmbio nominal, correspondendo ao equilíbrio de mercado entre procura e oferta de uma dada

divisa, desaparecendo pelo ajuste na sua cotação qualquer diferença existente entre si.

Outra noção de taxa de câmbio, não menos importante, é a de *taxa de câmbio nominal efectiva*, que difere da anterior porque entra em linha de conta, em regime de câmbios fixos, com a sobretaxa aplicada pelos países na compra de divisas. A taxa de câmbio efectiva é, portanto, igual à quantidade de moeda nacional necessária para adquirir uma unidade de uma divisa estrangeira.

A diferença entre a taxa de câmbio oficial e a taxa de câmbio efectiva corresponde à referida sobretaxa aplicada na compra de divisas.

Se o regime de câmbios for flexível, a *taxa de câmbio efectiva* é igual à média ponderada das taxas de câmbio nominais das moedas dos principais interlocutores comerciais de um dado país. Para tal há que calcular a média das variações das diversas divisas, ponderada pelo peso relativo das trocas comerciais entre um país e os demais. De facto, neste entendimento, diz-se tratar-se de uma taxa de câmbio efectiva por atender à estrutura das transacções comerciais efectuadas por cada país.

Ao longo da exposição quando se faz referência à taxa de câmbio nominal entende-se que esta se encontra definida ao incerto, ou seja é igual a:

$$s = \frac{\text{moeda nacional}}{\text{moeda estrangeira}}$$

s = taxa de câmbio nominal definida ao incerto

2.2.2 - A taxa de câmbio real

Outro conceito também bastante importante é o de *taxa de câmbio real efectiva*, uma vez que para o seu cálculo é necessário ajustar a taxa de câmbio nominal efectiva pela diferença das taxas de inflação existente entre um dado país e os seus parceiros comerciais, o que por sua vez, é diferente da taxa de câmbio real.

A taxa de câmbio real é igual a:

$$r = \frac{P}{s \cdot P^*}$$

e a taxa de câmbio real efectiva é igual a:

$$R = \frac{I}{S} \cdot \frac{P}{P^*},$$

onde s é a taxa de câmbio nominal definida ao incerto, S é a taxa de câmbio nominal efectiva, r é a taxa de câmbio real, R é a taxa de câmbio real efectiva, P é o índice de preços nacionais e P^* é o índice de preços no estrangeiro.

Neste contexto, a taxa de câmbio real efectiva pode apreciar-se por duas vias: apreciação da taxa nominal efectiva ou variação positiva da inflação, atendendo a que uma alteração no seu valor é igual à diferença entre o desvio inflacionista registado e a variação da taxa de câmbio nominal.

Assim, pode acontecer que a taxa de câmbio real efectiva se valorize, mesmo que a taxa de câmbio nominal efectiva se tenha depreciado, sendo suficiente para isso que o desvio inflacionista supere a variação da taxa de câmbio nominal.

A competitividade de um país face a outras nações estrangeiras é geralmente avaliada tendo por base a taxa de câmbio real efectiva.

Assim, se a taxa de câmbio real efectiva se apreciar, a moeda nacional torna-se menos competitiva face às divisas estrangeiras, tornando as transacções com origem naquele país menos atractivas.

Este princípio económico válido no âmbito do comércio internacional, é também aplicável às relações comerciais que resultam dos movimentos turísticos de um país de origem para um país de destino.

Como se poderá comprovar na terceira parte deste trabalho, a taxa de câmbio tem um papel importante na determinação da maior ou menor atractividade de um país receptor de fluxos turísticos, ou seja, se a moeda registar uma apreciação tornar-se-á mais cara para quem pretender adquirir aquela divisa, desincentivando a procura por aquele destino, acontecendo o inverso no caso de ocorrer uma depreciação.

2.3 - O recente interesse do estudo da Taxa de Câmbio

O estudo dos fenómenos da taxa de câmbio como uma parte nova da economia internacional é relativamente recente.

Num passado não muito longínquo a taxa de câmbio era fixada pelos Governos tendo por base o padrão-ouro (antes da I Guerra Mundial) ou o dólar americano (depois da II Guerra Mundial).

A relevância do funcionamento do mercado como factor determinante do valor da taxa de câmbio só surgiu nos anos mais próximos, embora o estudo do sistema de câmbios fixos ainda suscite grande interesse. A razão é que, ainda hoje se mantém a discussão sobre qual o regime cambial mais vantajoso para um país: se o sistema de câmbios fixo ou o sistema de câmbios flexível.

Durante a década de 1970, o caminhar para taxas de câmbio cada vez mais flexíveis permitiu o aparecimento de uma diversidade de teorias de determinação da taxa de câmbio.

Por outro lado, esta crescente flexibilidade da cotação da taxa de câmbio introduziu a designada volatilidade cambial nos mercados, o que tem alertado os agentes económicos para a necessidade de conhecer atempadamente os seus movimentos, evitando desse modo perdas avultadas.

De facto, e segundo Adams, Gangnes e Shishido (1993), com a crescente repartição do comércio internacional, a taxa de câmbio tornou-se uma variável macroeconómica central no processo de decisão de política para os Estados e de estratégia para as empresas.

Neste contexto, antecipar as variações previsíveis para a taxa de câmbio é de extrema importância e tornou-se um objectivo para as diversas teorias económicas que têm vindo a ser desenvolvidas naquele sentido.

Da diversidade de modelos que têm sido experimentados tem resultado uma certa confusão sobre a selecção do mais adequado para a determinação da taxa de câmbio tanto para os macroeconomistas como para os dirigentes políticos, uma vez que o modelo ideal, capacitado para prever todas as variações cambiais possíveis ainda não foi concebido.

2.4 - A Taxa de Câmbio como determinante do comércio

2.4.1 - Relevância Macroeconómica

O valor de troca de uma unidade da moeda de um país pela divisa de outros avalia a sua relevância externa e a sua competitividade, uma vez que fornece uma base de comparação entre os preços internos de bens, serviços e factores produtivos e os praticados pelo resto do mundo.

A diferença existente entre preços nacionais e estrangeiros potencia a criação de um défice ou de um superavit na Balança de Pagamentos. O primeiro caso ocorre quando a taxa de câmbio está baixa dado que restringe as exportações e estimula as importações, que entram no país a um preço inferior.

No segundo caso temos o cenário inverso, em que a taxa de câmbio está elevada, incentivando as exportações e condicionando as importações, o que torna os produtos nacionais mais atractivos, facilitando desse modo a sua infiltração nos mercados estrangeiros.

Estas diferenças registadas entre os preços praticados nos diversos países reflectem, naturalmente, os desvios existentes nos preços dos factores e nas combinações em que são utilizados, bem como nas diferentes economias de escala obtidas.

A taxa de câmbio constitui uma das principais variáveis que explicam o volume de bens exportados, à qual se interliga o produto interno bruto (P.I.B.) e a taxa de utilização da capacidade produtiva instalada no país.

Pelo que anteriormente for indicado, pode-se afirmar que a taxa de câmbio é uma variável macroeconómica de grande importância para qualquer país, atendendo a que constitui um dos principais condicionantes do maior ou menor volume de transacções internacionais que efectua.

É neste sentido que se justifica o seu estudo em todas as suas facetas e, muito em particular, a sua relação com uma área específica do comércio internacional como é a que resulta dos intercâmbios provenientes dos fluxos turísticos mundiais.

2.4.2 - Relevância Microeconómica

A taxa de câmbio para além do contributo que presta para o bem-estar macroeconómico de um país, assume igualmente uma posição de relevo na actuação das empresas, principalmente se elas mantêm relações comerciais muito estreitas com o exterior. Nesse caso as empresas terão de praticar uma gestão financeira internacional, de acordo com Medeiros (1992), que concilie as operações de tesouraria e as relações bancárias com a taxa de câmbio.

Para as empresas a principal incerteza do negócio associada ao sistema de taxas de câmbio flexíveis advém da imprevisibilidade das receitas que irão realizar face a uma determinada transacção, assumindo esta destaque acrescido quando as receitas estão expressas numa moeda diferente da dos custos.

No caso concreto das empresas associadas à actividade turística, nomeadamente as de alojamento, que negociam com alguma antecedência os seus serviços, as variações imprevistas da taxa de câmbio podem implicar a sua não sobrevivência num mercado concorrencial, se as mesmas não forem devida e atempadamente acauteladas.

No entanto não é certo que o risco associado à actividade comercial internacional seja desvantajoso para todas as empresas, de acordo com a teoria da empresa, nem que afecte a todas de uma forma homogénea, diferindo consoante sejam exportadoras ou internacionais e conforme o sector de actividade onde se inserem.

Estas diferenças existem porque na economia a volatilidade cambial não se traduz, em cada momento, em volatilidade nos preços dos produtos, como se poderia esperar.

De facto, quem comercializa para o exterior não altera os seus preços diariamente, havendo um período necessário para o seu ajustamento às oscilações da taxa de câmbio, pelo que o seu impacte imediato é atenuado.

No sector do turismo esse ajustamento precisa de um período que vai até os três anos para que os efeitos de alterações na taxa de câmbio sejam traduzidos nos preços a praticar, conforme será explicado de uma forma mais detalhada no ponto 3.3.1.

Contudo esta resposta do mercado internacional de transacção de bens e serviços diluída no tempo aquando de alterações na cotação das moedas não é inteiramente verdadeira, pois há um conjunto de produtos, como sejam os de origem agrícola, cuja velocidade de adaptação a variações na taxa de câmbio é quase automática.

Krugman (1989) aponta um conjunto de razões para que a adaptação dos preços, face a alterações na taxa de câmbio, não ocorra com a rapidez que se poderia esperar.

Desses factores há a destacar o facto de que quando uma empresa pretende expandir a sua penetração no mercado externo utiliza um volume substancial dos seus recursos em adaptações, quer dos seus produtos, quer da sua capacidade produtiva às necessidades de quem potencialmente os comprará, no desenvolvimento do marketing adequado ao mercado internacional e na escolha dos melhores canais de distribuição.

A adaptação exigida às empresas com o constante aparecimento de novas tecnologias, com vista à redução dos seus custos de produção associados à curva de experiência, bem como a irreversibilidade da decisão depois de tomada, é apontada como a principal razão para a lenta adequação dos preços às variações na taxa de câmbio, principalmente se estas são constantes.

Outra das razões para que o fenómeno de ajustamento do preço seja lento é a de que os próprios agentes económicos não são isentos de expectativas, pelo que

incluem no preço a praticar no mercado internacional uma margem de segurança em torno de uma variação possível esperada do preço base. Desta forma, não têm necessidade de adaptar o preço de cada vez que há uma apreciação ou uma depreciação da moeda. As empresas sabem que pequenos ganhos ou perdas são temporários, só havendo motivo para ajustamento do preço quando as alterações na taxa de câmbio são significativas e persistentes.

Uma terceira razão é a de que a própria volatilidade cambial estimula uma atitude por parte das empresas de "esperar para ver a evolução do mercado", tornando-se, por um lado, relutantes em adoptar políticas de ajustamento abrupto nos preços e, por outro, em entrar em novos mercados, abandonando os antigos.

Por último e em reforço deste último argumento há a referir que os custos de produção, nomeadamente os que resultam dos salários, não sofrem alterações sempre que há oscilações na taxa de câmbio, já que o seu valor é negociado numa data pré-definida, mantendo-se durante um determinado período de tempo.

Independentemente do grau de adaptação dos preços para qualquer empresa que actue no exterior, assume lugar de relevo a sua posição de câmbio, ou seja o seu saldo entre créditos e débitos de cada uma das divisas em que transacciona. Considera-se que essa posição de câmbio é fechada se o seu saldo for nulo e aberta em caso contrário.

As empresas do sector do turismo, à semelhança de todas as que mantêm relações comerciais internacionais, adoptam comportamentos idênticos no mercado. Fica deste modo justificada a sua não imediata adaptação a alterações na taxa de câmbio, só havendo necessidade de proceder a reajustamentos se as variações excederem as previsões e tiverem carácter de continuidade.

2.5 - Os regimes de Taxa de Câmbio

2.5.1 - *Comparação entre os regimes de taxa de câmbio*

Uma vez que se pretende inventariar algumas das características principais da taxa de câmbio pela sua relevância como condicionante do comércio internacional e em particular dos fluxos de turismo para um destino entre um leque de possíveis alternativas, justifica-se fazer a distinção entre os sistemas de câmbio que podem ser praticados pelos diversos países.

Podem-se encontrar dois tipos básicos de sistemas de câmbios: o fixo e o flexível.

Neste enquadramento há igualmente que precisar que a utilização dos termos depreciação/apreciação está associada ao regime de câmbios flexíveis, enquanto que os de desvalorização/valorização estão ligados com o sistema de câmbios fixos. Considera-se deste modo que quando se faz referência a uma desvalorização ela decorre de uma decisão do governo, enquanto que uma depreciação resulta da actuação das forças do mercado cambial, conforme explica Lindert (1989).

No sistema de câmbios flexíveis a taxa de câmbio reflecte as variações na procura e oferta de uma moeda, sendo a sua cotação determinada diariamente no mercado.

Neste sistema, a taxa de câmbio ajusta-se automaticamente por forma a que se mantenha o equilíbrio externo, devendo o país para alcançar o equilíbrio interno recorrer ao uso de políticas fiscais e monetárias.

Efectivamente, em câmbios flexíveis, um aumento da massa monetária provoca uma redução na taxa de juro, o que incrementa a despesa e o rendimento nacional, degradando desse modo a Balança Comercial. Este comportamento na economia irá ser corrigido no mercado cambial mediante uma depreciação da moeda nacional, repondo de novo o equilíbrio na Balança Comercial.

O sistema de taxa de câmbio fixa limita as variações que uma dada moeda pode registar na sua cotação, ficando sob a tutela das autoridades monetárias do país emissor a decisão sobre qual o seu valor desejável.

Nestes casos, o país confrontar-se-á com dois problemas essenciais de política económica a solucionar: o controlo do saldo da Balança de Pagamentos e da procura agregada por forma a aproximar a economia do pleno emprego sem despoletar tensões inflacionistas.

Há ainda um sistema intermédio que permite que as taxas de câmbio variem dentro de uma faixa admissível, previamente definida. Este sistema é normalmente designado por bandas de flutuação.

Nada se pode concluir sobre qual o melhor regime a ser adoptado por cada país, mas é geralmente aceite que o sistema de câmbios flexíveis proporciona mais estabilidade numa economia aberta (peso do comércio internacional no PIB) quando tem de enfrentar choques no sector externo. Em contrapartida, o regime de taxas de câmbio fixas é mais adequado se uma economia tiver de enfrentar perturbações associadas a alterações do consumo privado, gastos do Estado ou poupança nacional.

Há, no entanto, um conjunto de argumentos a favor e contra a adopção de um regime de câmbios flexíveis em detrimento de câmbios fixos, alguns dos quais se enunciam de seguida.

2.5.2 - Argumentos a favor do regime de câmbios flexíveis

Os principais argumentos a favor do regime de câmbios flexíveis são:

- A política monetária tem maior eficácia sobre o rendimento num regime de câmbios flexíveis do que num regime de câmbios fixos;

- A política fiscal tem um efeito mais acentuado sobre o rendimento em regime de câmbios flexíveis quando a curva de equilíbrio externo é mais deitada que a curva LM, causando uma depreciação da moeda devido à baixa mobilidade do capital;
- O papel das políticas fiscais e monetárias fica reduzido ao ser eliminada a necessidade de controlo do saldo da Balança Comercial;
- Para alguns economistas, nos quais se insere Corden (1985), o efeito inflacionista é menos acentuado no sistema de câmbios flexíveis, uma vez que a taxa de câmbio está ajustada à "saúde" da Balança de Pagamentos. Em contrapartida, no sistema de câmbios fixos o equilíbrio naquela balança é conseguido mediante o incremento dos preços, quando há um superavit, não se conseguindo realizar o contrário quando há um défice devido à rigidez salarial.

Por outras palavras, com câmbios flexíveis, cada país pode escolher a taxa de câmbio que melhor se lhe adapta, sem com isso afectar a Balança de Pagamentos, ou seja, cada país é independente na sua política monetária.

2.5.3 - Argumentos contra o regime de câmbios flexíveis

Alguns dos argumentos contra o regime de câmbios flexíveis são:

- As perturbações monetárias internas são mais acentuadas no sistema de câmbios flexíveis do que no de câmbios fixos;
- Os câmbios flexíveis são tidos para alguns economistas como mentores de instabilidade devido aos movimentos especulativos que criam;
- A taxa de câmbio flexível origina maiores flutuações nos movimentos de capitais, o que pode provocar a ocorrência de políticas divergentes quanto à taxa de juro a praticar e induzir uma transferência da procura de activos para outros países;

- Não havendo a obrigatoriedade, em câmbios flexíveis, de fixar a taxa de câmbio, o Banco Central fica mais permissivo e pode deixar-se conduzir por uma política inflacionista;
- A imprevisibilidade, no regime de câmbios flexíveis, da evolução da taxa de câmbio, pode desincentivar o investimento estrangeiro e o comércio internacional devido à inconstância dos preços, o que determina um acréscimo na insegurança nas margens de lucro a obter pelas empresas, provindas dessas transacções;
- Possível condução de políticas descoordenadas, já que cada país possui independência para adoptar as suas próprias políticas monetárias;
- Cria a ideia de grande autonomia que é ilusória em termos reais, pois a taxa de câmbio ao flutuar livremente obriga o Banco Central a intervir um maior número de vezes no mercado cambial para evitar que ocorram efeitos perversos para a economia.

2.5.4 - Argumentos a favor do regime de câmbios fixos

À semelhança do regime de câmbios flexíveis, o de câmbios fixos apresenta igualmente um conjunto de vantagens que se passam a enunciar:

- Dado que a taxa de câmbio se encontra fixada previamente conhecem-se à partida os pagamentos e receitas internacionais, o que significa a eliminação do risco do câmbio, promovendo o investimento e o comércio internacional;
- Impõe uma disciplina à Balança de Pagamentos, que só desaparece se houver permissão para a taxa de câmbio se alterar.

Esta melhoria na Balança de Pagamentos ocorre por duas vias: movimentos positivos na Balança de Capitais e Comercial.

A Balança de Capitais é alterada porque a fixação da cotação de uma moeda implica o decréscimo nas reservas cambiais externas, o que reduz a oferta de moeda, elevando desse modo a taxa de juro e atraindo capitais externos.

Havendo controlo sobre a taxa de câmbio o consumo privado é limitado, com a conseqüente redução no volume de importações, nos salários e nos preços, o que se traduz num saldo mais favorável para a Balança Comercial;

- A economia pode exportar alguma da sua inflação através dos produtos que vende para o exterior do seu país;

2.5.5 - Argumentos contra o regime de câmbios fixos

Os argumentos contra o regime de câmbios fixos quase que se identificam com os a favor do regime de câmbios flexíveis. No entanto, há alguns que merecem ser destacados:

- Este regime só deverá ser utilizado se, para além das autoridades monetárias conseguirem controlar a taxa de câmbio, se mantiverem estacionárias as taxas de juro e de inflação;

- Em caso de necessidade, para defender a paridade da taxa de câmbio, o Banco Central continuará a comprar a sua moeda em escala sucessiva até que as suas reservas de divisas caiam para um nível perigosamente baixo;

- As economias tendem a importar a inflação de outros países por via dos produtos adquiridos no exterior.

2.6 - A desvalorização - um caso particular

2.6.1 - Motivos para uma desvalorização

A desvalorização é definida da seguinte forma pelo Fundo Monetário Internacional (1984):

"Trata-se de uma redução do valor oficial da moeda nacional em relação ao ouro e às divisas estrangeiras. Após uma desvalorização é necessário para obter a mesma quantidade de moeda estrangeira, despende mais unidades da moeda que foi depreciada. A desvalorização torna as exportações menos caras, por parte da nação que a pratica, ao passo que as importações são mais onerosas".

Sendo a desvalorização aceite por todos como um fenómeno corrente nas economias modernas, importa enumerar alguns dos seus principais motivos.

Uma das razões fundamentais que determinam a desvalorização de uma moeda é a persistência temporal de um défice orçamental, com recurso constante a financiamento através de empréstimos públicos. Esta actuação introduz desconfiança junto aos detentores de capital sobre o evoluir da dívida pública desse país, o que provoca a saída de capitais e conseqüente depreciação externa.

Neste cenário uma possível desvalorização surge como medida de apoio a uma política de austeridade.

A expansão acentuada da actividade económica de um país implica por vezes crescimento das taxas de inflação, o que significa que este está a perder competitividade face ao estrangeiro, já que os preços internos aumentam mais do que os no exterior.

Este processo se tiver continuidade irá arrastar uma inevitável deterioração da Balança Comercial, o que provocará um desequilíbrio externo, cuja amplitude irá

depender de três factores: da desigualdade da taxa de depreciação interna face ao exterior, da estrutura do comércio externo e do seu peso no rendimento nacional.

O efeito sobre o desequilíbrio externo depende, portanto, da relação existente entre os preços nacionais face aos principais parceiros comerciais, da tipologia de produtos transaccionados e do grau de abertura dessa economia ao exterior.

Uma última razão a referir para que os governos realizem uma desvalorização é o de controlar a taxa de desemprego, estimulando em simultâneo a competitividade das indústrias exportadoras.

2.6.2 - Efeitos de uma desvalorização

Em termos muito genéricos, e prosseguindo as indicações de Chacholiades (1982), pode-se sintetizar da forma seguinte os principais efeitos resultantes de uma desvalorização:

- As exportações de um país que desvaloriza aumentam e em contrapartida as importações registam uma redução, o que provoca uma alteração dos níveis de produção e de consumo interno. Este é, no entanto, o impacte inicial. Em períodos seguintes, este efeito poderá gerar um aumento no rendimento nacional, o que irá contrariar o primeiro resultado registado sobre o saldo da Balança Comercial, designado por efeito reversão, já que haverá um incentivo para que cresçam as importações através da propensão marginal a importar, que será maior quanto superior forem as circunstâncias inflacionistas, que determinam em contrapartida uma reduzida propensão a poupar. Se esta situação se registar será necessário recorrer a uma nova desvalorização para restabelecer o saldo anterior da Balança Comercial.

Este efeito pode, contudo, ser doseado pela adopção de políticas macroeconómicas adequadas, dependendo a amplitude do impacte sobre as exportações e importações das elasticidades da procura e da oferta no comércio internacional.



De facto, uma desvalorização pode ter um dos três efeitos sobre o volume de exportações: provocar a sua redução, manter o actual montante ou provocar a sua elevação, conforme os valores encontrados para a elasticidade da procura estrangeira sejam, respectivamente, menor, igual ou maior do que a unidade.

Neste pressuposto e, de acordo com a condição de Marshall-Lerner, referida por Kindleberger (1974), uma desvalorização só se traduz num benefício para aquela Balança se a soma das elasticidades das exportações com a das importações for superior à unidade.

Há, no entanto, a referir que não é unânime a posição assumida pelas várias correntes de economistas, face aos resultados esperados após uma desvalorização.

De facto, a teoria clássica defende que as economias ao se especializarem nas exportações sentem o efeito preço sobre estas mas não sobre as importações, o que se traduz numa deterioração das relações de troca. Esta suposição tem sido aceite como correcta, especialmente para os países em desenvolvimento;

- Após uma desvalorização os preços externos ficam comparativamente mais baixos, enquanto que os internos aumentam. Este efeito inflacionário no país pode ser igualmente acompanhado por idêntico incremento nos salários nominais, o que implicará a manutenção dos salários reais e a completa ineficácia da opção de recorrer à desvalorização;

- A relação entre procura e oferta de divisas no mercado cambial daquele país observa alterações, podendo tanto incentivar como restringir o volume de transacções.

2.7 - O Mercado Cambial

Previamente há que esclarecer que toda a explicação seguinte sobre o mercado cambial só tem significado em regime de câmbios flexível, onde é o funcionamento do mercado internacional de divisas que determina a cotação diária de cada moeda.

A complexidade das relações económicas internacionais, onde coexistem mais de cem moedas e de países, cada um com o seu próprio sistema bancário, torna necessário um mecanismo para converter os pagamentos de uma moeda noutra. É o mercado cambial que permite o funcionamento desse mecanismo, compreendendo em si mesmo todos os indivíduos e instituições que compram e vendem divisas.

A taxa de câmbio de cada moeda resulta pois das transacções efectuadas no mercado cambial. Dito de outro modo, como a cotação de cada moeda é o seu preço, este reflecte a relação entre a procura e a oferta daquela divisa.

A taxa de câmbio manter-se-á estável se a oferta e a procura se mantiverem invariáveis ou se as duas evoluírem proporcionalmente no mesmo sentido, decrescendo (apreciação) quando a procura é maior que a oferta e ascendendo no caso da oferta ser superior à procura.

As alterações na taxa de câmbio têm sempre impactes significativos nas economias, uma vez que modificam o ponto de equilíbrio no mercado de bens e serviços, traduzindo-se numa mudança no preço a que esses mesmos bens e serviços irão ser comercializados.

Considerando que o processo de ajustamento a um novo equilíbrio é relativamente lento, os países registam modificações graduais nos níveis de produção, consumo, exportação, importação, procura e oferta de divisas estrangeiras e nos termos de troca.

Atendendo a que num grande número de países, nos quais se enquadra Portugal, é o funcionamento do mercado de compra e venda da moeda nacional que determina a sua cotação, embora possam ocorrer intervenções pontuais do Banco Central para corrigir algumas situações consideradas anómalas, justifica-se prestar alguma atenção ao funcionamento do mercado cambial.

De facto, a evolução da taxa de câmbio tem um papel vital para a economia nacional, não só como instrumento que tem efeitos directos sobre o comércio internacional de mercadorias, como sobre as transacções de serviços, nos quais se integra o sector do turismo.

Neste entendimento, a procura e a oferta da moeda de um determinado país deriva da posição da sua Balança de Pagamentos, determinando respectivamente a sua taxa de câmbio.

Se uma economia tem um valor de exportação de bens e serviços e de entrada de capitais, que se traduz por procura da sua moeda, superior ao montante das suas importações e saídas de capitais (oferta da moeda nacional), a procura será maior que a oferta o que determinará uma apreciação da divisa e um superavit na Balança de Pagamentos.

Como em qualquer outro mercado quem procura o produto, no caso divisas, oferece moeda do seu próprio país, o que determina uma apreciação da divisa em que há excesso de procura e uma depreciação da moeda cuja oferta é elevada.

No mercado cambial quando há a venda de divisas a um banco, a taxa é de compra e é designada internacionalmente por *bid rate*, sendo a taxa chamada de *offer rate* quando alguém compra moeda de um banco. A diferença entre a taxa de venda e de compra é o lucro do banco e é conhecida como *spread*.

Os principais intervenientes no mercado cambial são os bancos comerciais, associações que estão envolvidas com o comércio internacional, outras instituições financeiras tais como companhias de seguros e bancos centrais, bem

como particulares, principalmente turistas, ao comprar e vender divisas, embora numa parcela pequena no conjunto das transacções internacionais.

2.8 - Factores que determinam alterações na Taxa de Câmbio

Dado que modificações na taxa de câmbio inesperadas e imprevistas têm implicações na actividade económica em geral, e em particular no turismo, importa apontar alguns dos factores que podem determinar esses movimentos cambiais.

Um dos factores que modifica a taxa de câmbio é, como já foi referido, a alteração na procura e/ou na oferta de uma dada divisa, resultando a sua cotação do equilíbrio encontrado entre as duas forças.

Um segundo factor que afecta a taxa de câmbio é a sua sensibilidade aos movimentos da taxa de juro. De facto, a taxa de câmbio deverá absorver a diferença que possa existir entre as taxas de juro praticadas internamente e no exterior, por forma a salvaguardar movimentos acentuados de capitais de um país para outro.

Um terceiro motivo prende-se com a formação de expectativas por parte dos intervenientes na actividade económica sobre qual irá ser a evolução próxima da taxa de câmbio, antevendo a sua evolução com base em sinais provenientes do funcionamento da economia e que podem advir de factores tais como: a antecipação da futura massa monetária disponível na economia e a actuação das entidades públicas face à propriedade privada e ao mercado cambial.

Saber atempadamente se o volume de massa monetária numa economia se irá manter é fundamental para que as empresas possam avaliar a estabilidade de uma dada moeda, pois qualquer sinal em sentido contrário é sinónimo de que a moeda se irá depreciar, não lhes merecendo, desse modo, confiança para as suas aplicações financeiras.

Por outro lado, a garantia de que os governos não irão proceder a confiscações da riqueza privada é também um sinal de segurança para os agentes económicos em relação a qualquer divisa.

As intervenções de um qualquer governo no mercado cambial, comprando ou vendendo divisas, determina igualmente a evolução previsível da taxa de câmbio da sua moeda. Esta actuação governamental ocorre geralmente aquando de ataques especulativos à moeda nacional, dependendo a estabilização da taxa de câmbio do jogo de forças exercido entre as reservas que um determinado país dispõe e a persistência na manutenção dessa atitude especulativa por parte das entidades económicas nacionais e internacionais.

Segundo Cabral e Mello (1993), uma alteração permanente na taxa de câmbio esperada tem um efeito menor nos volumes de produção e na partilha de mercado das empresas do que uma alteração temporária mas inesperada.

Um quarto motivo para que a taxa de câmbio registe variações é o anúncio do "estado de saúde" da Balança Comercial e em particular do saldo da Balança de Transacções Correntes.

Este comportamento é compreensível se atendermos que um défice da Balança de Transacções Correntes significa que o país gasta mais do que ganha com o comércio internacional, o que se irá traduzir na tendência para que a breve prazo ocorra uma desvalorização da moeda, por forma a compensar esse saldo negativo.

2.9 - A incerteza na Taxa de Câmbio. Formas de a evitar

Pode-se afirmar que a incerteza da taxa de câmbio resulta do desconhecimento antecipado pelos agentes económicos de quais as pressões e choques que sobre ela se farão sentir. A variabilidade da taxa de câmbio e, conseqüentemente, o risco a ela associado é tanto maior quanto mais sujeita a ataques especulativos estiver uma dada moeda.

No mercado cambial actuam dois tipos de agentes económicos: os adversos ao risco (cautelosos) e os amantes do risco (especuladores), cujo objectivo é obter receitas acrescidas pelo facto de exercerem a sua actividade baseada na incerteza.

A imprevisibilidade da evolução da taxa de câmbio tem originado múltiplos modelos de cálculo do seu valor esperado, desenvolvidos quer por economistas, quer pelas empresas, com base na informação do passado disponível.

No caso português com o alargamento das bandas de flutuação da moeda nacional dentro do Sistema Monetário Europeu, o risco sistemático das transacções aumentou, embora ele seja mais acentuado na Espanha, de acordo com o que demonstra Pina (1994).

A incerteza da taxa de câmbio como determinante das operações comerciais estabelecidas com Portugal e Espanha, bem como entre si são importantes no âmbito deste trabalho. De facto, e de acordo com o que se pretende demonstrar, este pode ser um factor explicativo do fluxo turístico registado para os dois países, quer provindos de países terceiros, quer de um para o outro.

2.9.1 - Alguns Modelos Desenvolvidos de Previsão da Taxa de Câmbio

O modelo básico de Frankel, referido por Chinn (1989), é utilizado frequentemente no cálculo da taxa de câmbio, de acordo com a seguinte especificação:

$$s = (m - m^*) - a(y - y^*) + (1/b)(i - i^*) + (c + 1/b)(z - z^*), \text{ onde}$$

a, b, c = parâmetros

s = logaritmo da taxa de câmbio spot

m = logaritmo do stock de moeda

y = logaritmo do rendimento

i e z são a taxa de juro a curto-prazo e de inflação, respectivamente, expressas em percentagem.

O asterisco indica as variáveis do país estrangeiro.

A experiência tem demonstrado que este tipo de previsões acaba por ter um fraco ajustamento aos valores efectivamente registados no mercado cambial, pelo que o indicador comumente seguido pelos agentes económicos é o que resulta do mercado com transacções a termo (taxa de câmbio forward).

Antes de se fazer referência a um modelo alternativo de cálculo da taxa de câmbio há que distinguir entre taxa de câmbio spot, que resulta da transacção imediata da moeda e a taxa de câmbio forward onde duas partes efectuam um acordo sobre o valor a aceitar para a troca de moedas, a ter efeitos num futuro prescrito em contrato assinado entre si.

A taxa de câmbio contratada, segundo Sodersten (1979), é um instrumento muito utilizado pelas empresas que transaccionam regularmente com o exterior por forma a obviar a incerteza na taxa de câmbio e evitar perdas inesperadas nos seus resultados de exploração.

Com base nesta explicação, pode-se obter um novo modelo de previsão da taxa de câmbio entre Portugal e Espanha, à semelhança do modelo desenvolvido por Grauwe e Peeters (1983) para o Canadá e Estados Unidos:

$$\ln(s^e/s) = a_{-1} + a_0 \ln(f_{-1}/s_{-1}) + \sum_{i=2}^n a_i \Delta X_i, \text{ onde}$$

s = taxa de câmbio spot

f = taxa de câmbio forward

s^e = taxa de câmbio spot esperada no período seguinte

X_i = outros determinantes da taxa de câmbio spot esperada

Nesse mesmo modelo, o logaritmo da taxa de câmbio spot é calculado através da seguinte fórmula:

$$\ln s = b_0 + b_1 \ln(f \cdot (1+i^*)/(1+i)) - b_2 (k^*/k), \text{ onde}$$

k^* = stock de activos líquidos de curto-prazo em posse de estrangeiros

$$k^* = k^*_{-1} - B_k / 4$$

B_k = Balança de Capitais de curto-prazo

k = stock de activos líquidos de curto-prazo em posse de nacionais

i = taxa de juro de curto-prazo nacional

i^* = taxa de juro de curto-prazo no estrangeiro.

2.10 - A Teoria da Paridade do Poder de Compra (PPC)

2.10.1 - Pressupostos da teoria da PPC

A análise dos pressupostos da teoria da PPC justifica-se nesta parte do trabalho porque irá ser retomada à frente como uma das potenciais variáveis explicativas na modelização de funções de procura turística externa para Portugal.

Krugman (1991) inventaria as origens da teoria da PPC afirmando que a ideia de base foi concebida por David Ricardo na sua teoria das vantagens comparativas.

Segundo aquele autor, o sueco Gustav Cassel desenvolveu posteriormente aquela teoria dando origem à designada teoria da PPC que pretende explicar estatisticamente a taxa de câmbio de equilíbrio e as suas variações através das alterações dos níveis médios de preços nos diversos países.

As hipóteses de partida desta teoria, segundo Ellsworth (1978), são que o comércio constitui um elo duradouro e universal entre um determinado país e o resto do mundo e que os residentes desse mesmo país desejam a moeda de países terceiros pelo poder de comando que lhes faculta no âmbito das transacções de bens e serviços.

Neste entendimento, o pressuposto de base da teoria da PPC é que a mesma quantidade de dinheiro em dois países deveria possibilitar a aquisição da mesma quantidade de bens, considerados representativos, ou dito por outras palavras, o valor da moeda de qualquer país deverá reflectir o seu poder aquisitivo.

Assim, se a taxa de câmbio nominal estiver desalinhada face à taxa que iguala o poder de compra de duas moedas, as diferenças de preços dos dois países irão atrair o comércio repondo, desse modo, a taxa de câmbio no sentido da paridade de compra.

2.10.2 - Versões da teoria da PPC

De acordo com Chacholiades (1982) existem duas versões da teoria da PPC: a absoluta e a relativa.

A versão absoluta da teoria da PPC declara que a taxa de câmbio de equilíbrio entre duas moedas é igual à relação existente entre os níveis de preços dos países emissores daquelas divisas.

Esta interpretação pode ser considerada verdadeira na ausência de custos de transporte e impedimentos à realização do comércio livre, mas é completamente falsa na presença destes. Esta é uma das limitações da teoria na versão absoluta, uma vez que na economia real aqueles custos estão hoje quase sempre presentes.

Paralelamente todas as práticas que distorcem o funcionamento normal do comércio internacional, tais como os monopólios e oligopólios, podem alterar a relação existente entre os preços, para um dado bem, em dois países diferentes.

Para além disso, a impossibilidade de obter um leque de produtos suficientemente amplo que seja inteiramente representativo dos padrões de consumo comum em dois países determina que a versão absoluta da teoria da PPC não possa ser utilizada de forma adequada. Efectivamente, a taxa de inflação encontrada para cada país reflecte a diferença existente nos padrões de consumo, já que o seu cálculo assenta em cabazes compostos por produtos diferentes.

A versão absoluta da teoria da PPC assume igualmente como premissa que todos os bens podem ser objecto de comércio internacional, o que não corresponde à verdade e, pressupõe ainda, que os mercados financeiros e de bens são perfeitos, o que significa a inexistência de custos administrativos e de fiscalidade, no primeiro caso, e de direitos aduaneiros e de outros regulamentos que delimitem a actividade comercial, no segundo caso.

Nesta versão da teoria da PPC, a taxa de câmbio de equilíbrio é dada pela seguinte relação:

$$s = P/P^*, \text{ onde}$$

P = Preços nacionais

P* = Preços estrangeiros;

fórmula esta que em regra não é válida para a taxa de câmbio de equilíbrio.

A versão relativa da teoria da PPC procura explicar a forma como a inflação afecta uma dada taxa de câmbio inicial de equilíbrio.

Neste caso, a fórmula de cálculo da PPC é dada pela seguinte igualdade:

$$s_t = \frac{P_t / P_0}{P^*_t / P^*_0} s_0$$

onde os índices 0 e t indicam o nível de preços internos e externos, respectivamente no momento inicial e no momento t.

Esta versão tem uma validade superior mas enferma ainda de algumas limitações que resultam das premissas em que assenta e que são a manutenção constante, durante o período de alteração dos preços, dos valores de tecnologia utilizada e dos gostos de consumo, bem como das políticas comerciais e de crescimento da força de trabalho.

2.10.3 - Aplicabilidade da teoria da PPC na Europa

Apesar de todas as limitações já referidas, a teoria da PPC tem uma razoável aderência aos resultados encontrados em países europeus. Para este fenómeno podem-se apontar um conjunto de argumentos.

O primeiro deles é que dentro da Europa, pela proximidade geográfica, os custos de transporte entre países vizinhos são reduzidos.

Por outro lado, as políticas comerciais adoptadas dentro da Comunidade Europeia têm contribuído para uma maior estabilidade nas transacções realizadas dentro da Europa, nomeadamente através da intervenção do Sistema Monetário Europeu que contribui para uma menor volatilidade da taxa de câmbio.

Segundo o desenvolvimento do modelo efectuado por Clements e Frenkel, em 1980, apresentado por Manzur (1993), a teoria da PPC ajusta-se melhor aos diferenciais de preços que resultam de choques monetários do género dos que ocorreram nos anos 20 do que aos que resultam de choques reais como os dos anos 70.

Simultaneamente, aqueles economistas concluíram que a aderência da teoria da PPC aos valores posteriormente registados para a taxa de câmbio é maior quando existe disponível um número de observações significativo, baseando-se em informação de longo prazo, do que quando o número de observações é reduzido, ou seja baseado em informação de curto prazo.

Efectivamente, no curto prazo existem importantes desvios entre o diferencial de inflação e o diferencial de câmbio, sendo a taxa de câmbio essencialmente influenciada pela antecipação da evolução da taxa de juro e dos movimentos de capitais e não pela inflação.

2.10.4 - Limitações da teoria da PPC

As principais limitações do modelo da PPC são as seguintes:

- Baseia-se na evolução da Balança de Transacções Correntes, que é afectada pela variação dos preços dos bens e serviços nos diversos países, mas não tem em linha de conta as operações com os activos financeiros que podem reequilibrar a Balança de Pagamentos dos efeitos negativos das relações puramente comerciais. Isto quer dizer que o poder de compra de uma moeda pode degradar-se sem que o mesmo aconteça com a taxa de câmbio;
- Ignora que uma moeda possa meramente servir como instrumento de transferência, ou seja que a procura e oferta de divisas depende de vários factores, nomeadamente dos movimentos de capitais, do saldo da balança de pagamentos e da variação da circulação monetária, que determinam comportamentos distintos nos agentes económicos quanto à preferência por uma dada moeda;
- Não atende ao facto de a construção do índice de preços no consumidor não se basear no mesmo cabaz de produtos nos diversos países e contemplar bens que não fazem parte das trocas internacionais;
- O período de referência é crucial para a obtenção de resultados fiáveis, uma vez que se pode sempre discutir se a taxa de câmbio de partida corresponde à taxa de câmbio de equilíbrio.
- Conforme refere Sachs e Larrain (1993), a teoria da PPC assenta ainda em algumas condições irrealistas, como sejam a ausência de barreiras naturais ao comércio internacional, de que são exemplo os custos de transporte, a inexistência de entraves artificiais, tais como tarifas alfandegárias ou imposições legislativas de configuração dos produtos, para além de pressupor que todos os bens e serviços são passíveis de ser comercializados internacionalmente.

Apesar de todas estas limitações, a teoria da PPC continua a ser um instrumento de extrema validade, principalmente na análise de fenómenos macroeconómicos para os quais existe um número grande de observações.

No estudo a desenvolver na terceira parte deste trabalho, ir-se-á recorrer a esta teoria como uma das possíveis variáveis explicativas da procura turística externa pelo território português e, para tal, ir-se-á utilizar um número significativo de observações, considerando-se, deste modo, uma perspectiva de longo prazo.

2.11. Conclusões

Na primeira parte deste trabalho procurou-se dar uma perspectiva global, embora sintética, dos principais aspectos de que se pode revestir a taxa de câmbio.

O objectivo central foi procurar sistematizar alguns conceitos e inventariar os fenómenos mais significativos para a economia, em geral e, para as empresas, em particular, associados à taxa de câmbio. Esta abordagem pretende permitir o entrosamento destas questões, na segunda parte deste trabalho, com um sector de grande relevância na economia nacional, cujo crescimento está fortemente relacionado com a evolução das diversas divisas no mercado cambial: o turismo.

Ao longo da exposição foi referido que o estudo da taxa de câmbio é relativamente recente, embora assuma cada vez mais uma importância superior dada a crescente volatilidade cambial dos mercados monetários e financeiros, que determina a evolução da actividade económica dos diversos países.

Dado que a taxa de câmbio influencia o volume das transacções internacionais, condicionando a “saúde” da Balança de Pagamentos de uma economia, esta variável é de extrema importância para os diversos governos.

Também para as empresas que mantêm relações comerciais com o exterior, a taxa de câmbio tem um papel vital na sua sobrevivência e manutenção no mercado em concorrência.

O mercado cambial por ser o local onde se efectua a compra e venda das diversas divisas, determinando a cotação de cada moeda em função da procura e oferta que regista, mereceu uma atenção especial ao longo deste capítulo.

Foram igualmente abordados alguns factores que afectam a taxa de câmbio e seus efeitos, constatando-se que a incerteza na cotação de uma moeda nem sempre é negativa para a actividade económica uma vez que os agentes económicos criam expectativas e acautelam-se quanto à sua evolução. Para além disso, só no caso

das variações cambiais serem acentuadas e duradouras no tempo podem determinar alterações significativas nos resultados esperados pelas empresas, sendo os preços praticados por aquelas apenas ajustados em alguns casos, havendo quase sempre um hiato entre o momento em que ocorre a modificação da taxa de câmbio e a alteração nos preços.

Por último procedeu-se a uma abordagem da teoria da PPC, uma vez que será retomada posteriormente neste trabalho, referindo-se os seus principais pressupostos, versões existentes e algumas limitações que lhe são apontadas.

Dentro destas importa destacar que a teoria admite que todos os bens são comercializáveis internacionalmente o que parece ser um pouco irrealista e considera na constituição do indicador que todos os países têm um cabaz de consumo igual, o que significaria que os índices de preços no consumidor eram encontrados sempre com base nos mesmos produtos, o que se sabe não ser verdadeiro.

Nas partes subsequentes deste trabalho, a variável taxa de câmbio será tratada como um dos factores explicativos dos fluxos turísticos para Portugal, considerando-se que aqueles fluxos constituem uma das facetas particulares do comércio internacional.

3 - Enquadramento Económico do Turismo e Modelos de Procura Turística

3.1 - Introdução

O Turismo é uma das maiores indústrias mundiais, assumindo para grande número de economias uma importância primordial. Trata-se, de facto, de um dos sectores que mais rapidamente tem crescido nas duas últimas décadas, perspectivando-se uma evolução favorável para o futuro, embora a um ritmo inferior. O sector do turismo em Portugal tem-se inserido neste contexto internacional como seguidamente se demonstrará.

Apesar da relevância que apresenta para as mais diversas economias mundiais, a actividade turística regista frequentemente modificações, quer provenientes do comportamento da procura turística, quer pelas próprias alterações económicas dos países de origem e de destino.

É devido ao carácter instável do produto turístico que se torna importante identificar as principais variáveis que determinam alterações na procura turística para um dado destino, para que os intervenientes no sector possam antever a evolução do mercado face a oscilações que se possam observar nessas variáveis.

De entre as possíveis variáveis, a taxa de câmbio assumirá, neste estudo, lugar de destaque, pretendendo-se concluir qual a sua influência para a evolução da procura turística externa por Portugal.

Há inclusive autores (como por exemplo Bull - 1991) que consideram que o principal factor para que ocorram diferenças no preço turístico é a variação da taxa de câmbio. De facto, é devida à sua importância, no contexto do turismo internacional, que se justifica neste estudo a análise das relações preço/taxa de câmbio.

A questão que se coloca é de tentar saber até que ponto será essa variável significativa e de que forma afecta os fluxos de turistas que programam as suas viagens para um dado local.

Ao longo desta parte do estudo ir-se-á procurar encontrar a relevância daquela variável, já identificada em outros trabalhos, bem como de outras, na função de procura turística, compilando-se, deste modo, um conjunto de modelos econométricos desenvolvidos para Portugal e para outros países receptores de fluxos turísticos. Pretende-se desta forma abrir caminho para, na terceira parte do estudo, proceder-se à estimação de funções de procura por parte dos principais países emissores e efectuar-se a identificação do modo como variações nos parâmetros das variáveis explicativas determinam a opção turística por Portugal.

Neste estudo procurar-se-á estimar um conjunto de funções de procura turística para Portugal, visto quer como destino “per si”, quer visto numa perspectiva de oferta de serviços considerados substitutos ou complementares dos prestados pela Espanha, procurando-se em cada expressão identificar a relevância da variável taxa de câmbio como condicionante daquela procura.

Para a sua estimação teve-se em atenção estudos já efectuados para aqueles e outros países, cujos principais resultados são expostos ao longo deste capítulo.

3.2 - Enquadramento Económico do Turismo

3.2.1 - O Turismo no contexto mundial

O sector do turismo é efectivamente de primordial importância para qualquer país receptor de fluxos turísticos dado que estes geram a entrada de divisas e constituem uma fonte de criação de emprego inquestionável.

Nesta perspectiva, o turismo permite equilibrar a Balança de Pagamentos daqueles países, ao mesmo tempo que possibilita a diversificação da sua estrutura económica e a redução de algumas disparidades regionais de desenvolvimento existentes.

Para que estes objectivos sejam alcançados é imperativo que as intervenções estatal e privada sejam consentâneas e que as decisões de investimento sejam as mais adequadas. As decisões em causa dizem respeito às necessárias infraestruturas a implementar, bem como à criação de estruturas de alojamento, transporte, diversão, promoção, de entre outras que terão de ir ao encontro do que os turistas procuram.

Para além dos investimentos necessários, os agentes económicos devem ter presente que o sector do turismo é bastante vulnerável a diversos factores, tanto de ordem interna dos países receptores, como de cariz externo. O sector é afectado frequentemente por alterações de preços que se registam no mercado, quer resultantes de modificações nos custos dos factores produtivos, quer resultantes de variações que possam ocorrer na cotação da taxa de câmbio.

A taxa de câmbio, à semelhança das relações comerciais internacionais, está sempre presente no fenómeno turístico, podendo-se considerar que o seu estudo no contexto do sector turístico mais não é que o aprofundar do conhecimento da sua importância para as trocas de bens e serviços entre países.

De facto, e reforçando esta ideia, Witt e Martin (1987) referem que as receitas turísticas internacionais correspondem a cerca de 6% das exportações mundiais, pelo

que se pode entender o sector do turismo como uma das áreas que compõem um leque mais vasto de relações comerciais que são estabelecidas entre as diversas economias.

3.2.2 - O Turismo em Portugal

Uma vez que se pretende identificar numa fase posterior deste trabalho as variáveis que mais condicionam a procura externa pelo destino Portugal é de toda a relevância fazer o enquadramento da actividade turística na economia portuguesa, para que se entenda o interesse do estudo destas questões.

De facto, este é compreendido se considerarmos que os ramos de Hotelaria e Restauração representam cerca de 4% do P.I.B. nacional, medidos em termos de valor acrescentado, e que atendendo ao carácter multisectorial da actividade turística aquele rácio representa um valor próximo dos 8%, ultrapassando sectores muito importantes como sejam o financeiro, o têxtil, a construção civil e a agricultura.

Para além disso, e conforme refere o Plano Regional de Turismo do Algarve, Portugal é o país da União Europeia onde o peso das receitas turísticas sobre o P.I.B. é superior, representando 6,9%, em 1990, contra os 3,8% da Espanha, 3,9% da Grécia e 1,8% da Itália.

O crescimento do sector turístico ao longo da última década tem-lhe conferido um papel estratégico para o desenvolvimento da economia nacional. Efectivamente, se considerarmos que em 1983, Portugal recebeu 8,9 milhões de visitantes estrangeiros, dos quais 3,7 milhões eram turistas, e que, em 1993, aqueles valores foram respectivamente 20,6 e 8,4 milhões, isso revela um crescimento médio anual de cerca de 8,5% nas entradas de turistas, cifrando-se em valores muito superiores à média mundial e europeia registadas: 4,3% e 3,5%.

Embora seja significativo o número de turistas recebidos em território nacional, este está muito longe dos valores observados em Espanha que, segundo o *Libro Blanco*

del Turismo Españõl, recebe anualmente mais de 54 milhões de visitantes e cerca de 36 milhões de turistas estrangeiros.

O turismo por ser composto por uma diversidade de actividades compreende áreas que vão desde a hotelaria e a restauração até aos transportes, agências de viagens, rent-a-car, serviços recreativos e pessoais e construção civil.

É por isso que se afirma que o sector do turismo tem um efeito multiplicador sobre a actividade económica do país.

A confirmar esta afirmação está a repercussão do sector sobre o mercado de trabalho assegurando directa e indirectamente emprego a cerca de 250 mil pessoas na época alta, o que corresponde aproximadamente a 5% da população activa nacional.

Paralelamente, o sector do turismo atrai capitais estrangeiros que ajudam a equilibrar a Balança de Pagamentos do país, incentiva a poupança dado que possibilita um progresso na distribuição no rendimento e uma melhoria no acesso à formação e à cultura.

Pelo que se expôs pode-se afirmar que a estrutura económica de Portugal tem um dos seus pilares na actividade turística, pelo que se lhe deverá dispensar toda a atenção para que aquele sustentáculo que tanto tem contribuído para o desenvolvimento nacional se mantenha no futuro.

3.2.3 - Relação entre o desenvolvimento turístico e a Balança de Pagamentos

O sector do turismo tem um efeito directo sobre a Balança de Pagamentos através da entrada de divisas estrangeiras e tem um efeito induzido através da dinamização económica que introduz. Mais concretamente conduz a novos investimentos, a uma maior produção quer agrícola, quer industrial, a um maior volume de importações, a um aumento das transacções comerciais, a um aumento dos salários, a um incremento de actividades ligadas ao marketing, entre outras.

Embora o turismo tenha o aspecto positivo de estimular o desenvolvimento dos demais sectores de actividade, tem igualmente a desvantagem de competir em simultâneo com os outros sectores pela posse de terrenos e propriedades. Quando ocorrem desequilíbrios neste domínio surge a designada especulação imobiliária com graves consequências para toda a actividade económica.

A relação existente entre o valor dos gastos dos turistas e os resultados observados na economia constitui o efeito multiplicador do turismo, contemplando este quer variações no rendimento, quer no produto e nos inputs necessários para satisfazer os consumos dos turistas.

Na relação estreita existente entre turismo e Balança de Pagamentos há que referir que o primeiro é muitas vezes utilizado para equilibrar a segunda, representando no caso português um papel primordial para o resultado final daquela balança.

Dado que, como foi referido, a Balança de Pagamentos regista as transacções efectuadas com o exterior, para a sua evolução contribui de muito perto o comportamento da taxa de câmbio. Neste entendimento, o mercado cambial deve ser atentamente seguido pelas entidades governamentais a fim de evitar que perturbações naquele mercado se traduzam em desequilíbrios para a Balança de Pagamentos, intervindo no mercado sempre que a situação o justifique.

Assim, apreciações ou depreciações acentuadas da moeda não devem ser observadas para que não hajam resultados inesperados na Balança Turística e, mais em geral, na Balança de Pagamentos.

Nas economias em que a cotação da moeda é determinada pelo Banco Central, este deverá atender a alguns aspectos quando decide recorrer a uma desvalorização, tais como a forma como a mesma irá afectar a função de procura, o que implica conhecer a sua elasticidade face à taxa de câmbio, qual o melhor momento para a efectuar, qual o papel desempenhado pelos “Tours Operators” (TO) no processo de comercialização e contratação dos “packages” e como serão influenciados os turistas que não viajam por intermédio dos TO.

Esta questão assume uma importância acrescida para o país receptor de turistas, pois tem sido demonstrado que tais políticas são contrárias a uma selectividade da qualidade económica do turista que o irá visitar.

Por outro lado, este tipo de políticas poderá constituir uma vantagem para o país emissor ao incentivar o seu turismo nacional, uma vez que os destinos turísticos externos se tornaram comparativamente mais caros.

Há inclusive uma teoria económica que defende que a taxa de câmbio de equilíbrio deverá ser aquela que equilibra a Balança de Pagamentos com o país onde uma dada divisa é moeda nacional.

É evidente que o problema tem uma acuidade superior para os países cuja Balança de Pagamentos está muito dependente das receitas do turismo.

O sector do turismo atrai simultaneamente um conjunto de investimentos quer nacionais, quer estrangeiros, o que se traduz numa melhoria do saldo da Balança de Capitais e, conseqüentemente, da Balança de Pagamentos.

Se, para além da dependência no que se refere às receitas turísticas, um dado país estiver dependente, de um único país emissor, isso pode implicar que quaisquer alterações, quer nas economias, quer nas políticas daqueles países, venham a ter efeitos significativos na economia do país de destino.

Este tipo de dependência pode ter impactes bastante negativos numa economia, como é o caso da portuguesa, uma vez que modificações nas condições de mercado podem desestabilizar seriamente a Balança de Pagamentos e conduzi-la a défices difíceis de ultrapassar.

3.2.4 - Relação entre o turismo e a Balança de Pagamentos, em Portugal

O sector do turismo tem uma importância vital para a economia portuguesa, como se pode avaliar pelo saldo da Balança Turística, em 1993, avaliado em 376,9 milhões de

contos, que cobriu integralmente o défice da Balança de Transacções Correntes sem Turismo, onde se insere o saldo negativo da Balança Comercial, deixando ainda um excedente de 139 milhões de contos.

A relevância do sector é ainda maior se considerarmos que em 1983 (10 anos antes), o saldo da Balança Turística era de 67,7 milhões de contos, crescendo para 107,5 milhões de contos no ano seguinte. Isto significou o crescimento de cerca de 3,5 vezes daquele saldo na última década.

Para além disso, o superavit da Balança Turística, em 1983, apenas cobria cerca de 29% do saldo negativo da Balança de Transacções Correntes, sem a componente do turismo, embora em 1984 já reduzisse aquele déficit em cerca de 60%.

Paralelamente, Portugal revela, em 1993, alguma dependência do mercado espanhol, dado que este representou 49,7% do total de turistas entrados no país, seguindo-se-lhe distanciado o mercado do Reino Unido que correspondeu a 14,5% daquele total. Comparando com os valores encontrados em 1984 não se registam alterações substanciais dado que as entradas de turistas espanhóis e do Reino Unido representaram, respectivamente, 46,7% e 15,5% do total.

3.2.5 - Políticas com podem ter incidência sobre o turismo e que visam actuar sobre a Balança de Pagamentos

Há um conjunto de políticas que de seguida se enunciam que embora não se destinem a actuar directamente sobre o sector do turismo, acabam por ter sobre ele efeitos. Essas políticas que um país pode vir a adoptar para obter determinados resultados sobre a Balança de Pagamentos podem ser de quatro tipos: proibitivas, de estímulo, de contracção de preços ou de controlo sobre o câmbio.

As **políticas de carácter proibitivo** têm como principal objectivo restringir as importações, o que pode acarretar sérios prejuízos internos para a economia via contracção da actividade económica.

As **políticas de estímulo** pretendem incrementar as receitas através do aumento da produção, o que conduz a um maior volume de transacções e, conseqüentemente, a uma correcção de algum défice existente na Balança de Pagamentos.

As **políticas de contracção dos preços** têm efeitos mais ou menos imediatos na atracção de mais turistas, o que significa um saldo de divisas mais vantajoso.

As **políticas de controle de câmbio** têm normalmente pouco impacte, traduzindo-se antes numa restrição ao comércio de um país, pelo que é pouco utilizada.

Apesar das políticas que visam actuar sobre a taxa de câmbio não pretenderem afectar directamente a procura turística por um dado país, de uma forma indirecta acabam por se reflectir no custo da estada num determinado destino, através dos preços praticados, constituindo um incentivo ou não para os potenciais turistas, no caso das moedas dos países de destino serem depreciadas ou apreciadas.

Dado o efeito multiplicador, já referido, que o turismo gera na economia, os países para adoptarem a estratégia mais adequada deveriam conhecer um conjunto de seis multiplicadores compostos pelo multiplicador do produto, pelo multiplicador das transacções, o multiplicador do rendimento, o multiplicador do emprego, o multiplicador das receitas do Estado e o multiplicador das importações, valores estes que podem ser obtidos através de uma matriz input-output nacional.

O que geralmente acontece é que este instrumento de planeamento económico, pela complexidade de relações que envolve, implica um trabalho exaustivo de levantamento estatístico nem sempre simples, o que condiciona significativamente a disponibilidade muito actualizada de tal tipo de informação.

Destes multiplicadores é de destacar o das importações, pela relevância de que se reveste, dado que permite avaliar qual o peso dos gastos dos turistas que permanecem na economia e os que saem sobre a forma de importações. Aquele multiplicador indica, de facto, o valor que é necessário importar de bens e serviços por cada unidade adicional de gasto dos turistas.

De acordo com a referência, para o país, do Plano de Turismo do Algarve, em 1989, o multiplicador do produto nacional relativo ao consumo privado turístico de não residentes era de 0,72 e o das importações era de 0,169.

Isto significa que por cada unidade adicional de consumo dos turistas oriundos do estrangeiro isso tem um efeito multiplicador sobre a produção nacional e sobre as importações, nos valores acima citados.

3.2.6 - Políticas de incentivo ao turismo

Atendendo a, como já foi visto, que o turismo constitui um sector de vital importância para a economia de um país importa referir quais as principais políticas que podem ser encetadas pelos governos para o dinamizar.

A primeira delas é a chamada **política de promoção** em que mediante reduções de preço especiais para turistas se procura um reposicionamento no mercado, atraindo um número superior de turistas em detrimento de turistas com maior rendimento e poder aquisitivo.

Outra das políticas que pode ser seguida é a designada **política de desenvolvimento** em que, através da criação de novas infraestruturas, novas redes de transporte e de novos produtos se procurará dotar o país de condições para atrair novos segmentos de mercado.

A última daquele tipo de políticas é a **política de regulamentação** que consiste, nomeadamente, em intervenções na taxa de câmbio (desvalorizações), por forma a tornar os preços internos mais baratos e competitivos em relação a destinos concorrentes.

No entanto, normalmente, os países costumam utilizar uma conjugação das três políticas referidas, numa perspectiva mais integrada da economia, quando pretendem reduzir o seu défice na Balança de Pagamentos.

3.3 - Relação entre Preços no País de Destino e o Sector do Turismo

3.3.1 - Articulação entre preços, taxa de câmbio e o sector do turismo

À semelhança do que acontece com o processo de desvalorização na economia em que as exportações são fomentadas e com o de valorização em que as importações são incentivadas, o mesmo se poderá inferir, em termos teóricos, para o turismo internacional, visto como se fosse uma exportação de um bem invisível.

É evidente que se houver uma apreciação de uma dada moeda, o país onde circula aquela divisa ficará mais caro para os turistas estrangeiros, o que desincentiva a procura daquele destino específico.

No entanto, esta restrição não pode ser só vista na perspectiva do país receptor dado que se houver uma depreciação da moeda de um país emissor isso irá implicar uma redução na procura do turismo internacional via quebra de rendimento e correspondente poder de compra. Em contrapartida, como os indivíduos tendem a procurar bens substitutos, isso poderá significar um acréscimo na procura turística nacional.

É devido a esta dupla faceta das variações que podem ocorrer na taxa de câmbio que se torna difícil quantificar, de forma exacta, os seus efeitos.

De facto, para a medição correcta dos efeitos resultantes de alterações na cotação de uma divisa é necessário conhecer a elasticidade da função procura turística em relação àquela variável. Efectivamente estudos desenvolvidos têm constatado que há segmentos de procura muito resistentes a alterações no câmbio e outros muito sensíveis a tais modificações, pelo que generalizar-se conclusões de outros estudos resultará como algo muito simples e pouco fundamentado.

Alterações na taxa de câmbio com reflexos no preço a praticar tem diversos efeitos, nomeadamente no número de turistas oriundos do estrangeiro versus número de

turistas nacionais, no saldo da balança de pagamentos turística, na qualidade dos serviços e equipamento posto à disposição pela oferta turística e alguns efeitos induzidos como sejam os que se reflectem nas agências de viagens e nos resultados de exploração das empresas de alojamento.

Nesta relação existente entre cotação da taxa de câmbio e preço há a referir que uma depreciação/apreciação de uma moeda pode não ter efeitos imediatos no preço dos “packages” turísticos dado que estes são negociados em geral de uma época para a outra. De facto, e segundo Edwards (1987), os efeitos decorrentes de alterações de preços nos “packages” levam em média cerca de três anos a fazerem-se sentir, sendo o maior impacte registado nos primeiros anos, diluindo-se o mesmo até ao final do sexto ano.

De acordo com aquele autor as alterações nos preços relativos são provavelmente mais acentuadamente sentidas pelos operadores turísticos e nas viagens organizadas, sendo o seu efeito maior entre destinos concorrentes, embora se saiba que a competição entre si nunca se deve exclusivamente ao factor preço.

Efectivamente, conforme afirma ainda o mesmo autor apenas 30% das modificações do destino das viagens se devem a alterações já ocorridas nos preços relativos e 15% a alterações para os mesmos projectadas. Os restantes factores que afectam as deslocações para os diversos locais de turismo ou são não financeiros ou resultam do próprio crescimento generalizado para um destino em particular.

Dado que existe um hiato de tempo entre a modificação da taxa de câmbio e o respectivo impacte sobre a procura turística, isso permite que os operadores turísticos possam antever a variação dos fluxos turísticos e minimizar os seus efeitos negativos. Neste contexto, assume também importância os diferenciais de taxa de inflação que podem atenuar os resultados previsíveis decorrentes de alterações na cotação entre moedas.

Para além do efeito mais ou menos diluído ao longo do tempo, é evidente que as alterações na taxa de câmbio são imediatamente reflectidas nos preços internos dos destinos turísticos, modificando o custo da permanência em determinado local,

tornando-o mais ou menos atractivo conforme haja depreciação ou apreciação da moeda do país receptor de turistas.

Para além disso, se é certo que no curto prazo as alterações no preço estão estreitamente ligadas a flutuações na taxa de câmbio também é sabido que no longo prazo os factores determinantes são os custos da viagem aérea e as taxas de inflação dos países que, quando são bastante elevadas determinam quedas na taxa de câmbio. Efectivamente, o estudo de Edwards (1987) demonstrou que, no longo prazo, as alterações nos preços se devem a dois factores com a mesma relevância: a flutuações na taxa de câmbio e a diferenciais existentes entre taxas de inflação dos países.

Esta análise é bastante importante pois o facto do país A ser mais caro ou barato que o país B pode determinar a escolha entre os dois destinos turísticos alternativos.

O mais importante é segmentar os fluxos turísticos dado que, tal como já foi referido, nem todos têm o mesmo comportamento face a alterações de taxas de câmbio e preços, pelo que é necessário conhecer as elasticidades de cada um dos segmentos. A generalização acerca dos efeitos de determinados factores sobre a procura global é de todo incorrecta.

O trabalho de Edwards (1987) permitiu concluir que se os preços decaíssem 10%, o aumento de turistas oriundos do Reino Unido seria de 12,7% para os países do Mediterrâneo e de 13,5% para os restantes países da Europa. Em contrapartida, um aumento de 10% nos preços provocaria uma quebra de 7,9% nos primeiros e de 7,4% nos segundos, donde se infere uma maior sensibilidade a alterações de preços para os países do Mediterrâneo pelo que, quaisquer modificações a introduzir naqueles países, podem vir a implicar a rotação da procura turística para outros destinos.

No entanto, por vezes mais determinante do que os preços praticados, num dado destino turístico, é a evolução da economia do país receptor, que constitui um factor ao qual não está associado qualquer preço, mas que pode condicionar de uma forma determinante as viagens dos turistas para um dado local.

Para além das alterações que se possam verificar nos países de destino, os fluxos turísticos são igualmente afectados pelo poder de compra dos turistas, traduzido quer pela situação actual quer pelas perspectivas de evolução da relação entre as divisas do país de destino e o país de origem.

Tal como já foi referenciado essa informação é importante para o turista porque se a sua moeda nacional observar uma apreciação isso constituirá uma vantagem turística face ao país de destino, ocorrendo o inverso quando há uma tendência para que a moeda registe uma depreciação.

No entanto, e voltando à questão dos resultados da aplicação de políticas de desvalorização, tem sido comumente aceite que estas só pontualmente e, exclusivamente no caso de serem intensas, têm efeitos significativos sobre os fluxos turísticos.

Por último, há a destacar que nestes processos o mais grave é a possível ruptura do equilíbrio entre o preço e a qualidade, dado que se a curto-prazo uma política de desvalorização, com uma quebra de qualidade, pode atrair novos segmentos da procura, no médio prazo irá trazer custos associados à deterioração da imagem de um turismo de massas.

Para além do factor preço não poderá ser descurado o nível de qualidade dos serviços prestados e o seu correcto ajustamento ao preço cobrado, a fim de não prejudicar a sensibilidade da procura ao preço, via insatisfação do cliente.

3.3.2 - Importância do preço no sector do turismo

3.3.2.1 - Importância macroeconómica do preço

Para um produto composto por um conjunto de bens e serviços como é o turismo, o preço é constituído por várias componentes, das quais têm lugar de destaque o custo da deslocação até ao destino, principalmente se o transporte for feito por via aérea e o custo dos serviços no país que irá receber os visitantes. Para além destas, o preço pode ainda conter seguros de viagem, o custo de oportunidade associado ao momento em que será efectuada a viagem e alterações na taxa de câmbio.

O preço assume um papel fulcral para qualquer país turístico e ele é tanto maior quanto superior for o grau de substituíbilidade do produto que oferece, dado que aquele factor influencia de forma directa a escolha de viajar para um país em particular.

Pela multiplicidade de aspectos de que se reveste é extremamente complexa a construção de um valor para o preço.

Esta diversidade é também patente pelas inúmeras definições que existem para preço.

De facto, pode-se definir o preço em termos absolutos ou em termos relativos.

O **preço** está definido em termos **absolutos** quando apenas tem presente os preços do seu próprio país. Quando se fala em **preços relativos** pode-se ter em atenção o preço do turismo no próprio país de origem do turista, o preço dos destinos turísticos alternativos ou o preço dos demais bens e serviços.

Efectivamente, quando se fala em termos de **preços relativos** está-se a reflectir no preço, de forma compensada, as alterações que ocorreram entre as taxas de inflação relativas e na taxa de câmbio.

Para o turista, o efeito resultante de variações quer na taxa de inflação, quer na taxa de câmbio é idêntico, mas contudo há uma maior sensibilidade às alterações no preço decorrentes de flutuações na taxa de câmbio, dado que elas são mais perceptíveis através da publicitação dos seus valores.

No entanto, no curto prazo, o que se tem verificado é que alterações nos preços relativos se ficam a dever essencialmente a oscilações registadas nas cotações das divisas em causa para cada viagem turística a realizar de um país emissor para um país de destino.

No longo prazo, as mutações na taxa de câmbio já reflectem os diferenciais de inflação que possam existir entre o país que gera o fluxo turístico e aquele que o irá acolher.

Neste entendimento, a mensuração de um valor para o preço é bastante complexa, agravada pela inexistência de informação sobre os preços de todos os produtos com que o turismo se relaciona. Para além disso, é extremamente confusa a definição de preço turístico dado o conjunto diferenciado de bens e serviços consumidos por cada turista.

Assim sendo e, para ultrapassar esta dificuldade, normalmente é utilizado o Índice de Preços no Consumidor (IPC), que é habitualmente publicado.

A escolha de qual o IPC tem sido bastante discutido e embora alguns estudos tenham procurado desenvolver um índice específico para o sector do turismo tem sido assumido que a composição dos bens e serviços consumidos pelo turista não diferem substancialmente dos que constituem a base de cálculo do IPC.

Baptista (1990) compilou os principais resultados dos estudos efectuados pelos autores Gérard Guibilato e Pierre Py, sobre o fenómeno da variação nos preços turísticos e a conseqüente reacção da procura.

Os autores concluíram que o preço turístico observa maior número de variações do que o preço de outros bens e serviços, em virtude de uma distribuição não homogénea do produto no espaço e no tempo.

Para além disso, embora a procura turística seja afectada por variações no preço, como o turista é um consumidor, ele nem sempre age de forma racional, pelo que está mais disposto a suportar esse tipo de alterações naquelas despesas do que noutras.

Aqueles autores constataram ainda que os preços dependem do tempo, do espaço, da natureza da oferta turística, das categorias socioeconómicas de cada segmento da procura e das formas de comercialização (turismo individual, turismo de grupo, excursões, etc.).

Por último observaram que a sensibilidade da procura a variações no preço pode ser de alguma forma atenuada devido a um conjunto de factores como sejam: a inércia, o efeito de imitação e as despesas de ostentação, a má informação turística, o carácter sedentário do turista, a distância existente entre origem e destino do turista, a rigidez dos hábitos de consumo e ao facto de o acréscimo nas despesas serem consideradas excepcionalmente privilegiadas (viagem que se faz apenas uma vez na vida).

Baptista (1990) faz ainda referência a outra autora - Carol Greenberg - que relacionou os níveis de preços praticados no alojamento e as suas taxas de ocupação.

Dessa análise conclui-se que uma estratégia de redução nos preços como amortecedor durante uma crise económica é dispendiosa e de resultados duvidosos. Para além disso, a autora constatou no seu estudo que a procura de alojamento depende não só do preço mas igualmente de factores demográficos e económicos, bem como de aspectos cíclicos.

Em simultâneo constatou que, uma quebra nos preços tem um efeito reduzido no aumento da procura devido à relativamente baixa elasticidade-preço observada, tendo em contraste um efeito directo sobre uma possível quebra dos rendimentos a auferir pela empresa de alojamento.

Segundo aquele trabalho, dada a relativa inelasticidade da oferta e da procura, as alterações de preço num modelo dinâmico são pequenas e em redor de um núcleo que converge para um equilíbrio estável.

Por vezes o que acontece é que, durante o desenvolvimento de um destino turístico em particular ou quando este já se encontra na fase final do seu ciclo de vida, os intervalos existentes entre a procura e a oferta são tão grandes que aquele ponto de estabilidade, no longo prazo, pode não ser determinável.

A autora observou ainda que há segmentos da procura que estão dispostos a pagar mais pelo alojamento do que os turistas normais, nomeadamente os de negócios, congressos ou em missão governamental e que a reacção da procura a alterações no preço não é automática, havendo um período relativamente longo para que ocorra aquele ajustamento.

Por fim o trabalho refere que, de futuro, factores como características demográficas dos viajantes, alternativas a viagens, como sejam as teleconferências e modificações nas leis fiscais podem vir a alterar a sensibilidade da procura turística ao preço, embora o seu impacte não seja conhecido.

De facto, factores tão diversos como o preço do próprio bem e dos seus sucedâneos e complementares, o nível de rendimento, as características demográficas da procura, bem como a moda e as preferências dos consumidores podem determinar alterações substanciais dos fluxos turísticos para um determinado destino.

Se dois destinos turísticos forem substitutos entre si, então a elasticidade preço cruzada (E_{cp}) estabelecida entre eles será positiva e definida do seguinte modo:

$$E_{cp} = \frac{\% \text{ alterações na procura do produto 1}}{\% \text{ alterações no preço do produto 2}}$$

No caso em que os destinos turísticos têm características de complementaridade, a elasticidade cruzada será inferior a zero, o que significa que o aumento em um por

cento no preço do produto 2 tem como resultado uma redução numa determinada percentagem na procura do produto 1.

À semelhança da produção de bens, e conforme refere Allaway e Black (1988), o preço no sector do turismo também deverá estar em sintonia com a fase do ciclo de vida de Kondratieff em que se encontra. Isto significa que, se o produto turístico se está a implementar no mercado e, até atingir a fase de maturidade, reunirá condições para poder aumentar de valor. Em contrapartida, a partir do momento em que o produto atingiu a saturação no mercado, ele entra em declínio e conseqüentemente, o preço terá de acompanhar essa evolução.

Este cenário pode ser melhorado ou agravado na existência ou ausência de inovação, dado que este factor pode determinar o alongamento ou o encurtamento do ciclo de vida no mercado do produto turístico.

3.3.2.2 - Importância microeconómica do preço

Se em termos macroeconómicos o preço do produto turístico é importante porque condiciona o grau de atractibilidade de um determinado destino e, conseqüentemente, o nível de receitas a auferir por um país, ele não é menos importante para as empresas ligadas ao sector, uma vez que é através dele que elas irão conseguir os resultados de exploração que determinarão a sua sobrevivência e manutenção no mercado.

Para as empresas turísticas o preço surge enquadrado numa política de marketing-mix, em que o preço é combinado com as seguintes variáveis: produto, promoção e distribuição.

A articulação entre estes ingredientes deve ser feita de uma forma consistente para que se possam obter os resultados previstos, dado que a oferta de produtos turísticos geralmente não é suficientemente diferenciada para que a concorrência de outros sucedâneos desapareça.

Se a combinação dos elementos que compõem o marketing-mix interagirem de forma sinérgica, criar-se-á uma estratégia de marketing com mais sucesso e evitar-se-á que o turista fique insatisfeito com os sinais contraditórios emitidos pelo mercado, como sejam, por exemplo os que resultam de um preço elevado para uma acomodação de fraca qualidade.

Efectivamente, o preço deve reflectir o tipo de produto que é prometido ao turista pela promoção, de modo a que a preços mais elevados estejam associados a prestação de outros serviços que o turista valorize e pelos quais está disposto a suportar um encargo superior.

As empresas devem gerir o seu marketing-mix de modo a que a oferta iguale a procura, mas também podem ter uma estratégia de demarcação quando a procura é superior à oferta.

No entanto, o que acontece é que o equilíbrio no turismo não é estático, variando ao longo do tempo, devido essencialmente a duas ordens de razões: a deslocações sazonais com efeitos no curto prazo e ao próprio desenvolvimento das tendências no turismo para o longo prazo.

De acordo com trabalhos publicados por Henderson and Quandt, em 1971, e Paraskevopoulos, em 1977, referidos por Bull (1991), pode-se dizer que, dadas as pressões que se fazem sentir no lado da oferta devido aos custos de uma capacidade destinada a momentos de ponta, o mercado turístico tende a apresentar condições que conduzem a uma estabilidade Marshalliana no curto prazo. Isto quer dizer que os ajustamentos são principalmente feitos através do sistema de preços e não através de alterações nas quantidades colocadas, pela oferta, no mercado.

O problema que se coloca às empresas, nomeadamente às de alojamento, é que têm dificuldade em controlar o preço, no conjunto do seu marketing-mix, sem se autoexcluírem do mercado e isso deve-se ao facto de a maior “fatia” do turismo estrangeiro estar comprometido aos TO, que são quem negocia no mercado internacional o seu produto.

Assim sendo, as empresas turísticas veêm-se na iminência de reduzir os preços a praticar e, conseqüentemente, a diminuir as suas margens de receitas.

De qualquer modo, essa margem nunca poderá ser tão pequena que ponha em risco a sobrevivência da empresa, pois esta tem sempre um número mínimo de encargos que deverá cobrir e que resultam das características específicas da indústria do turismo.

Especificando alguns desses encargos pode-se indicar o custo associado aos bens perecíveis que, quando não são vendidos em determinado prazo, não o poderão ser no futuro, determinando uma perda para a empresa; a necessidade de cobertura do capital investido que, na maior parte das empresas do sector, ronda os 90% de capital fixo; o custo de empregar um corpo de pessoal qualificado, dado que grande parte da qualidade dos serviços prestados depende das capacidades profissionais do “staff” que é utilizado; e o custo de adequar o produto às exigências específicas de cada grupo de rendimento ou classe social de turistas, que condiciona diferentes sensibilidades ao preço.

Para a empresa turística, a determinação do preço a praticar depende basicamente de três ordens de factores: da sua estrutura de custos, dos preços oferecidos pela concorrência e daquilo que se perspectiva ser a elasticidade/rendimento dos turistas que irão consumir os serviços que ela põe ao dispor.

Para a correcta avaliação deste último aspecto, a empresa deverá examinar um conjunto de factores como sejam as facilidades existentes no acesso ao local onde está instalado, a estrutura socioeconómica dos potenciais visitantes, os negócios possíveis da indústria, as infraestruturas acessíveis e as formas disponíveis para a deslocação dos turistas.

Da abordagem feita pode-se inferir que, para a empresa turística, a correcta definição do preço significa que ele deverá permitir a maximização dos resultados e do retorno do investimento, bem como garantir uma taxa de ocupação satisfatória, por forma a assegurar a sua sobrevivência num mercado competitivo.

3.4 - Modelos da Procura

3.4.1 - Características da Procura Turística

A procura turística é constituída pelo conjunto de indivíduos que se predispõem a sair da sua residência habitual com o fim de fazer turismo quer seja no estrangeiro, quer seja no próprio país.

São determinantes da procura turística variáveis quantitativas como sejam o preço praticado pela oferta, o nível de rendimento das famílias e o preço dos bens substitutos ou complementares, bem como factores qualitativos dos quais se destaca o grau de confiança do consumidor no destino turístico.

As duas primeiras variáveis são as que têm um papel principal na explicação da função procura porque, conforme refere Crouch (1992), são conceitos fundamentais da teoria da procura, sendo as que mais frequentemente são estudadas no contexto do turismo internacional.

3.4.1.1 - Elasticidades e sensibilidades das variáveis

Atendendo a que a parte central do trabalho deste estudo consiste na estimação de funções procura, importa referenciar algumas das suas principais características, nomeadamente no que se refere à sensibilidade e elasticidade das variáveis e sazonalidade.

As abordagens possíveis às funções da procura podem ser várias, destacando-se aquelas que contemplam a elasticidade procura-rendimento e a elasticidade procura-preço, embora seja sobre esta última que irá incidir maior atenção.

A elasticidade rendimento da procura tem também bastante importância na análise que se está a desenvolver já que, se as despesas associadas ao turismo concorrem

com outras do agregado familiar, tais como automóveis, mobiliário, electrodomésticos ou uma segunda residência, há que saber qual a sensibilidade da procura turística face a alterações naquela variável.

A elasticidade rendimento da procura (E_y) entre dois períodos ou entre dois grupos de clientes é calculada através da seguinte fórmula:

$$E_y = \frac{\% \text{ variação na procura turística}}{\% \text{ variação no rendimento disponível}}$$

Em geral, a procura tem-se mostrado relativamente elástica ao rendimento se aquela estiver definida em termos dos gastos dos turistas, sendo-o menos se estiver expressa em termos do número de noites de permanência ou do número de turistas.

Se a elasticidade rendimento for positiva e inferior à unidade, isto significa que estamos em presença de um bem de primeira necessidade, sendo considerado geralmente como um produto de luxo se aquele valor exceder a unidade.

Dada a natureza da maioria do turismo internacional, grande parte das elasticidades rendimento que tem sido calculadas, de acordo com o levantamento efectuado por Crouch (1992), revelam valores superiores a um, o que indicia principalmente a existência de um turismo entendido como um bem de luxo.

De acordo com o estudo anteriormente referido, das 777 elasticidades de rendimento calculadas, cerca de 63% excedia a unidade, sendo a média das elasticidades rendimento de 1,76, com um desvio padrão de 1,8.

No mesmo estudo, o valor apresentado para a média das elasticidades rendimento é substancialmente diferente de zero a uma significância de 1% (t-Student = 27,3).

A elasticidade preço da procura (E_p) é definida do seguinte modo:

$$E_p = \frac{\% \text{ variação da procura turística}}{\% \text{ variação do preço}}$$

A procura turística é bastante elástica quando se trata de um novo destino ou de um destino em moda, reduzindo-se, gradualmente, à medida que o mesmo vai ficando conhecido e que atrai sempre os mesmos turistas.

A teoria económica indica que para a maioria dos produtos existe uma elasticidade negativa entre o preço e a sua procura.

Em geral, quanto maior é o grau de competição entre as empresas e o nível de substituíbilidade dos produtos que oferecem, superior é o resultado da elasticidade preço da procura, pois esta reage procurando alternativas mais económicas.

Há, no entanto, a referir que não é total o grau de ajustamento das elasticidades procura preço directo e preço cruzado à realidade competitiva das empresas porque esta técnica enferma de algumas limitações como sejam: o não contemplar a inflação, nem o crescimento geral da procura, o justificar todas as variações na procura com as alterações no preço e o considerar que na elasticidade preço cruzado, flutuações no preço num país 1, implicam variações na procura do país 2.

Por outro lado, se o preço é um factor importante ele poderá não ser o mais fulcral numa perspectiva de vantagem comparativa para atrair turistas, especialmente se as regiões e países mais baratos tiverem falta de infraestruturas, forem insuficientemente conhecidos ou estiverem razoavelmente distantes dos principais países de origem.

Para além disso, a procura turística é afectada, como veremos no ponto seguinte, por outros factores que nem sempre são fáceis de explicar, uma vez que há turistas que embora tenham um bom nível de rendimento se comportam como se não o tivessem e, em contrapartida, há outros que com rendimentos mais escassos fazem um estilo de vida no estrangeiro superior ao do seu país.

A expansão massiva dos TO que negociam todo o pacote turístico tende a reduzir a sensibilidade dos turistas a variações no preço, já que eles promovem os destinos a

partir de catálogos, permitindo ao turista a escolha a partir de uma limitada variedade de ofertas no mesmo intervalo de preços.

O turismo actualmente é bastante sensível a mutações nas condições sociopolíticas e de moda, por vezes em grau superior às que se possam verificar no preço.

Outra das características da procura turística é que a sua relação com o preço é mais do tipo logarítmica do que linear e será dessa forma que esta variável irá ser utilizada na formalização de uma função de procura turística, a desenvolver numa fase posterior deste trabalho.

No contexto ainda das elasticidades, a elasticidade de partilha de mercado (E_{pm}) tem também um relevo significativo.

Essa elasticidade é encontrada do seguinte modo:

$$E_{pm} = \frac{\% \text{ variação na partilha de mercado obtida pelo produto } x}{\% \text{ variação no preço do produto } x \text{ comparado com a alteração média de preço no mercado}}$$

3.4.1.2 - Sazonalidade

A sazonalidade é outra das características da procura turística de maior relevo, dada a dificuldade que as empresas turísticas têm em rentabilizar a exploração, ao confrontarem-se alternativamente com épocas altas e baixas. Este fenómeno está associado às condições climáticas naturais dos países de destino, às imposições institucionais, nomeadamente as férias escolares no Verão, e à generalização do período de férias num determinado intervalo bastante reduzido, impossibilitando, desse modo, a distribuição regular dos movimentos turísticos ao longo do ano.

3.4.2 - *Factores que podem alterar a procura turística*

Para que o turismo seja uma realidade é imprescindível, para além da existência de tempo livre para viajar, que os indivíduos tenham o nível de rendimento adequado às férias que pretendem e tenham vontade de viajar. Para além destes factores de índole mais objectiva, há outros de carácter mais subjectivo, como sejam os associados ao foro psicológico - preferências e caprichos -, que podem afectar a procura turística.

É, por isso, que se pode falar de procura real e potencial, sendo a primeira composta pelo conjunto de pessoas que efectivamente se deslocam para um destino turístico e a segunda por aquelas que reúnem as condições básicas para o poder fazer.

A procura turística real do país i pelo destino j é dada pela seguinte expressão, segundo Baptista (1990):

$$P_{ij} = \frac{H.T.D.V.}{R}$$

onde P_{ij} é a procura real da origem i pelo destino j , H.T.D.V. = homem - tempo-distância-vontade e R é a resistência a viajar devido a razões como distância, custo, concorrência, instabilidade política, má imagem, falta de instalações adequadas, entre outras.

De facto, a procura turística não contempla apenas um grupo homogéneo de pessoas que viajam com os mesmos interesses, antes pelo contrário, é composta por uma imensa diversidade de grupos com desejos, necessidades, gostos, simpatias e antipatias diferentes e até, por vezes conflitantes.

Dentro dos factores que condicionam a procura turística podemos distinguir, tal como já foi anteriormente referido, duas grandes ordens: as motivações pessoais ou factores irracionais e os factores de ordem racional.

Para a primeira ordem de motivos, Baptista (1990) inumerava os seguintes factores: círculo de relações e ligações familiares, atitudes de prestígio, imitação e moda, preferências pessoais, sentimentos religiosos, promoção turística, publicidade informativa e institucional sobre o turismo.

Para a segunda natureza de motivos, aquele autor indica os seguintes factores: recursos turísticos ou oferta turística, infraestruturas e estruturas turísticas, condições ambientais, condições políticas, condições geográficas e condições económicas (rendimento e custos).

A segmentação da procura turística não obedece, por isso, a padrões pré-estabelecidos como sejam a nacionalidade, local de residência, ocupação, estrutura familiar, nível social, idade ou sexo.

Quando os consumidores escolhem um destino podem atender a factores tão diversos como sejam as condições sociopolíticas, a proximidade do local e a sua acessibilidade.

Nesta perspectiva, e segundo Baptista(1990), as infraestruturas de saneamento básico, saúde, transportes, comunicações e as infraestruturas de alojamento e animação devem ser consideradas como factores de acessibilidade, conforto e segurança e constituem a imagem da oferta primária que o país de destino tem para oferecer.

3.4.3 - Modelos de procura turística já desenvolvidos

3.4.3.1 - Modelos gerais

A modelização de funções de procura turística tem sido utilizada e desenvolvida por um conjunto de autores, tentando adaptar cada uma delas ao contexto da realidade em estudo.

No âmbito deste trabalho não se irão inventariar todas, mas apenas as mais importantes e aquelas que se considera poderem dar o seu contributo para a estimação da função de procura turística aplicada aos países da Península Ibérica.

A função de procura turística engloba variáveis como o preço no país receptor, o rendimento dos turistas, o seu grau de confiança no país de destino, o esforço de promoção, as taxas de juro, o preço dos bens complementares ou substitutos e todas as demais que sejam susceptíveis de influenciar e alterar a procura do produto turístico.

De acordo com a análise efectuada por Crouch (1992) a 44 modelos da procura pode-se concluir que aquela função se ajusta melhor a uma forma logarítmica do que linear.

A forma logarítmica tem a vantagem de produzir coeficientes de regressão que medem directamente a elasticidade da procura.

Em termos genéricos pode-se definir a função de procura turística, na forma logarítmica, do seguinte modo:

$$\log D = \beta_0 + \beta_1 \log Y + \beta_2 \log P + \dots + \varepsilon ,$$

ou na forma linear:

$$D = K \cdot Y^{\beta_1} \cdot P^{\beta_2} \cdot \dots \cdot e^{\varepsilon},$$

onde D = procura turística internacional;

Y = rendimento dos turistas;

P = preço dos bens e serviços turísticos;

ε = erro da estimação;

$\beta_0, \beta_1, \beta_2, \dots$ = coeficientes da regressão;

$K = e^{\beta_0}$ = constante.

Nesta expressão, β_1 indica a elasticidade rendimento da procura e β_2 estima a elasticidade preço da procura.

A análise de Crouch (1992) permitiu concluir que a maioria das funções de procura turística estava expressa em termos do número de chegadas de turistas internacionais e que só em alguns casos a procura era definida em termos de gastos e/ou receitas associados aos movimentos dos turistas.

Crouch (1992) constatou ainda que a maioria dos estudos modelizavam a procura ao longo do tempo (time series) e que as funções procura estimadas correspondiam à relação existente entre um país de origem e um país de destino. No entanto, houve alguns estudos que desenvolveram uma função de procura turística total para a globalidade das várias regiões ou dos países de origem que se deslocam para um determinado destino turístico.

Por sua vez, Archer (1980) da análise que fez às funções já estimadas constatou que a maioria tinha a seguinte configuração:

$$\log D = \log a + b \log Y + c \log C + d \log P + e \log E + \log \varepsilon,$$

onde Y é função do nível de rendimento, C é o custo da viagem do país de origem para o país de destino, P é o nível de preços relativos entre os dois países e E é a taxa de câmbio em cada momento.

3.4.3.2 - Modelos específicos

Sem se pretender ser exaustivo, de seguida inumeram-se alguns dos modelos de procura turística desenvolvidos para realidades nacionais específicas e, que se considerou serem de maior destaque.

Ortoloni (1987), no estudo que efectuou à procura turística por países de origem pelo destino Itália, estimou um par de equações que explicam a presença turística naquele país:

$$\log D = a + b \log \text{PIB} - c \log \text{IPSCA}$$

$$\log D = a + d \log \text{PIB} + e \log \text{CARE}, \text{ onde}$$

D = procura turística por países;

PIB = Produto Interno Bruto;

IPSCA = índice de preços do sector menos a taxa de câmbio distinta por países;

CARE = taxa de câmbio real.

Para explicar a procura turística pelo destino Portugal, Silva (1991) desenvolveu um modelo, por países, a partir dos cinco principais geradores de turismo para este destino: Espanha França, Holanda, República Federal da Alemanha e Reino Unido, encontrando-se a variável dependente definida como o número de dormidas registadas e não como o número de turistas chegados.

O modelo tem a seguinte configuração:

$$\ln D = \ln a_0 + a_1 \ln \text{CPNE} + a_2 \ln \text{PCME} + a_3 \ln \text{PHTC} + a_4 \ln \text{PR} + a_5 \ln D(-1) + a_6 T + \lambda \text{DU} + \varepsilon, \text{ onde}$$

D = procura de serviços turísticos portugueses, em termos do número de dormidas de estrangeiros;

CPNE = consumo não essencial das famílias residentes nos países emissores;

PCME = poder de compra da moeda dos países emissores;

PHTC = preço do alojamento em Portugal, corrigido pela taxa de câmbio do país emissor;

PR = preço dos bens e serviços em Portugal relativizados pelos preços dos bens e serviços dos principais concorrentes turísticos;

D(-1) = procura representada em termos de dormidas de estrangeiros no período anterior;

T = efeito tendência;

DU = variável Dummy.

Neste modelo, as variáveis PCME, CPNE, D(-1) e T relacionam-se directamente com a variável dependente D e as variáveis PHTC e PR de forma inversa.

Isto significa que $\partial D/\partial PCME > 0$, $\partial D/\partial CPNE > 0$, $\partial D/\partial D(-1) > 0$, $\partial D/\partial T > 0$, $\partial D/\partial PHTC < 0$ e $\partial D/\partial PR < 0$.

Em relação às variáveis explicativas do modelo aplicado, o trabalho refere ainda que:

- Na variável CPNE foi considerado que as despesas associadas ao turismo só surgem depois de satisfeitas as necessidades básicas dos agregados familiares, pelo que não se incluíram no modelo as despesas resultantes de rubricas tais como: alimentação, bebidas e tabaco, vestuário e calçado, habitação, medicamentos e cuidados médicos.
- A variável PCME baseia-se no pressuposto de que os turistas são sensíveis a variações na taxa de câmbio e ao aumento dos preços nos destinos turísticos, comparados com os preços no local de residência ou país emissor.

No seu cálculo considerou-se a diferença existente entre as inflações do país de destino e o país emissor para deflacionar as taxas de câmbio. Isto permite comparar quanto custa, em termos reais, as férias no destino turístico com as férias passadas no local de residência.

- No cálculo da variável PHTC foi ponderado o preço médio dos "packages" turísticos vendidos no Reino Unido pela taxa de câmbio de cada país emissor.
- A variável PR foi obtida relativizando-se o preços dos bens e serviços em Portugal (IPC) pelos preços dos mesmos nos países concorrentes.

Com esta variável pretende-se não só avaliar a relação dos preços de bens e serviços existente entre países emissores e de destino, ponderada pela respectiva taxa de câmbio, bem como medir a competitividade de outros destinos turísticos, relativamente a Portugal, através de ponderadores resultantes da partilha de mercado.

O autor desenvolveu, igualmente, um modelo de procura turística global de Portugal, para o conjunto dos cinco países referidos anteriormente, onde as variáveis explicativas são:

CP = consumo privado nos países da CEE;

PHECU = preços no alojamento ponderados pelo ECU, funcionando a cotação daquela moeda como taxa de câmbio para o conjunto dos países emissores;

PCECU = poder de compra do ECU.

A função de procura global é estimada pela seguinte expressão:

$$\ln DG = a \ln CP + b \ln PHECU + c \ln PCECU$$

No mesmo trabalho, Silva (1991) encontrou ainda uma função para a procura turística de nacionais, cujas variáveis explicativas definidas foram o consumo privado (CP) e o tempo (T).

Chadee e Mieczowski (1987) apresentaram um modelo semelhante mas ajustado à realidade do Canadá, tendo encontrado uma função que pretende explicar a procura daquele país por turistas americanos. Tratando-se de países vizinhos que exercem

entre si grande atracção turística, trata-se de um modelo que irá ser considerado quando se efectuar a estimação das funções de procura turística para Portugal.

O modelo é indicado do seguinte modo:

$$\ln D_{us,can} = \ln a_0 + a_1 \ln CTPI + a_2 \ln USTPI + a_3 \ln USYD + a_4 \ln EX + a_5 \ln USPOP + \lambda_2 D_2 + \lambda_3 D_3 + \lambda_4 D_4 + \varepsilon.$$

As variáveis indicam o seguinte:

$D_{us, can}$ = procura dos serviços turísticos canadianos por americanos, medidos quadrimestralmente em termos do seu número de entradas;

CTPI = índice de preços do sector turístico canadiano;

USTPI = índice de preços do sector turístico americano, expresso como preço de um bem substituto;

USYD = rendimento disponível total nos U.S.;

EX = taxa de câmbio real entre o Canadá e os Estados Unidos;

USPOP = número de população americana;

D_i = variável dummy sazonal, onde por exemplo $D_2 = 1$ para o 2º quadrimestre e 0 para os restantes, sendo o entendimento análogo para D_3 e D_4 .

Outro modelo de procura turística que incidiu, em parte, sobre Portugal foi desenvolvido por Martin e Witt (1988). Nesse modelo, para além de se procurar explicar outras deslocações pretendia-se estimar uma função que exprimisse a procura de franceses pelos seguintes destinos turísticos: Itália, Marrocos, Portugal, Espanha, Suíça e Reino Unido.

A função de procura turística em causa é dada pela seguinte expressão:

$$\ln D_{ij}/POP_i = \alpha_1 + \alpha_2 \ln Y_i/POP_i + \alpha_3 \ln C_j + \alpha_4 \ln CS_i + \alpha_5 \ln EX_{ij} + \alpha_6 \ln TA_{ij} + \alpha_7 TAs_i + \alpha_8 \ln TS_{ij} + \alpha_9 \ln TSS_i + \alpha_{10} \ln DV_1 + \alpha_{11} \ln DV_2 + \alpha_{12} \ln DV_3 + \varepsilon_{ij}$$

As variáveis neste modelo têm o seguinte significado:

D_{ij} = número de turistas da origem para o destino j ;

POP_i = população do país de origem i ;

Y_i = rendimento disponível “per capita” na origem i ;

C_j = custo de vida para os turistas no destino j ;

CS_i = comparação do custo médio do turismo no estrangeiro com o custo do turismo praticado no país de residência, em termos de substituíbilidade;

EX_{ij} = taxa de câmbio entre as moedas do país de origem i e do país de destino j ;

TA_{ij} = custo da viagem aérea da origem i para o destino j ;

TAS_i = comparação do custo médio da viagem aérea para outros destinos substitutos;

TS_{ij} = custo da viagem terrestre da origem i para o destino j ;

TSS_i = comparação do custo médio da viagem terrestre para outros destinos substitutos;

DV_1 , DV_2 e DV_3 são variáveis dummy.

Outros modelos têm sido desenvolvidos envolvendo também outras variáveis, para além das que já ficaram enunciadas nos modelos já apresentados.

É exemplo disso o modelo de procura turística desenvolvido para os países que constituem a faixa do Oceano Pacífico e que Archer (1980) enuncia no seu artigo.

O modelo é o seguinte:

$$\log D_{ij} = \log G + b_1 \log Y_i + b_2 \log O_i + b_3 \log A_j - b_4 \log c_{ij} ,$$

onde A_j indica o grau de atracção do destino j , Y_i o nível de rendimento em cada um dos países de origem, O_i outros factores que determinam a geração do fluxo turístico a partir de cada país de origem e c_{ij} o custo da viagem em função da distância envolvida.

3.4.4 - Variáveis mais relevantes na modelização das funções de procura turística

Dada a multiplicidade de variáveis que podem ser consideradas na estimação de uma função de procura turística ir-se-á, neste estudo, partir de algumas premissas que permitirão chegar a funções com o maior ajuste possível à evolução dos fluxos turísticos recebidos em Portugal.

Na estimação dessas funções serão consideradas inicialmente aquelas variáveis que, de acordo com a análise de Crouch (1994), têm-se revelado serem as mais ajustadas à maioria dos modelos de procura estimados, ao longo do tempo, e aplicados às mais diversas situações concretas.

Crouch (1994) analisou 104 funções de procura tendo identificado que:

- cerca de 60% das funções têm como variável dependente o número de turistas chegados a um determinado destino, representando cerca de 47% as funções cuja variável dependente é os gastos/receitas associadas ao turista e só em 7% das funções é que aquela variável é estimada tendo por base as dormidas;
- O intervalo de tempo de análise é geralmente anual (85%) e só em 11% dos estudos se faz uma estimação quadrimestral;
- Em 74% das funções os dados constituem séries temporais;
- Em relação às variáveis explicativas, 94% das funções analisadas incluíram na regressão um termo constante, sendo as seguintes as restantes variáveis enunciadas nas funções, indicadas por ordem decrescente de relevância: rendimento - 85%, preços relativos - 64%, custos de transporte - 56%, dummy - 55%, taxa de câmbio separada dos preços relativos - 29%, tempo - 19%, população - 15%, actividade negocial - 12% e a distância de viagem - 11%;
- Em todos os modelos são estimados os coeficientes de regressão, em 87% das funções é calculado o coeficiente de determinação, em 62% a estatística t-Student,

em 53% a estatística de Durbin-Watson, em 46% os desvios padrões de cada coeficiente, em 22% a estatística de F-Snedecor e em 7% medidas de multicolinearidade.

Para o caso específico da procura por Portugal e, de acordo com o estudo de Silva (1991), variáveis como o PIB per capita por países de origem, a promoção turística nacional nos países emissores de turismo e os próprios dados climáticos revelaram-se ser pouco significativos.

3.4.5 - Restrições dos modelos de procura turística

Nos modelos da procura turística abordados até ao momento a variável preço aparece a explicar e a alterar o comportamento da procura. Mas, em contrapartida também é sabido que alterações na procura também determinam alterações nos preços. Isto significa que, normalmente, preços e procura são duas variáveis interdependentes.

Deste modo, os modelos podem observar problemas de multicolinearidade entre as variáveis, por vezes difíceis de ultrapassar e corrigir.

Os estudos efectuados nesta área têm resolvido esta restrição assumindo que a curva da oferta é perfeitamente elástica, ou seja admitindo que oscilações na quantidade procurada de bens e serviços turísticos não têm implicações no preço.

Isto tem sido justificado pelo facto dos gastos em alimentação, alojamento, aluguer de automóveis realizados pelo turismo internacional representar uma pequena parcela do total daqueles bens e serviços procurados num determinado país. Admite-se, deste modo, que a procura daqueles bens e serviços é dominada pela população residente no país receptor dos fluxos turísticos.

Nestes estudos tem-se assumido, portanto, que embora a procura seja definida em função do preço, ela não afecta o preço.

É evidente que a validade deste pressuposto diminui à medida que as economias dos países de destino turístico são mais dependentes das receitas provenientes do turismo internacional.

Outra restrição destes modelos é que não se pode meramente proceder a um somatório das séries obtidas para cada país, quando se pretende generalizar os resultados encontrados na estimação das funções de procura turística por países de origem. A análise e os resultados obtidos nos casos particulares não permitem, pois, inferir conclusões quando se pretende generalizar e encontrar funções de procura global.

Estes modelos apresentam ainda a restrição de necessitarem de um número significativo de observações, por forma a que se possam obter boas estimativas dos parâmetros das variáveis.

Para além disso, dado que os parâmetros estimados se alteram rapidamente no tempo, os modelos só podem ser utilizados na previsão de curto-prazo, o que significa que os mesmos têm que ser reestimados frequentemente.

3.5 - Conclusões

O sector do turismo assume uma importância central para as economias dos países receptores de fluxos turísticos, dado que para além da criação de postos de trabalho, da atracção de novos investimentos e do incremento da produção, possibilita a entrada no país de grandes volumes de divisas, o que permite ajudar a equilibrar a Balança de Pagamentos, via resultados obtidos na Balança Turística.

Neste contexto, a cotação da moeda nacional face aos principais mercados emissores de turismo deverá ser acautelada por forma a evitar que alterações bruscas no seu valor determinem oscilações acentuadas na procura turística, quer a taxa de câmbio seja encontrada pelo funcionamento do mercado de divisas, quer seja controlada pelo Banco Central do país.

É sabido que as modificações registadas na taxa de câmbio se revestem de maior importância se o país de destino turístico estiver bastante dependente das receitas auferidas pelo sector do turismo para melhorar as suas contas com o exterior e se estiver focalizado num conjunto limitado de países de origem.

Encontra-se nesta situação Portugal porque, tal como ficou explicado, o saldo das contas do turismo permitem minorar o saldo geralmente deficitário da Balança de Transacções Correntes e da Balança de Pagamentos, tendo vindo a aumentar na última década o seu peso no total daquelas duas Balanças.

Para além disso, o turismo tem efeitos multiplicadores significativos no produto nacional, representando um quota importante do P.I.B. e assegurando emprego a cerca de 5% da população activa do país.

Dada a relevância do sector para as economias receptoras de turismo identificaram-se políticas que podem incidir sobre ele, tendo-se referido em particular aquelas que têm por objectivo o seu incentivo.

Dado que a taxa de câmbio afecta os preços a praticar, ela deverá ser antevista para não afastar a procura para outros destinos concorrentes ou até mesmo estimular o turismo interno no país de origem em detrimento do turismo externo.

Este aspecto não deverá ser deixado em segundo plano, embora se conheça que a reacção da procura não é imediata dado que existe um hiato, que vai dos três aos seis anos, em que o efeito da alteração dos preços se vai diluindo.

Ao longo do capítulo pôde-se verificar que as alterações no preço não têm implicações apenas de âmbito macroeconómico, mas também a um nível microeconómico, uma vez que é através dele que as empresas que operam no sector conseguem obter o retorno do seu investimento e resultados que lhe assegurem a sobrevivência num mercado em concorrência.

Seguidamente analisou-se algumas das características da procura turística, nomeadamente as suas principais elasticidades: a procura-rendimento e a procura-preço, bem como os factores que a podem alterar.

Os factores passíveis de afectar a procura turística podem ter a mais diversa natureza, indo desde as alterações de gostos e das preferências pessoais, a modificações no rendimento disponível das famílias e das condições sócioeconómicas dos países de emissão e de destino do turismo, às infraestruturas e condições de animação disponíveis, entre outros.

Posteriormente inventariaram-se alguns modelos de procura turística considerados mais relevantes, observando-se que os factores explicativos da procura turística são múltiplos e que seria impossível contemplar todos numa só equação. Há, no entanto, um conjunto de variáveis que assumem um papel de maior importância, donde se destacam os preços relativos, a cotação comparativa da taxa de câmbio e o rendimento.

Este levantamento teve em vista vir a constituir um ponto de partida na estimação das funções de procura turística, a desenvolver no capítulo seguinte. Para tal ir-se-ão assumir os estudos já anteriormente efectuados e que estão ajustados à realidade

nacional e considerar-se-ão as variáveis explicativas que, no âmbito de outros trabalhos elaborados para fluxos turísticos de outros países, se revelaram com maior poder explicativo.

4 - Modelização de Funções Procura Turística Externa em Portugal

4.1 - Introdução

Na terceira parte deste trabalho pretende-se, por um lado, estimar um conjunto de funções de procura turística segundo os principais mercados emissores de turismo para Portugal e, por outro, apresentar um conjunto de equações que ponderem a competitividade turística nacional face ao destino turístico mais próximo: a Espanha. Na estimação da relação competitiva entre os dois destinos vizinhos consideraram-se duas perspectivas: a de que são bens substitutos ou a de que são bens complementares.

Com este objectivo compilou-se informação que permitiu quantificar diversas variáveis. Os dados recolhidos compreenderam o período entre 1970 e 1993.

Para a estimação das funções de procura turística em Portugal consideraram-se os seguintes países: Espanha, Alemanha, França, Holanda, Itália, Reino Unido e Estados Unidos da América, representando a totalidade destes países sempre mais de 74% do número de turistas entrados. Deve-se esclarecer que a procura turística surge definida, neste trabalho, como o número de turistas entrados em Portugal.

A análise do Quadro I.1 (Anexo 1), permite verificar que o conjunto de países referido só constituiu 74% dos turistas entrados em 1975 e 1976, passando a representar uma percentagem superior para os outros anos. O valor mais elevado observado é para 1993, onde representaram 88% do total de turistas que visitaram o território nacional.

Na estimação da procura turística externa com destino ao território nacional utilizaram-se duas abordagens: evolução das variáveis segundo o seu índice de crescimento e evolução das variáveis segundo um índice de crescimento ponderado pela taxa de câmbio. As variáveis associadas ao custo da viagem e da estada foram previamente divididas pela taxa de câmbio, tendo-se, por isso, designado por modelos que ponderam a evolução do câmbio.

Para as equações que pretendem avaliar o impacto na procura externa de Portugal face a alterações observadas nos preços em Espanha, utilizaram-se modelos recorrendo, por um lado, aos preços relativos e ponderados praticados entre estes dois países, expressos na moeda do país de proveniência dos turistas e, por outro, aos preços de transporte (custo da viagem aérea ou terrestre) e da estada (custo do alojamento e da permanência) em Espanha, o que permite obter as designadas elasticidades cruzadas para aquelas variáveis.

Enquanto se utilizam os preços relativos e ponderados adopta-se um entendimento de concorrência entre Portugal e Espanha e quando se trabalha com os preços em Espanha pretende-se avaliar em que medida os dois destinos são complementares, ou seja qual o efeito na procura em Portugal quanto ocorre uma variação unitária nos preços em Espanha.

Para a modelização da procura turística o método utilizado foi o seguinte:

- 1 - Estimação a partir de um modelo completo com a totalidade das variáveis explicativas;
- 2 - Restrição do número de variáveis à medida que se identificaram aquelas que não contribuíam para explicar o fenómeno em estudo.

Toda a metodologia adoptada na estimação das funções econométricas acompanhou de perto as etapas definidas, por Witt e Martin (1987 e 1989) e Witt e Witt (1992).

A especificação e estimação das relações matemáticas a formalizar pressupôs o apuramento das séries estatísticas de apoio ao desenvolvimento deste capítulo e que serão referenciadas no ponto seguinte.

4.2.- Notas Metodológicas

4.2.1 - Criação das séries cronológicas

Para a estimação dos vários modelos, que serão apresentados no decorrer desta parte do trabalho, utilizou-se uma panóplia de variáveis quantitativas, que dada a sua diversidade apresentavam amplitudes e magnitudes muito diferenciadas em termos absolutos. Estas diferenças tão significativas, de valor, nas variáveis, impossibilitava a interpretação do seu significado aquando da sua utilização, na forma original, nas funções.

A fim de tornar essas variáveis comparáveis, dada a disparidade de medida que as mesmas apresentavam, criou-se um conjunto de índices a utilizar na estimação e que se encontram compilados, para consulta, no anexo 1, junto dos respectivos quadros de suporte, em que se efectuou o tratamento da informação inicial.

Com vista a homogeneizar as séries de cada variável calcularam-se dois índices a que se dará a designação de índice de crescimento e de índice com ponderação do câmbio.

Este último é igualmente um índice de crescimento mas retira da evolução da variável o efeito das variações cambiais. Esta dedução dos efeitos da taxa de câmbio só é utilizada nas variáveis ligadas ao custo de transporte e de estada. Nas restantes variáveis, ou seja as que não correspondem a custos, é utilizado o índice de crescimento.

O **Índice de Crescimento (IC)** foi calculado sempre da seguinte forma ao longo do estudo:

$$\text{Taxa de Crescimento (TC)} = \frac{t - t_{-1}}{t_{-1}} * 100$$

Índice de Crescimento (IC) (1970) = 100

(de 1971 até 1993) = $IC - 1 * (1 + TC / 100)$

O **Índice com Ponderação do Câmbio (ICPC)** teve igualmente sempre o mesmo processo de cálculo:

Ponderação do Câmbio (PC) = $\frac{\text{Taxa de Crescimento (TC)}}{\text{Taxa de Câmbio do País}}$

Índice de Crescimento com Ponderação do Câmbio (ICPC)

(1970) = 100

(de 1971 até 1993) = $ICPC - 1 * (1 + PC / 100)$

Dado que se desconhecia, à partida, o grau de ajustamento dos índices aos modelos a estimar, e constatando-se que os índices apresentavam crescimentos exponenciais, procurou-se controlar essa tendência calculando-se o logaritmo de base *e* para os dois índices referidos.

Dentro de cada uma das abordagens, quer contemplando a evolução da taxa de câmbio, quer deduzindo o seu efeito das variáveis, criaram-se quatro modelos diferentes, considerando-se, para tal, diversas alternativas de quantificação das variáveis às quais se associa um custo (custo da viagem aérea ou terrestre, o custo do alojamento e o custo da permanência).

As alternativas permitiram encontrar modelos cujos preços se encontram ou em valores absolutos, ou em termos relativos, ou em termos ponderados ou representando preços cruzados.

A abordagem com os **preços** expressos em termos **absolutos** diz respeito ao preço das viagens aérea e terrestre para Portugal, bem como ao preço do alojamento e da permanência no território nacional, traduzidos na moeda de cada um dos países de origem em análise.

Este modelo apenas explica a procura turística externa em território nacional, sem entrar em linha de conta com o destino que exerce sobre si uma concorrência mais directa: a Espanha.

Nos modelos em que se recorreu aos preços relativos, preços ponderados e preços cruzados o objectivo foi realizar uma análise comparativa, por forma a explicar como as diferenças de preço entre Portugal e Espanha ou os preços praticados por aquele país afectam a evolução da procura turística em Portugal.

As variáveis que tiveram este tratamento foram exclusivamente as associadas ao custo da viagem e da estada, tal como já foi anteriormente explicado.

Utilizaram-se estas três abordagens diferenciadas porque é impossível identificar o modelo perfeito, logo quanto maior for o número das hipóteses em apreço, maior é a possibilidade de se conseguir obter estimativas mais razoáveis e próximas do fenómeno a explicar.

Para o cálculo dos **preços relativos** considerou-se a seguinte expressão:

$$\text{Preços Relativos} = \text{Preços em Portugal} - \text{Preços em Espanha}$$

Quanto maior for a diferença existente menos concorrenciais serão os preços nacionais, afectando negativamente a procura de Portugal, em benefício de Espanha.

Crouch (1994) no levantamento que efectuou aos principais estudos desenvolvidos na área da procura turística considerou que esta abordagem (preços relativos) constituía, em muitos modelos, uma alternativa de estimação por evidenciar bons resultados.

Os **preços ponderados** foram obtidos pela seguinte relação:

$$\text{Preços Ponderados} = \frac{\text{Preços em Portugal}}{\text{Preços em Espanha}}$$

Se o quociente observar valores superiores a um significa que os preços no território português são superiores aos do país vizinho, o que desincentiva a sua procura, retirando-se conclusão contrária no caso do rácio observar valores inferiores à unidade.

Os modelos que recorrem aos denominados **preços cruzados** pretendem explicar como varia a procura turística em Portugal face à evolução dos preços das viagens e da estada em Espanha, permitindo encontrar uma relação que se traduz por elasticidade procura-preço cruzada.

4.2.2 - As variáveis

4.2.2.1 - A variável dependente

1 - Número de Turistas por Países - TUR

A variável dependente considerada no modelo de procura turística externa, é o número de turistas entrados em território português, por países, cujos dados foram compilados das Estatísticas da Direcção Geral de Turismo, para o período compreendido entre 1970 e 1993.

Dado que a estrutura da procura turística externa regista alterações significativas ao longo dos 23 anos em estudo, não é razoável a estimação, na globalidade, daquela variável.

De facto, os países europeus emissores de turismo têm assumido um papel cada vez mais importante no total dos turistas que entram em Portugal, em detrimento, por exemplo, da procura oriunda dos Estados Unidos da América.

Neste entendimento, efectuaram-se estimativas separadas para cada um dos países em análise, ou seja procurou-se explicar a procura de bens e serviços nacionais por turistas provenientes de Espanha, Alemanha, França, Holanda, Itália, Reino Unido e Estados Unidos da América.

Para esta variável os valores correspondentes às séries são apresentados nos Quadros I.1 a I.4 (Anexo 1).

4.2.2.2 - As variáveis explicativas

As variáveis potencialmente explicativas da procura turística externa podem ser diversas e de natureza qualitativa como sejam a boa imagem do destino, moda, preferências individuais, entre outras, conforme ficou explicado no capítulo 2, ou quantitativa como o nível de rendimento, estrato sócio-profissional, tempo de férias, idade, preços relacionados com a taxa de câmbio, publicidade efectuada, etc.

Autores como Silva (1991), Crouch (1994) e Witt e Witt (1992) enumeram um conjunto lato de variáveis explicativas, às quais recorreram no decurso dos seus trabalhos de investigação.

Dado o elevado número de variáveis que poderiam ser consideradas para explicar a variável dependente, houve que seleccionar um número que fosse razoável, de acordo com dois critérios: a disponibilidade de informação estatística e a potencial capacidade explicativa da procura turística externa.

Neste entendimento, consideraram-se como relevantes para a análise em apreço as seguintes treze variáveis:

1 - Taxa de Câmbio - CAM

Dado que o ponto central deste estudo é explicar de que modo a evolução da cotação da moeda de cada país em relação à moeda nacional contribui para a

evolução da procura turística ao longo do tempo, esta tem de ser, sem dúvida, a variável principal(Quadro II.1 - Anexo 1).

Assim sendo, a variável taxa de câmbio constituirá uma das variáveis explicativas do modelo, mas dado que a taxa de câmbio está presente nas relações comerciais ou turísticas que se estabelecem entre o país de origem e o país de destino, ela estará igualmente presente noutras variáveis associadas ao custo turístico, como seja no custo do alojamento, no custo do transporte aéreo ou terrestre e no custo da permanência.

Os valores do índice de crescimento e respectivos logaritmos são apresentados nos quadros II.2 a II.4 (Anexo1).

Deve-se ainda esclarecer que, ao longo do estudo, a taxa de câmbio utilizada se encontra expressa em termos nominais.

Na escolha da forma mais adequada para quantificar, de forma plausível esta variável, experimentaram-se taxas de câmbio reais, constatando-se que, quer as variáveis explicativas encontradas, quer os valores estimados não registavam alterações substanciais. Neste entendimento, recorreu-se, ao longo deste trabalho, sempre às taxas de câmbio nominais.

2 - Taxa de Inflação - INF

Para além da taxa de câmbio, a taxa de inflação constitui uma variável importante no estímulo das relações comerciais. Ao inseri-la no modelo pretende-se averiguar qual a sua importância relativa no incentivo da procura turística.

Esta variável aparecerá no estudo não só “per si” mas também afecta à análise das diversas variáveis de custo, expressas a preços correntes.

Ao longo do trabalho precedente da escolha dos melhores modelos também se efectuaram estimações, convertendo as variáveis de custo de preços correntes a

preços constantes, ou seja retirando-lhe o efeito da inflação, não se tendo encontrado estimativas muito razoáveis, pelo que esta abordagem foi abandonada.

Os quadros III.1 a III.3 (Anexo 1) apresentam os valores compilados para a variável taxa de inflação.

3 - Paridade do Poder de Compra - PPC

A paridade do poder de compra ou seja a capacidade real de compra da moeda de cada um dos países emissores de turismo é igualmente uma variável explicativa de relevo, dado que, para além da taxa de câmbio e da taxa de inflação, a sua conjugação como medida de comparação de preços é bastante importante.

De facto, qualquer turista antes de decidir qual o país de destino onde gozará as suas férias tenta avaliar o custo real dos produtos e serviços turísticos comparados com os do seu próprio país.

Isto pressupõe que os turistas são sensíveis a alterações nas taxas de câmbio e nos preços relativos do país de destino face ao país de origem.

O cálculo da paridade do poder de compra de cada um dos países seguiu duas etapas. Primeiro encontrou-se o valor da inflação comparada que resultou do quociente entre a taxa de inflação de Portugal e a dos demais países, conforme quadro IV.1 (Anexo 1). Seguidamente, dividiu-se o crescimento anual da taxa de câmbio, a que se chamou conversão em índice, pelos valores da inflação comparada para encontrar a paridade do poder de compra de cada moeda (Quadro IV.2 - Anexo 1).

O respectivo índice de crescimento é apresentado no Quadro IV.3 (Anexo 1).

Os valores dos logaritmos do índice de crescimento da paridade do poder de compra são apresentados no quadro IV.4 (Anexo 1).

4 - IPC ponderado pela taxa de câmbio e pela competitividade de outros destinos turísticos - IPCC

Para além da importância de que se reveste o relacionar da taxa de inflação com a taxa de câmbio, a sua conjugação com o nível de competitividade do país receptor face a destinos concorrentes, assume, igualmente, bastante relevo, no contexto deste trabalho.

Para o cálculo dos preços relativos de Portugal ponderados pela competitividade adoptou-se o processo que a seguir se indica.

Primeiro encontrou-se a quota de cada um dos países emissores de turismo, considerados neste trabalho, mas agora como países receptores e em concorrência com Portugal.

A parcela que cada um daqueles países, vistos como receptores, representa no total das deslocações turísticas provenientes do conjunto daqueles países, é apresentada no quadro V.1(Anexo 1). Deste cálculo é retirado o número de turistas que procuram Portugal.

Os dados referentes à partilha turística entre os seis países da Europa: Espanha, Alemanha, França, Holanda, Itália e Reino Unido, face à indisponibilidade de informação para todos os anos do período em análise, foram retirados da publicação da O.C.D.E. - *Politique du tourisme international dans les pays membres de l'O.C.D.E.*, para os anos de 1970, 1975, 1980 e 1985. Para os anos entre 1988 e 1990 utilizaram-se os elementos fornecidos pelo Livro Branco do Turismo. Os restantes anos até 1988 foram estimados pressupondo um crescimento homogéneo entre os anos conhecidos e a partir do ano de 1990 pressupondo um crescimento paralelo à evolução do número de turistas entrados no nosso país.

O nível de atractividade de Portugal assentou no conhecimento para os anos de 1985, 1987 e 1988 da quota turística nacional. Para os demais anos considerou-se

um crescimento similar à evolução do número total de turistas entrados no país provenientes daqueles seis países europeus. (Vide Quadro V.1 - Anexo 1)

A segunda etapa consistiu no cálculo da ponderação, relativamente a Portugal, da competitividade de cada um daqueles destinos turísticos alternativos, conforme Quadro V.2 (Anexo 1).

Para tal recorreu-se à seguinte fórmula:

$$\text{Ponderação da Competitividade} = \frac{1 + (\text{Quota de cada um dos outros países receptores} - \text{Quota de Portugal}) / 100}{\text{Quota de cada um dos outros países receptores}}$$

Na terceira etapa, dividiu-se a taxa de inflação em Portugal pelo índice de crescimento da taxa de câmbio, entre anos sequenciais, para os seis países europeus em causa e igualmente para os E.U.A., conforme quadro V.4 (Anexo 1). Obteve-se deste modo uma taxa de inflação corrigida da taxa de câmbio.

Seguidamente (quarta etapa) encontraram-se as taxas de inflação corrigidas pela ponderação da competitividade. (Quadro V.5 - Anexo 1)

No cálculo desta quinta etapa utilizou-se a seguinte fórmula:

$$\text{Taxa de inflação corrigida pela Ponderação da Competitividade} = \text{Taxa de inflação de cada um dos Países} * \text{Ponderação da Competitividade}$$

O quadro V.6 refere-se ao cálculo do quociente entre a taxa de inflação corrigida da taxa de câmbio (terceira etapa) e a taxa de inflação corrigida da competitividade (quinta etapa), o que constituiu a sexta etapa e permitiu encontrar, por fim, um índice de crescimento do IPC corrigido simultaneamente da taxa de câmbio e dos diferenciais de competitividade, conforme quadro V.7 (Anexo 1).

Os logaritmos associados a este índice de crescimento do IPC corrigido da taxa de câmbio e da competitividade são apresentados no Quadro V.8.

5 - Custo do Alojamento expresso em Moeda dos Países de Origem Turística - ALO

Um dos elementos fundamentais na ponderação do local a visitar pelos turistas é o custo associado ao alojamento, cujo preço surge, em regra, diluído no preço total do “package” a praticar pelos operadores turísticos.

Neste contexto, este elemento assume também para estes um relevo primordial.

Os valores de base para o cálculo dos preços médios reais de venda por quarto duplo em Agosto foram obtidos a partir da informação fornecida pela D.G.T. para o período posterior a 1979, tendo sido estimados os restantes anos. A conversão para a moeda corrente dos respectivos países emissores de turismo assentou nas respectivas taxas de câmbio. (Vide quadro VI.1 - Anexo 1)

Neste cálculo pretendeu-se aproximar o valor do alojamento daquele que é efectivamente cobrado ao turista ao estar inserido num determinado “package”.

Isto significa que nos afastámos do preço praticado ao balcão, pouco realista nos contratos previamente negociados, e nos aproximámos do preço do “package” e valor médio por dormida.

Dado que os valores dizem respeito apenas ao custo do alojamento por uma noite, há que calcular o seu custo total ao longo da estadia dos turistas, segundo cada nacionalidade.

Para tal multiplicou-se o preço do alojamento por noite pela permanência média de cada uma das nacionalidades de turistas, de acordo com a tabela seguinte, obtendo-se os dados presentes no quadro VI.2 (Anexo 1):

Número de Dias de Permanência dos Turistas em Portugal, segundo a nacionalidade

	Espanha	Alemanha	França	Holanda	Itália	Reino Unido	E.U.A.
1970	6,2	12,1	11,2	10,0	8,8	11,1	11,1
1971	5,6	11,0	10,2	9,1	8,0	10,1	8,7
1972	5,5	10,7	10,0	8,9	7,8	9,9	8,5
1973	5,6	11,0	10,2	9,1	8,0	10,1	8,7
1974	5,4	12,6	12,4	12,6	9,4	11,5	8,5
1975	6,6	14,8	14,2	14,2	11,9	13,6	12,7
1976	7,5	13,9	11,9	13,4	10,4	13,2	13,7
1977	6,6	15,3	11,1	13,8	9,0	12,7	10,2
1978	8,6	13,5	11,3	12,8	8,8	12,2	9,7
1979	5,0	16,1	9,4	12,3	9,1	14,8	15,0
1980	7,3	14,8	8,9	10,0	9,1	12,0	13,8
1981	5,7	13,1	10,5	15,0	8,2	13,9	16,2
1982	5,3	14,9	9,8	14,1	8,2	13,0	15,4
1983	4,6	12,8	10,6	13,7	5,6	12,2	11,6
1984	5,6	13,4	10,7	13,9	6,1	12,3	10,7
1985	4,8	13,1	11,2	16,1	6,0	14,3	9,8
1986	4,8	13,1	10,1	14,2	5,7	12,3	10,0
1987	4,3	12,2	9,6	14,2	6,1	11,6	9,7
1988	4,4	12,4	8,2	13,1	7,3	11,2	7,1
1989	3,9	12,7	8,6	15,2	6,7	11,6	6,7
1990	4,1	13,1	8,8	14,0	6,3	11,4	5,7
1991	3,9	12,7	8,9	14,6	6,7	12,5	9,2
1992	4,4	12,4	8,2	13,1	7,3	11,2	7,1
1993	3,1	12,3	9,2	15,5	6,5	11,4	8,4

Fonte: D.G.T. - O Turismo em 1970 a 1993

Apresentam-se os cálculos do índice de crescimento e da ponderação do câmbio, nos quadros VI.3 a VI.6. Os respectivos logaritmos estão apresentados nos quadros VI.7 e VI.8 (Anexo 1).

O processo descrito foi igualmente desenvolvido para a evolução dos preços do alojamento em época alta em Espanha, conforme valores apurados no conjunto dos quadros VII (Anexo 1).

No cálculo do preço do alojamento em Espanha foram utilizados dados apresentados na revista Estudios Turísticos, para 1983 e anos seguintes, tendo-se assumido que nos anos anteriores, dada a ausência de informação, esta terá seguido um comportamento em termos de evolução idêntico ao verificado em Portugal.

Os dados referentes aos preços relativos e ponderados, com e sem o efeito da taxa de câmbio estão apresentados nos quadros VI.9 a VI.22 (Anexo 1).

6 - Custo da Permanência expresso em Moeda dos Países de Origem Turística - PER

Uma das variáveis que se considera assumir grande destaque quando um potencial turista toma a decisão de se deslocar para um determinado destino é saber quanto isso lhe irá custar por dia de estadia, a fim de avaliar qual o gasto total da sua permanência em determinado local.

Para o cálculo do custo da permanência turística em Portugal partiu-se da informação da D.G.T. relativa ao gasto médio diário de um turista, convertido em moeda do seu próprio país.

Dado que os valores do gasto médio por turista não fazem diferenciações de nacionalidades, houve que os corrigir por um factor correspondente à comparação em cada ano, face à média dos países em apreço, do consumo não essencial das famílias (CNEF), cujos dados são apresentados na tabela XIV.2 (Anexo 1). Significa que países com valores de consumo não essencial das famílias superior à média tiveram um incremento em relação ao valor geral apresentado pela D.G.T. do custo médio/turista, havendo uma redução no caso daquele valor ser inferior à média.

Parece-nos válido este raciocínio dado que é sabido que quanto maior é o poder aquisitivo dos turistas, maior é a sua propensão para registarem um nível médio de gasto diário superior.

No cálculo do **custo turístico, por dia**, em Portugal, para os turistas da Alemanha, da Espanha, da Holanda, da Itália, do Reino Unido e dos E.U.A. utilizou-se a seguinte fórmula, entre 1973 e 1993, e para os da França, entre 1983 e 1993:

$$\text{Custo Turístico Dia} = \text{Custo Turístico Dia/Taxa de Câmbio do País} * \text{Peso na Média do C.N.E.F.} * 0,6$$

Neste custo turístico dia considerou-se que o mesmo continha uma parte para alojamento, que cobre cerca de 40% daquele valor, já contemplado noutra variável, pelo que daquele valor estimou-se que 60% é o gasto interno em bens e serviços associados ao turismo, excluindo o alojamento, dos quais 20% corresponde a gastos contabilizados na Balança Turística, como sejam gastos em restauração. Os restantes 40% dizem respeito aos gastos em artigos de comércio, em transportes internos, em artigos de diversão e lazer, etc., que não são apurados para aquela Balança.

Na identificação destas percentagens seguiu-se de perto o estudo da Direcció General D'Economia (1991) que apurou a distribuição dos gastos turísticos no país de origem e no destino Baleares.

Para todos os países à excepção da França, para o período entre 1970 e 1972, considerou-se que o custo turístico acompanhou a evolução do C.N.E.F.

Para a França, no período entre 1970 e 1982, utilizou-se a informação presente em Witt e Witt (1992).

Os dados então apurados, referentes ao custo turístico dia em Portugal são apresentados no quadro VIII.1 (Anexo 1).

Para se encontrar o custo da permanência em Portugal dos diversos turistas estrangeiros, multiplicou-se o custo/dia de cada país pela respectiva permanência média em território nacional, conforme valores apresentados no quadro VIII.2 (Anexo 1).

O cálculo do índice de crescimento e da ponderação do câmbio é apresentado nos quadros VIII.4 a VIII.7 (Anexo 1).

Os respectivos logaritmos associados são apresentados nos quadros VIII.8 e VIII.9 (Anexo 1).

O apuramento dos preços relativos e ponderados, bem como o cálculo dos seus respectivos logaritmos é apresentado nos quadros VIII.10 a VIII.23 (Anexo 1).

No cálculo do custo da permanência, por pessoa, no destino Espanha, seguiu-se um método semelhante ao adoptado para Portugal, conforme se pode constatar pelo conjunto de quadros XI (vide anexo 1).

O custo turístico por dia, em Espanha, para os turistas oriundos da França, Alemanha e Reino Unido foi igualmente retirado do estudo de Witt e Witt(1992), para os anos compreendidos entre 1970 e 1982.

Nos anos entre 1983 e 1990 adoptou-se a seguinte fórmula para a estimação daquele custo, por países, admitindo-se, tal como já ficou anteriormente explicado, a exclusão das despesas em alojamento:

$$\text{Custo Turístico Dia} = \frac{\text{Custo Turístico Total por Países (em dólares)}}{\text{Permanência}} * \frac{\text{Taxa de Câmbio dos E.U.A.}}{\text{Taxa de Câmbio de cada um dos países}} * \text{Peso na média do C.N.E.F.}$$

A partir de 1991 até 1993 assumiu-se que o custo turístico/dia teve o mesmo comportamento que o crescimento do C.N.E.F. de cada um dos países em questão.

Para calcular o custo turístico por dia dos turistas italianos e holandeses utilizou-se a fórmula descrita anteriormente, para 1970 a 1990, assumindo-se que a partir daquele ano, a variável acompanhou a variação do C.N.E.F.

No caso dos Estados Unidos, dado que a informação base estava em dólares, não houve que fazer a reconversão da moeda, pelo que a fórmula ficou com a seguinte configuração:

$$\text{Custo Turístico Dia} = \frac{\text{Custo Turístico Total dos E.U.A.} *}{\text{Permanência}}$$

* Peso na Média do C.N.E.F.

Esta fórmula foi utilizada para o período de 1970 a 1990, seguindo-se o mesmo método adoptado nos restantes países, a partir de 1991. (vide quadro XI.1 - Anexo1)

Para estimar o custo turístico da permanência de cada turista segundo a sua nacionalidade assumiu-se igual permanência tanto em Espanha com em Portugal, dado a inexistência de informação mais detalhada sobre esta variável. (vide quadro XI.2 - Anexo 1)

7 - Custo da Viagem por Via Aérea expresso em Moeda dos Países de Origem Turística - AER

Outra das variáveis que determina a escolha de um determinado destino turístico é o custo da viagem, que se pode fazer essencialmente por duas vias: a aérea e a terrestre.

Começando pelo custo da viagem de ida e volta, por via aérea e, dada a escassez de dados relativos ao custo da viagem de cada um dos países de origem para Portugal e Espanha, utilizaram-se diversas formas de compilação da informação,

para cada um dos países europeus estudados e para os E.U.A, com vista à construção da série de 1970 a 1993.

Dado que a informação disponível relativa ao preço das tarifas é apenas para o período após 1989, todos os demais anos tiveram que ser estimados.

Para a totalidade dos países emissores de turismo para Portugal, o **preço médio da tarifa normal da viagem de ida e volta**, após 1989, foi calculado mediante a seguinte fórmula:

$$\text{Preço da tarifa para Portugal} = (\text{Preço das tarifas em Julho para o destino Funchal} * \text{N}^\circ \text{ Turistas Entrados por aquela fronteira} + \text{Preço das tarifas em Julho para o destino Faro} * \text{N}^\circ \text{ Turistas Entrados por aquela fronteira} + \text{Preço das tarifas em Julho para o destino Lisboa} * \text{N}^\circ \text{ Turistas Entrados por aquela fronteira}) / \text{N}^\circ \text{ Total de Turistas Entrados pelas 3 fronteiras}$$

Os aeroportos de chegada a território português aqui considerados foram seleccionados por serem aqueles que maior número de turistas estrangeiros movimentam por ano.

Os aeroportos de partida considerados neste estudo foram:

- de Espanha: Madrid e Barcelona
- da Alemanha: Frankfurt, Munique, Hamburgo e Berlim
- de França: Paris
- da Holanda: Amsterdão
- de Itália: Milão, Bologna e Roma
- do Reino Unido: Londres
- dos E.U.A.: Nova Iorque.

Os valores para o preço da viagem de Espanha para Portugal, de 1970 a 1988, foram obtidos mediante estimativa própria. No cálculo do preço da viagem da Alemanha e do Reino Unido adoptou-se um crescimento idêntico ao registado

daquelas origens com destino a Espanha, indicadas no estudo já referenciado (Witt e Witt, 1992).

Em relação ao Reino Unido há a referir que o custo da viagem correspondeu a metade da tarifa normal, dado que a maioria das deslocações de ingleses para Portugal se processa através de ligações “Charter”, cujos preços praticados são substancialmente inferiores aos de um voo regular.

O preço da viagem aérea com origem em França foi retirado, entre 1970 e 1983, igualmente do estudo de Witt e Witt (1992) e, a partir de 1983, assumiu-se que houve um crescimento homogéneo até 1989.

Para os preços da viagem aérea com origem na Holanda, na Itália e nos E.U.A. admitiu-se, para o período entre 1970 e 1988, uma evolução igual à observada para França.

A compilação de todos estes dados é feita no quadro IX.1 - Anexo 1.

Os índices de crescimento e de ponderação do câmbio dos preços das viagens aéreas são apresentados, respectivamente, nos quadros IX.3 a IX.6 (Anexo 1).

Os logaritmos associados a estes índices são expostos dos quadros IX.7 e IX.8 (Anexo 1).

Os resultados do cálculo dos preços relativos e ponderados, bem como dos seus logaritmos, estão compilados nos quadros IX.9 a IX.22 (Anexo 1).

No caso das deslocações para Espanha consideraram-se, por simplificação e, por analogia com o método adoptado para Portugal, os Aeroportos de Madrid e de Málaga como aqueles mais representativos das chegadas de turistas estrangeiros àquele país.

Os Aeroportos de partida dos turistas alemães, franceses, holandeses, italianos, ingleses e americanos são os mesmos que já foram referenciados para o caso português.

Para o conjunto daqueles países e, dada a ausência de informação, pressupôs-se que o peso de cada uma das nacionalidades de estrangeiros entrados pela capital espanhola ou pela fronteira Sul seguia a mesma estrutura da observada para Portugal, pelo que o valor da **tarifa para Espanha**, após 1989, foi calculado da seguinte forma:

$$\text{Preço da tarifa para Espanha} = (\text{Preço das tarifas em Julho para os destinos Málaga} * \text{Peso do N}^\circ \text{ Turistas Entrados em Portugal por Faro} + \text{Preço das tarifas em Julho para os destinos Madrid} * \text{Peso do N}^\circ \text{ Turistas Entrados em Portugal por Lisboa}) / \text{N}^\circ \text{ Total de Turistas Entrados por Faro e Lisboa}$$

O preço pago pelos turistas oriundos da Alemanha, França e Reino Unido pela viagem, nos primeiros dois casos entre, 1970 e 1983 e, no terceiro caso, entre 1970 e 1985, foram igualmente retirados do estudo de Witt e Witt (1992), admitindo-se nos restantes anos até 1989 um crescimento dos preços paralelo à evolução do número de entradas de avião, de cada uma daquelas nacionalidades, em Espanha.

Tal com fora admitido para Portugal, considerou-se que o preço da deslocação de avião do Reino Unido, para Espanha, corresponde a metade do preço de uma tarifa normal.

Para as viagens com origem na Holanda, Itália e E.U.A. assumiu-se que os preços tiveram um comportamento idêntico à variação dos preços registada em França, para o período de 1970 a 1989.

Com base nesta informação foi possível construir o quadro XII.1, elaborando-se, de seguida, todo o conjunto de quadros XII, adoptando-se, para tal, o mesmo processo que já foi descrito para Portugal (Anexo 1).

8 - Custo da Viagem por Via Terrestre expresso em Moeda dos Países de Origem Turística - TER

No que se refere ao custo da viagem, de ida e volta, de automóvel, dos diversos países, para Portugal e Espanha, consideraram-se as distâncias, por simplificação, entre as capitais dos países de origem e Lisboa, no caso do destino ser Portugal e Madrid, no caso de ser Espanha; o consumo médio aos 100 Km de um automóvel ao longo do período em estudo e o preço de 100 litros da gasolina super.

As distâncias consideradas entre as capitais dos seguintes países foram:

De Espanha(Madrid) para Portugal(Lisboa) - 630 Km
Da Alemanha(Bona) para Portugal(Lisboa) - 3 420 Km
De França(Paris) para Portugal(Lisboa) - 2 295 Km
De Itália(Roma) para Portugal(Lisboa) - 2 670 Km
Da Holanda(Amsterdão) para Portugal(Lisboa) - 2 745 Km
Do Reino Unido(Londres) para Portugal(Lisboa) - 2 775 Km
Da Alemanha(Bona) para Espanha(Madrid) - 2 790 Km
De França(Paris) para Espanha(Madrid) - 1 665 Km
De Itália(Roma) para Espanha(Madrid) - 2 040 Km
Da Holanda(Amsterdão) para Espanha(Madrid) - 2 115 Km
Do Reino Unido(Londres) para Espanha(Madrid) - 2 145 Km.

O consumo médio estimado dos veículos que se deslocaram para Portugal e Espanha é apresentado na tabela seguinte:

Consumo Médio aos 100 Km dos veículos automóveis, por países de origem de fluxos turísticos

Un: litros/100 Km

	Espanha	Alemanha	França	Holanda	Itália	Reino Unido	Índice de Correção R.U. pelo perc. barco	Consumo médio do R.Unido corrigido
						1	2	3=1*2
1970	10,4	10,3	a)	10,3	10,3	10,3	4,00	41,16
1971	9,8	9,8	a)	9,8	9,8	9,8	3,83	37,54
1972	9,3	9,3	a)	9,3	9,3	9,3	3,66	34,11
1973	8,8	8,8	a)	8,8	8,8	8,8	3,46	30,57
1974	8,3	8,3	a)	8,3	8,3	8,3	3,25	27,14
1975	7,9	7,9	a)	7,9	7,9	7,9	3,01	23,60
1976	7,7	7,7	a)	7,7	7,7	7,7	2,85	21,89
1977	7,5	7,5	a)	7,5	7,5	7,5	2,68	20,13
1978	7,3	7,3	a)	7,3	7,3	7,3	2,51	18,40
1979	7,2	7,2	a)	7,2	7,2	7,2	2,33	16,65
1980	7,0	7,0	a)	7,0	7,0	7,0	2,14	14,94
1981	6,8	6,8	a)	6,8	6,8	6,8	1,95	13,21
1982	5,6	5,6	a)	5,6	5,6	5,6	2,00	11,20
1983	6,1	6,1	a)	6,1	6,1	6,1	1,77	10,80
1984	6,1	6,1	5,3	6,1	6,1	6,1	1,77	10,80
1985	6,1	6,1	5,3	6,1	6,1	6,1	1,77	10,80
1986	6,1	6,1	5,3	6,1	6,1	6,1	1,77	10,80
1987	6,1	6,1	5,3	6,1	6,1	6,1	1,77	10,80
1988	6,1	6,1	5,3	6,1	6,1	6,1	1,77	10,80
1989	6,1	6,1	5,3	6,1	6,1	6,1	1,77	10,80
1990	6,1	6,1	5,3	6,1	6,1	6,1	1,77	10,80
1991	6,1	6,1	5,3	6,1	6,1	6,1	1,77	10,80
1992	6,1	6,1	5,3	6,1	6,1	6,1	1,77	10,80
1993	6,1	6,1	5,3	6,1	6,1	6,1	1,77	10,80

a) Foram utilizados os dados já calculados do trabalho de Witt e Witt (1992)

Os valores do preço de 100 litros da gasolina super, nos diversos países em estudo, são expostos na tabela que a seguir se apresenta:

Preço do combustível super por cada 100 litros, expresso em cada uma das divisas dos países de origem de turistas

	Espanha	Alemanha		França	Holanda		Itália		Reino Unido	
		Percurso Alemanha/ França	Percurso França/ Portugal		Percurso Holanda/ França	Percurso França/ Portugal	Percurso Itália/ França	Percurso França/ Portugal	Percurso R. Unido/ França	Percurso França/ Portugal
	Pesetas	Marcos	Marcos	Francos	Florins	Florins	Liras	Liras	Libras	Libras
1970	1.273,3	61,90	75,50	a)	62,80	74,73	14.000	12.936	7,15	8,65
1971	1.273,0	76,76	96,60	a)	69,00	81,01	14.700	13.598	8,60	10,41
1972	1.377,6	79,66	97,20	a)	74,39	86,14	17.386	81.021	9,60	11,62
1973	1.503,3	99,94	121,90	a)	80,34	91,75	28.873	26.765	12,10	14,64
1974	1.513,8	101,39	123,70	a)	88,05	99,14	33.300	30.902	14,45	17,48
1975	2.037,1	86,90	105,10	a)	97,00	107,67	30.000	27.840	15,95	19,30
1976	2.509,5	90,63	109,70	a)	96,79	106,86	33.528	30.946	18,60	22,32
1977	3.032,2	74,52	90,20	a)	96,37	105,81	45.279	41.566	21,10	25,11
1978	3.645,8	54,38	65,80	a)	95,46	104,24	34.866	31.833	23,30	27,49
1979	3.752,7	82,58	99,90	a)	97,79	106,20	53.678	48.740	25,40	29,72
1980	4.578,4	110,78	134,00	a)	151,34	163,45	80.800	72.962	27,70	32,13
1981	5.204,7	126,90	152,30	a)	156,00	167,70	85.000	76.330	29,04	33,40
1982	6.054,4	140,90	159,20	a)	170,80	175,58	99.500	88.953	35,02	37,47
1983	7.349,2	144,90	155,90	a)	167,80	174,18	116.500	92.734	36,70	40,37
1984	7.786,7	134,90	164,60	504,00	179,90	184,94	130.000	101.270	40,35	43,17
1985	9.160,5	140,20	187,90	574,00	178,30	212,18	130.000	122.330	41,50	49,80
1986	8.680,3	124,00	160,00	511,00	165,50	180,40	136.000	109.888	41,71	50,47
1987	8.238,7	106,40	140,40	478,00	158,00	158,63	128.000	101.888	38,42	44,95
1988	7.686,5	109,50	142,40	468,00	162,90	163,55	129.000	103.200	41,95	49,08
1989	8.109,3	110,50	143,70	483,50	168,80	169,48	137.000	109.600	44,50	52,07
1990	8.432,5	114,70	149,10	501,70	171,30	171,99	146.000	116.800	45,40	53,12
1991	9.108,3	103,80	135,00	507,80	173,00	173,69	156.000	124.800	44,60	52,18
1992	7.593,3	108,40	140,80	468,00	180,10	180,82	142.500	114.000	47,00	54,99
1993	6.652,1	112,80	146,70	351,00	190,50	191,26	134.500	107.600	47,70	55,81

a) Foram utilizados os dados já calculados do trabalho de Witt e Witt (1992)

As estatísticas do Eurostat permitiram obter a primeira série de valores para cada país, pressupondo que o turista abastece o depósito do seu veículo no seu país de origem e que o volta a reabastecer em França, pelo que houve que converter o preço do combustível em França nas moedas de cada um dos países, atendendo à diferença existente entre os preços praticados em França e os demais países.

Deste modo, e articulando as variáveis, deduziu-se a seguinte fórmula para o cálculo da **viagem de ida e volta de automóvel de Espanha para Portugal**:

$$\text{Custo da viagem terrestre} = (\text{Cons. Médio aos 100 Km dos Veículos} * \text{Preço de 100 litros Gasolina Super em Espanha} * \text{Km entre Capitais} / 10\ 000) * 2$$

Dado que nas estatísticas disponíveis, não era evidenciado o preço do combustível em Espanha e, sabendo-se que o diferencial dos preços entre aquele país e França é de cerca de menos 16%, converteram-se os dados referentes ao preço em francos, da gasolina super, para pesetas e considerou-se 84% daquele valor, como sendo o preço praticado em Espanha.

Para o **percurso de França para Portugal**, o estudo de referência deste trabalho, efectuado por Witt e Witt (1992), indica o custo da viagem de automóvel entre 1970 e 1983, utilizando-se para o ano de 1984 e seguintes a expressão:

$$\text{Custo da viagem terrestre} = (\text{Cons. Médio aos 100 Km dos Veículos} * \text{Preço de 100 litros Gasolina Super em França} * \text{Km entre Capitais} / 10\ 000) * 2$$

Para os itinerários entre as capitais dos outros países e Lisboa considerou-se que os mesmos eram feitos em duas etapas: da capital de cada país a Paris e de Paris até Lisboa, pelo que se teve de ponderar o peso de cada uma das etapas no total da distância a percorrer, encontrando-se desse modo um custo de percurso ponderado pelos preços de cada etapa.

As ponderações consideradas foram as seguintes:

	Percurso até França	Percurso de França ao país de destino
Alemanha/Portugal	0,33	0,67
Holanda/Portugal	0,164	0,836
Itália/Portugal	0,14	0,86
Reino Unido/Portugal	0,17	0,83
Alemanha/Espanha	0,4	0,6
Holanda/Espanha	0,213	0,787
Itália/Espanha	0,184	0,816
Reino Unido/Espanha	0,224	0,776

Deste modo, no cálculo do custo dos itinerários utilizaram-se as seguintes expressões:

Alemanha para Portugal:

Custo da viagem terrestre = ((Cons. Médio aos 100 Km dos Veículos * Preço de 100 litros Gasolina Super na Alemanha * Km entre Capitais da Alemanha e Portugal / 10 000) * 0,33 + (Cons. Médio aos 100 Km dos Veículos * Preço de 100 litros Gasolina Super na França em marcos * Km entre Capitais da Alemanha e Portugal / 10 000) * 0,67) * 2

Holanda para Portugal:

Custo da viagem terrestre = ((Cons. Médio aos 100 Km dos Veículos * Preço de 100 litros Gasolina Super na Holanda * Km entre Capitais da Holanda e Portugal / 10 000) * 0,164 + (Cons. Médio aos 100 Km dos Veículos * Preço de 100 litros Gasolina Super na França em florins * Km entre Capitais da Holanda e Portugal / 10 000) * 0,836) * 2

Itália para Portugal:

$$\text{Custo da viagem terrestre} = ((\text{Cons. Médio aos 100 Km dos Veículos} * \text{Preço de 100 litros Gasolina Super na Itália} * \text{Km entre Capitais da Itália e Portugal} / 10\ 000) * 0,14 + (\text{Cons. Médio aos 100 Km dos Veículos} * \text{Preço de 100 litros Gasolina Super na França em liras} * \text{Km entre Capitais da Itália e Portugal} / 10\ 000) * 0,86) * 2$$

Reino Unido para Portugal:

$$\text{Custo da viagem terrestre} = ((\text{Cons. Médio aos 100 Km dos Veículos} * \text{Preço de 100 litros Gasolina Super no Reino Unido} * \text{Km entre Capitais do Reino Unido e Portugal} / 10\ 000) * 0,17 + (\text{Cons. Médio aos 100 Km dos Veículos} * \text{Preço de 100 litros Gasolina Super na França em libras} * \text{Km entre Capitais do Reino Unido e Portugal} / 10\ 000) * 0,83) * 2$$

Todo o apuramento atrás descrito é compilado no quadro X.1 (Anexo 1).

Por simplificação, considerou-se o custo do regresso ao país de origem igual ao custo do percurso para Portugal.

O custo da viagem para o percurso de cada um daqueles países até Espanha é apresentado no quadro XIII.1 (Anexo 1).

No caso das deslocações da Alemanha, Holanda, Itália e Reino Unido as fórmulas anteriores têm o seguinte ajustamento:

Alemanha para Espanha a partir do ano de 1984, dado que de 1970 a 1983 utilizaram-se os valores do estudo de Witt e Witt (1992):

Custo da viagem terrestre = ((Cons. Médio aos 100 Km dos Veículos * Preço de 100 litros Gasolina Super na Alemanha * Km entre Capitais da Alemanha e Espanha / 10 000) * 0,4 + (Cons. Médio aos 100 Km dos Veículos * Preço de 100 litros Gasolina Super na França em marcos * Km entre Capitais da Alemanha e Espanha / 10 000) * 0,6) * 2

Holanda para Espanha:

Custo da viagem terrestre = ((Cons. Médio aos 100 Km dos Veículos * Preço de 100 litros Gasolina Super na Holanda * Km entre Capitais da Holanda e Espanha / 10 000) * 0,213 + (Cons. Médio aos 100 Km dos Veículos * Preço de 100 litros Gasolina Super na França em florins * Km entre Capitais da Holanda e Espanha / 10 000) * 0,787) * 2

Itália para Espanha:

Custo da viagem terrestre = ((Cons. Médio aos 100 Km dos Veículos * Preço de 100 litros Gasolina Super na Itália * Km entre Capitais da Itália e Espanha / 10 000) * 0,184 + (Cons. Médio aos 100 Km dos Veículos * Preço de 100 litros Gasolina Super na França em liras * Km entre Capitais da Itália e Espanha / 10 000) * 0,816) * 2

Reino Unido para Espanha, a partir de 1986, dado que até 1985 utilizou-se a informação apresentado no estudo já referido de Witt e Witt (1992):

Custo da viagem terrestre = ((Cons. Médio aos 100 Km dos Veículos * Preço de 100 litros Gasolina Super no Reino Unido * Km entre Capitais do Reino Unido e Espanha / 10 000) * 0,224 + (Cons. Médio aos 100 Km dos Veículos * Preço de 100 litros Gasolina Super na França em libras * Km entre Capitais do Reino Unido e Espanha / 10 000) * 0,776) * 2

Observou-se o mesmo método, tanto para a deslocação para Portugal como para Espanha.

Começou-se por se encontrar o índice de crescimento e a ponderação do câmbio. No caso português vejam-se os quadros X.3 a X.6. O cálculo para Espanha é apresentado nos quadros XIII.3 a XIII.6 (vide anexo 1).

Os logaritmos dos índices referidos anteriormente são apresentados, para Portugal, nos quadros X.7 e X.8 e, para Espanha, nos quadros XIII.7 a XIII.8 (Anexo 1).

O cálculo dos preços relativos e ponderados e respectivos logaritmos é efectuado nos quadros X.9 a X.22 (Anexo 1).

9 - Consumo não Essencial das Famílias - CNEF

O consumo não essencial das famílias apresentado no quadro XIV.1 é uma variável que se considera importante dado que as pessoas só têm condições de fazer turismo noutro país desde que as suas necessidades básicas estejam satisfeitas.

Assim, sabendo a composição do consumo final das famílias, calculou-se o consumo final não essencial, retirando àquele o gasto em produtos alimentares, bebidas e tabacos, artigos de vestuário e calçado, móveis, artigos domésticos e despesas de manutenção corrente e serviços médicos e despesas com a saúde.

Dado que a disponibilidade da informação estatística desagregada só compreendeu o período até 1990, para os restantes três anos considerou-se que o consumo não essencial das famílias teve um crescimento similar à variação anual do consumo final total das famílias.

Os dados de base para a série estatística a construir encontravam-se em ECUS, o que permitiu encontrar valores abaixo e acima da média, do conjunto dos sete

países em análise, utilizado em cálculos anteriores (Vidé quadro XIV.2 - Anexo 1).

No quadro XIV.3 apresenta-se a conversão dos ECUS para a divisa de cada um dos países, ficando o consumo não essencial definido em moeda nacional a preços correntes.

Os índices de crescimento e de ponderação do câmbio são apresentados nos quadros XIV.4 a XIV.7 (Anexo 1).

Os logaritmos dos índices de crescimento e de ponderação do câmbio, expressos na moeda de cada país, estão presentes nos quadros XIV.8 e XIV.9 (Anexo 1).

10 - Consumo não essencial das famílias do período anterior - CNEFI

Dado que a maioria das viagens para o estrangeiro são objecto de marcação, pelos turistas, junto dos operadores turísticos, com bastante tempo de antecedência, a disponibilidade e capacidade de se deslocarem tem mais a ver com o rendimento que lhes sobra, após a realização dos consumos essenciais, no período anterior, do que no próprio ano em que efectuam a saída para o exterior.

Deste modo encarou-se igualmente como variável explicativa o consumo não essencial das famílias diferenciado de um período.

11 - Procura Turística do período anterior, por Países - TURI

Muito do desejo de viajar para um determinado destino turístico advém da experiência de amigos e conhecidos que já estiveram em determinado local, do qual trouxeram boas recordações e que passam a outros as suas experiências, incentivando desse modo a procura desses mesmos locais.

Paralelamente, se um turista esteve alojado num determinado país e gostou, existem fortes probabilidades de lá regressar, se para isso tiver oportunidade.

É na perspectiva de se considerar importante esta informação de carácter qualitativo que se introduziu nos modelos a procura turística do ano anterior como variável explicativa. Dado que não se dispunha de informação mais pormenorizada sobre todo o conjunto de variáveis qualitativas que podem determinar o local da escolha onde fazer turismo, considerou-se a procura turística diferenciada de um período, embora de natureza quantitativa, como aquela que melhor se adequava ao objectivo pretendido.

12 - Variável Dummy - DU

A variável “dummy” pretende explicar alterações que ocorreram, quer no país de destino quer nos países de origem, e que afectam a procura turística externa. Esta variável tenta “cobrir” o que as demais variáveis explicativas não têm capacidade para traduzir.

Estas variáveis justificam-se pelos cortes registados na tendência natural de evolução das demais variáveis, provocados por factores políticos e económicos, considerados “anormais”. A variável “dummy” assume, deste modo, o valor um, quando o evento que afecta negativamente a procura ocorre, e zero na sua ausência.

Neste contexto consideraram-se duas abordagens: ou a variável dummy é igual a um entre 1974 e 1976, o que cobre os efeitos na procura resultantes dos períodos conturbados do 25 de Abril de 1974 em Portugal e a primeira crise petrolífera de 1973, cujo impacte se fez sentir em toda a economia mundial; ou a variável é igual a um entre 1974 e 1979, englobando estes dois fenómenos e mais a segunda crise petrolífera de 1979.

Nos restantes anos, até 1973 e a partir de 1977, ou a partir de 1980, respectivamente, a variável “dummy” é igual a zero.

Houve países para cuja estimação da função procura se obtiveram melhores resultados com a primeira alternativa e noutros com a segunda. Em qualquer dos

modelos estimados as duas alternativas para a variável são utilizadas em separado e nunca em simultâneo.

13 - Variável de Trend - TIME

Neste tipo de modelos, com recurso a séries cronológicas, a própria tendência de crescimento das variáveis ajuda a explicar o fenómeno em apreço, que neste caso é a procura turística externa, por países.

Com a introdução da variável tempo consegue-se uma perspectiva mais estrutural dado que o efeito tendência alarga o âmbito da variável anterior.

Foi neste entendimento que esta variável foi testada nos modelos, a fim de averiguar a sua importância.

4.2.3 - Comportamento esperado das variáveis

Adoptando a mesma metodologia indicada por Silva (1991) e Chadee e Mieczkowski (1987), poder-se-á afirmar que das variáveis de custo espera-se que o seu agravamento tenha como resultado uma redução na procura turística. O mesmo efeito é aguardado quando ocorrem incrementos na taxa de inflação nacional e no índice de preços no consumidor ponderado pela competitividade.

Em contrapartida, espera-se que variáveis como a taxa de câmbio, o consumo não essencial das famílias do período ou do ano anterior, a paridade do poder de compra e a procura turística do período anterior venham a originar incrementos na procura quando os seus valores aumentam.

Por sua vez a variável dummy, dado que reflecte eventos que condicionam a procura turística, deverá ter sinal negativo. A variável “time”, por outro lado, assume valores positivos ou negativos conforme as alterações de gosto e preferências dos potenciais turistas evoluíram em sentido favorável ou desfavorável em relação a Portugal.

Expressando as afirmações anteriores, em termos matemáticos, pode-se escrever que:

$$\begin{aligned} \partial AER / \partial TUR < 0; \quad \partial ALO / \partial TUR < 0; \quad \partial CAM / \partial TUR > 0; \quad \partial CNEF / \partial TUR > 0; \\ \partial CNEF1 / \partial TUR > 0; \quad \partial INF / \partial TUR < 0; \quad \partial IPCC / \partial TUR < 0; \quad \partial PPC / \partial TUR > 0; \\ \partial PER / \partial TUR < 0; \quad \partial TER / \partial TUR < 0 \text{ e } \partial TUR1 / \partial TUR > 0. \end{aligned}$$

4.2.4 - Forma funcional dos modelos

Tal como ficou evidenciado no ponto 2.4.3.1., a forma mais prática e usual de modelização da procura turística é através da forma logarítmica, o que permite que os valores encontrados na estimação sejam interpretados como elasticidades, o que simplifica bastante a análise dos modelos econométricos.

Especificando a forma funcional de um modelo completo ela será:

$$\begin{array}{cccccccccc} & b2 & & b3 & & b4 & & b5 & & b6 & b7 & b8 & b9 & b10 \\ TUR = b1 & AER & & ALO & & CAM & & CNEF & & CNEF & DU & INF & IPCC & PPC \\ & & & & & & & & & & & & & \\ & b11 & b12 & & b13 & & b14 & & & & & & & \\ PER & TER & TUR1 & & TIME & & Resid & & & & & & & \end{array}$$

A função logaritmizada virá:

$$\begin{aligned} \log TUR = b1 + b2 \log AER + b3 \log ALO + b4 \log CAM + b5 \log CNEF + \\ + b6 \log CNEF1 + b7 \log DU + b8 \log INF + b9 \log IPCC + b10 \log PPC + \\ + b11 \log PER + b12 \log TER + b13 \log TUR1 + b14 \log TIME + Resid \end{aligned}$$

4.2.5 - Procedimento para a selecção dos melhores modelos

Utilizou-se, para a estimação dos diversos modelos, o método de regressão dos mínimos quadrados (OLS), recorrendo para tal ao apoio de um programa informático: o Eviews - Econometric Views, que é uma adaptação do TSP - Time Series Processor, para ambiente Windows.

Existem alguns estudos, dos quais um de Witt e Witt (1992) que indicam um outro método alternativo de estimação, geralmente utilizado quando, através da estimação pelo método dos mínimos quadrados, se detecta a presença de autocorrelação. O método é designado por Cochrane-Orcutt, método este que procede de forma interactiva com vista a reduzir a autocorrelação existente entre as variáveis.

Neste trabalho, sempre que foi detectada a presença de problemas de autocorrelação, o modelo em apreço foi rejeitado, não se tendo recorrido a esta alternativa, dado que isso implicava o recurso a outro “package”. Dadas as restrições de tempo existentes para o desenvolvimento deste estudo e atendendo a que o seu objectivo é o da estimação de funções que expliquem de uma forma geral a procura turística externa, optou-se por não aprofundar esta possível vertente, ficando aberto o caminho a um futura investigação nesta área.

O processo de modelização seguiu os seguintes passos:

- 1º - Estimação do modelo englobando todas as variáveis;
- 2º - Sucessivamente retiravam-se aquelas variáveis que apresentavam sinais incorrectos ou se apresentavam insignificantes do ponto de vista estatístico, mediante a análise do teste t-Student.

Tentou-se em todos os modelos que os níveis de significância das variáveis fossem relevantes, só não o conseguindo em alguns casos pontuais em que não foi possível melhorar a estimação retirando as variáveis com níveis de significância inferiores.

Segundo o trabalho de Witt e Witt (1992), quando o teste t-Student não apresenta valores acima do valor indicado nas tabelas, não se pode concluir que a variável não seja significativa, mas que o é se ultrapassar aquele valor.

Os critérios de selecção dos melhores modelos tiveram presente a metodologia indicada por Witt e Martin (1987, 1989 e 1992):

1- A estatística de Durbin-Watson

Optou-se primeiro pelos modelos cujos valores, para aquele teste estavam compreendidos entre 1,93 e 2,07, onde se pode concluir, com exactidão, a não existência de autocorrelação, de primeira ordem, nos resíduos e, posteriormente por aqueles que tinham valores entre 1,6 e 2,4, zona onde nada se pode concluir sobre a existência de autocorrelação e, por isso, designada por zona inconclusiva.

Todos os modelos cujo teste de Durbin-Watson apresentava valores superiores a 2,4 ou inferiores a 1,6 foram rejeitados.

2 - O coeficiente de correlação corrigido

Outro critério adoptado foi tentar maximizar o ajuste do modelo à variável que se pretendia explicar e isso é medido pelo coeficiente de correlação e coeficiente de correlação corrigido.

Houve, portanto, a preocupação de obter elevadas correlações entre as variáveis, conseguindo-se sempre valores corrigidos superiores a 94%, à excepção dos Estados Unidos em que se conseguiram valores inferiores. Para este país o menor coeficiente de correlação corrigido foi de 72%, não se atingindo, no entanto, nunca os 90%.

Este índice inferior de explicação da procura turística proveniente dos Estados Unidos da América poder-se-á justificar, segundo White (1985), pela existência

de outras variáveis, provavelmente não quantitativas, que explicariam o seu comportamento, e que não foram contempladas neste estudo.

De facto, e segundo aquele autor, para os turistas americanos, os destinos turísticos Portugal e Espanha são considerados de luxo, uma vez que próximo de si têm um outro destino substituto, o México, que implica um custo menor para o mesmo tipo de local, embora fisicamente diferenciados, mas muito próximos na língua e na cultura.

3- Sinais correctos dos coeficientes das variáveis

Sempre que nos modelos eram identificadas variáveis cujos coeficientes não tinham os sinais esperados, conforme ficou explicado no ponto 3.2.3 desta parte do trabalho, as mesmas eram retiradas do processo de estimação.

4 - O teste t-Student

A fim de determinar a significância das variáveis para a explicação da procura turística, seleccionou-se, preferencialmente, os modelos cujo o valor do teste t-Student era superior a 1,714, que é o valor indicado na tabela para $n = 23$ e um intervalo de 0,05. Utilizou-se este nível de significância por ser o mais usual na grande maioria dos textos e artigos escritos em que se procede à estimação de funções de procura turística.

5 - O teste F-Snedecor

O valor elevado do teste veio complementar a análise das regressões seleccionadas, dado que, para todas elas, esta estatística apresenta valores que permitem rejeitar as hipóteses $H_0 = b_i = 0$ (com os respectivos graus de liberdade do numerador e do denominador), a um nível de significância de 0,05, indicativo que a regressão é significativamente diferente de zero a um nível de 5%.

Nalguns modelos, embora observando-se os demais critérios de selecção, o teste de F era baixo, o que indiciava que a equação não era significativamente diferente

de zero a um nível de 5%, o que significa que o modelo não explica qualquer variação da procura turística externa. Sempre que se encontraram modelos nestas condições, os mesmos foram considerados inaceitáveis e abandonados.

6 - Detecção de problemas de multicolinearidade

Os problemas associados à multicolinearidade advêm dos dados de base da amostra e não resultam de problemas de estimação. Através das análises efectuadas às regressões, nomeadamente aos desvios padrões das variáveis e das covariâncias entre as variáveis independentes, pode-se afirmar que os modelos seleccionados apresentam uma possibilidade de multicolinearidade quase nula. Neste entendimento, assume-se como extremamente baixo o valor das covariâncias entre as variáveis explicativas.

Sempre que no modelo eram detectados elevados desvios padrões para as variáveis explicativas e as covariâncias entre as mesmas ultrapassavam 0,7 optou-se pelo seu abandono.

4.3 - Modelos de procura turística externa estimados - Resultados apurados

Com base nas séries obtidas no conjunto de quadros do I ao XIV e compilados no anexo 1, estimaram-se os seguintes modelos econométricos a analisar, para cada um dos sete países em estudo.

4.3.1 - Resultados apurados para a procura com origem em Espanha

O quadro da página seguinte sintetiza a principal informação para cada um dos oito modelos desenvolvidos para este país, podendo ser consultada informação mais detalhada para cada uma das regressões no anexo 2.

Considerando apenas os **preços absolutos**, registados em Portugal, e o **índice de crescimento** das variáveis, o modelo de procura turística de espanhóis tem a seguinte configuração:

$$\log\text{TUR} = 5,903542 + 1,232281 \log\text{CAM} - 0,894865 \text{DU} - 0,894264 \log\text{IPCC} - 0,551738 \log\text{TER}$$

Da sua análise pode-se concluir que a taxa de câmbio é, sem dúvida, a principal variável que determina a procura de bens e serviços nacionais por parte dos turistas espanhóis.

De facto, pode-se afirmar que o aumento de um por cento, naquela variável, tem como resultado, um incremento de 1,2%, no número de turistas espanhóis, que procuram Portugal, para efeitos de turismo.

Esta conclusão mantém-se válida quando se atende à **ponderação do câmbio** nas variáveis, embora com ajuste no seu valor.

Neste caso, a equação é a seguinte:

— A Taxa de Câmbio e os Preços Turísticos —
Modelos estimados da procura com origem em Espanha
Destino: Portugal

V.Explicativas	I.C.				I.C.P.C.			
	P.Absol.	P.Rel.	P.Pond.	P.Cruz.	P.Absol.	P.Rel.	P.Pond.	P.Cruz.
Constante	5,903542 <i>1,332</i>	11,29603 <i>2,498</i>	8,817128 <i>1,607</i>	-328,7664 <i>-4,639</i>	-0,04428 <i>-0,059</i>	0,601037 <i>0,4829</i>	11,36708 <i>4,384</i>	-0,914389 <i>-0,891</i>
AER							-1,680411 <i>-3,832</i>	
ALO		-0,006565 <i>-0,24</i>	-0,182299 <i>-0,625</i>	-1,435095 <i>-4,365</i>	-1,402239 <i>-6,045</i>	-0,133751 <i>-0,909</i>	-0,733194 <i>-1,952</i>	-0,949812 <i>-3,54</i>
CAM	1,232281 <i>3,146</i>		0,614371 <i>0,928</i>		1,921699 <i>11,11</i>	0,567184 <i>3,106</i>		1,654378 <i>5,327</i>
CNEF		0,476086 <i>0,979</i>			0,899154 <i>5,071</i>			0,640347 <i>3,308</i>
CNEF1				0,890597 <i>4,416</i>			0,993066 <i>7,721</i>	
DU (=1/1974 a 1976)								
DU (=1/1974 a 1979)	-0,894865 <i>-8,462</i>		-0,774971 <i>-4,514</i>	-0,793692 <i>-7,646</i>	-0,836322 <i>-12,142</i>	-0,70935 <i>-5,323</i>	-0,906865 <i>-7,462</i>	-0,660859 <i>-5,467</i>
INF								
IPCC	-0,894264 <i>-1,792</i>	-1,347187 <i>-2,012</i>	-1,03321 <i>-1,98</i>					
PPC								
PER		-0,91562 <i>-2,123</i>		-0,540465 <i>-2,394</i>	-0,380928 <i>3,075</i>	-0,095546 <i>-0,498</i>		-0,456865 <i>-2,789</i>
TER	-0,551738 <i>-2,205</i>	-0,182209 <i>-0,452</i>	-0,386652 <i>-1,324</i>					
TUR1		0,560205 <i>4,674</i>	0,133827 <i>0,864</i>			0,570009 <i>6,56</i>		0,327264 <i>3,189</i>
TIME				0,171812 <i>4,694</i>				
DW	2,033475	1,698372	1,865209	1,892776	1,94202	2,359152	1,738677	1,951324
R ²	0,9705	0,956	0,9729	0,9796	0,9888	0,9746	0,9622	0,9821
R ² Ajustado	0,964	0,9395	0,9627	0,9737	0,9855	0,9671	0,9538	0,9755
SSR	0,6174	0,9211	0,5683	0,4263	0,2349	0,5318	0,7918	0,3739
S.E.Regressão	0,1852	0,2399	0,1885	0,1584	0,1175	0,1769	0,2097	0,1529
F Statistic	148,1412	57,9669	95,6028	163,6467	299,7527	130,4943	114,5233	146,701

Valores de t-Student em itálico

$$\log \text{TUR} = -0,04428 - 1,402239 \log \text{ALO} + 1,921699 \log \text{CAM} + 0,899154 \log \text{CNEF} - \\ - 0,836322 \text{DU} - 0,380928 \log \text{PER}$$

Note-se que a elasticidade da procura face à taxa de câmbio, é de 1,92, o que indica uma sensibilidade superior desta função a alterações na variável explicativa.

Neste modelo tem, igualmente, bastante poder explicativo a variável associada ao custo de alojamento, em Portugal, bem como o consumo não essencial das famílias espanholas, logo seguido do custo da permanência no território nacional.

Este comportamento é perfeitamente explicável dado que os turistas espanhóis encaram o destino Portugal como um prolongamento do seu turismo nacional, sendo, por isso, muito sensíveis a alterações na taxa de câmbio e nos custos de alojamento e de permanência, embora o sejam mais em relação às duas primeiras variáveis.

Pelas características de que se reveste este tipo de turismo acaba por fazer bastante sentido o consumo não essencial das famílias como variável explicativa, uma vez que à semelhança do turismo planeado para o território espanhol, ele é programado muito próximo da deslocação para o destino vizinho.

Em termos comparativos, o segundo destes modelos é aquele cujo coeficiente de correlação corrigido é superior, atingindo quase 99%, explicando quase na íntegra a procura turística espanhola. Paralelamente, não apresenta problemas de autocorrelação, uma vez que a estatística de Durbin-Watson cai no intervalo já anteriormente definido.

Pretendendo explicar a procura turística entre Portugal e Espanha, seguiram-se com já se explicou três caminhos: considerando os preços relativos e os preços ponderados entre aqueles dois países e os preços em Espanha.

Começando pelos **preços relativos** e o seu **índice de crescimento**, encontra-se a seguinte equação:

$$\log\text{TUR} = 11,29603 - 0,006565 \log\text{ALO} + 0,476086 \log\text{CNEF} - 1,347187 \log\text{IPCC} - \\ - 0,91562 \log\text{PER} - 0,182209 \log\text{TER} + 0,560205 \log\text{TUR1}$$

A única variável em que se comparou o preço entre Portugal e Espanha foi a do custo do alojamento, constatando-se que a mesma tem pouca relevância para explicar a procura por Portugal.

Quando se entra em consideração com a **ponderação do câmbio**, o melhor modelo estimado é o seguinte:

$$\log\text{TUR} = 0,601037 - 0,133751 \log\text{ALO} + 0,567184 \log\text{CAM} - 0,70935 \text{DU} - 0,095546 \log\text{PER} + \\ + 0,570009 \log\text{TUR1}$$

Também neste modelo a variável ligada ao custo do alojamento não tem grande significado.

Quando se introduz os **preços ponderados** no custo do alojamento e considerando o **índice de crescimento**, a função encontrada é a seguinte:

$$\log\text{TUR} = 8,817128 - 0,182299 \log\text{ALO} + 0,614371 \log \text{CAM} - 0,774971 \text{DU} - 1,03321 \log\text{IPCC} - \\ - 0,386652 \log\text{TER} + 0,133827 \log\text{TUR1}$$

Neste modelo a variável alojamento não é igualmente relevante, bem como as demais à exceção da “dummy” e IPCC, o que indica um fraco poder explicativo para a procura turística espanhola.

O mesmo processo mas com **preços ponderados** da taxa de câmbio permite obter a seguinte expressão:

$$\log\text{TUR} = 11,36708 - 1,680411 \log\text{AER} - 0,733194 \log\text{ALO} + 0,993066 \log\text{CNEF1} - \\ - 0,906865 \text{DU}$$

Neste modelo, a variável preço do alojamento já é estatisticamente significativa, bem como as outras variáveis explicativas, o que indica uma estimativa aceitável.

Analisando a função, constata-se que se os preços do alojamento crescerem um por cento em relação aos praticados em Espanha, a procura por parte dos espanhóis decairá cerca de 0,7%.

Este modelo evidencia também uma elevada sensibilidade da função procura a alterações do preço da viagem aérea de Espanha para Portugal e do consumo não essencial das famílias espanholas.

Quando se entra em linha de conta com os preços praticados no alojamento em Espanha como determinantes da procura turística em Portugal, obtêm-se **elasticidades cruzadas**.

Analisando em primeiro lugar o **índice de crescimento**, vem:

$$\log \text{TUR} = -328,7664 - 1,435095 \log \text{ALO} + 0,890597 \log \text{CNEF1} - 0,793692 \text{DU} - 0,540465 \log \text{PER} + 0,171812 \text{TIME}$$

Neste modelo a elasticidade cruzada da variável alojamento é de 1,435, o que indica que uma variação positiva de um por cento no seu preço em Espanha, implicará um incremento da procura pelo nosso país de 1,43%. Nesta abordagem assume-se o destino espanhol como oferecendo bens e serviços complementares aos que Portugal coloca à disposição dos seus turistas.

Quando se **pondera a taxa de câmbio**, a função de procura é a seguinte:

$$\log \text{TUR} = -0,914389 - 0,949812 \log \text{ALO} + 1,654378 \log \text{CAM} + 0,640347 \log \text{CNEF} - 0,660859 \text{DU} - 0,456865 \log \text{PER} + 0,327264 \log \text{TUR1}$$

Este modelo, à semelhança do que fora estimado só com os preços nacionais, encontra como principais variáveis explicativas, a taxa de câmbio, o custo do alojamento e da permanência, bem como o consumo não essencial das famílias.

Para além disso, de todos os modelos apurados em que se considera os preços praticados em Espanha, este é o que apresenta um valor superior para o R^2 corrigido, pelo que se pode inferir que é aquele que melhor explica o fenómeno em estudo.

Neste modelo, uma alteração em um por cento no preço do alojamento em Espanha, na taxa de câmbio, no consumo não essencial das famílias e no custo da permanência em Portugal determina uma variação da procura espanhola de cerca de 0,9%, 1,65%, 0,6% e 0,7%, respectivamente. As alterações na procura turística provocadas por variações na taxa de câmbio e no consumo não essencial das famílias são no sentido positivo e em sentido contrário, para as outras duas variáveis de custo.

Fazendo uma análise global aos modelos pode-se concluir que as principais variáveis que condicionam a procura com origem no país vizinho são: o câmbio da sua moeda face à nacional, o custo do alojamento em Portugal e em Espanha, o custo da permanência no território português e o consumo não essencial das famílias espanholas.

Nas relações turísticas, estabelecidas com a Espanha, não parece ter grande papel, como factor de decisão, as alterações no custo da viagem, nem as oscilações no índice geral de preços nacional, assumindo uma relevância diminuta quando esta variável pondera a competitividade de outros destinos turísticos.

4.3.2 - Resultados apurados para a procura com origem na Alemanha

O quadro da página seguinte sintetiza os melhores modelos de procura turística desenvolvidos para os turistas residentes na Alemanha, encontrando-se no Anexo 3 mais informação sobre estas estimativas.

Analisando a procura turística alemã, assumindo apenas os **preços nacionais**, encontram-se dois modelos, um considerando o **índice de crescimento** das variáveis e o outro **ponderando o câmbio** nas variáveis de custo.

O primeiro tem a seguinte configuração:

$$\log\text{TUR} = -244,5248 - 0,151626 \text{ DU} - 2,66339 \log\text{INF} - 0,739957 \log\text{IPCC} + \\ + 0,333619 \log\text{TUR1} + 0,133753 \text{ TIME}$$

Este modelo evidencia uma forte reacção da procura face a alterações na inflação e na inflação ponderada pela competitividade.

De facto, com base nesta função, pode-se afirmar que a elasticidade da procura a alterações na inflação é de 2,66 e de 0,74 para o IPCC.

O segundo modelo tem a seguinte expressão:

$$\log\text{TUR} = -162,8605 - 0,7004 \log\text{ALO} - 0,14839 \text{ DU} + 0,249935 \log\text{TUR1} + \\ + 0,086142 \text{ TIME}$$

Este modelo privilegia como variável explicativa o custo do alojamento. Em comparação com o modelo anterior parece ajustar-se melhor à variável dependente, dado que permitiu obter um R² corrigido superior e o valor da estatística de Durbin-Watson cai na zona de rejeição para a existência de autocorrelação do primeiro tipo.

—A Taxa de Câmbio e os Preços Turísticos—
Modelos estimados da procura com origem na Alemanha
Destino:Portugal

V.Explicativas	I.C.				I.C.P.C.			
	P.Absol.	P.Rel.	P.Pond.	P.Cruz.	P.Absol.	P.Rel.	P.Pond.	P.Cruz.
Constante	-244,5248 <i>-5,118</i>	2,119692 <i>4,251</i>	8,211916 <i>3,133</i>	2,396135 <i>4,093</i>	-162,8605 <i>-5,319</i>	0,899831 <i>3,203</i>	54,18666 <i>2,937</i>	4,58823 <i>5,345</i>
AER		-0,372941 <i>-2,616</i>					-10,60041 <i>-2,705</i>	
ALO			-0,91368 <i>-2,366</i>		-0,7004 <i>-3,819</i>			
CAM		0,43119 <i>4,251</i>		0,441823 <i>4,855</i>		0,449244 <i>4,59</i>	0,678383 <i>6,106</i>	
CNEF								
CNEFI								
DU (=1/1974 a 1976)								
DU (=1/1974 a 1979)	-0,151626 <i>-2,415</i>			-0,171366 <i>-2,611</i>	-0,14839 <i>-2,276</i>	-0,183545 <i>-2,54</i>		-0,174341 <i>-2,718</i>
INF	-2,66339 <i>-4,392</i>						-1,161159 <i>-3,556</i>	
IPCC	-0,739957 <i>-3,27</i>							
PPC								
PER			-0,391305 <i>3,794</i>	-0,38969 <i>-2,97</i>		-0,101501 <i>-2,277</i>		-0,439479 <i>-4,929</i>
TER								
TUR1	0,333619 <i>2,231</i>	0,517123 <i>4,528</i>	0,595687 <i>4,962</i>	0,449951 <i>4,149</i>	0,249935 <i>1,712</i>	0,496019 <i>4,525</i>	0,394952 <i>3,384</i>	0,465264 <i>4,541</i>
TIME	0,133753 <i>5,19</i>				0,086142 <i>5,345</i>			
DW	1,940483	1,73002	1,857969	1,928969	1,806946	1,958041	2,054341	1,995302
R ²	0,9829	0,971	0,9682	0,9771	0,9797	0,9759	0,9823	0,9768
R ² Ajustado	0,9779	0,9664	0,9632	0,9721	0,9752	0,9706	0,9784	0,9731
SSR	0,1599	0,2719	0,2978	0,2141	0,1903	0,2253	0,1655	0,2174
S.E.Regressão	0,097	0,1196	0,1252	0,1091	0,1028	0,1119	0,0959	0,107
F Statistic	195,7176	211,8943	192,8615	192,3853	216,9568	182,589	250,1379	266,5669

Valores de t-Student em itálico

As estimativas, recorrendo **aos preços relativos, com e sem a ponderação do câmbio**, são as que de seguida se apresentam:

$$\log \text{TUR} = 0,899831 + 0,449244 \log \text{CAM} + 0,183545 \text{DU} - 0,101501 \log \text{PER} + \\ + 0,496019 \log \text{TUR1}$$

$$\log \text{TUR} = 2,119692 - 0,372941 \log \text{AER} + 0,43119 \log \text{CAM} + 0,517123 \log \text{TUR1}$$

Em qualquer uma das equações são as elasticidades associadas à taxa de câmbio e à procura turística alemã do período anterior que maior poder explicativo têm sobre a procura.

Na primeira expressão a diferença existente entre as tarifas praticadas nos voos para Portugal e Espanha determina que um acréscimo de um por cento naquele valor tenha com reflexo uma diminuição da procura por parte dos alemães de 0,4%.

A segunda equação por seu turno considera relevante a diferença do custo da permanência entre aqueles dois países.

Comparando estes dois modelos constata-se que apenas o segundo cai na designada zona de inexistência de problemas de autocorrelação, apresentando igualmente um coeficiente de correlação ajustado superior, pelo que se pode concluir que o mesmo explica melhor a procura de turistas alemães.

Os modelos estimados com os **preços ponderados** permitiram encontrar as seguintes expressões, com o **índice de crescimento** e com o índice **ponderando a taxa de câmbio**:

$$\log \text{TUR} = 8,211916 - 0,91368 \log \text{ALO} - 0,391305 \log \text{PER} + 0,595687 \log \text{TUR1}$$

$$\log \text{TUR} = 54,18666 - 10,60041 \log \text{AER} + 0,678383 \log \text{CAM} - 1,161159 \log \text{INF} + \\ + 0,440086 \log \text{TUR1}$$

Em ambos os modelos considera-se como relevante a procura do período anterior, sendo importante, no primeiro caso, o peso do custo do alojamento e da permanência de Portugal face a Espanha, e no segundo modelo, o quociente do custo da viagem aérea para Portugal e Espanha, a taxa de inflação e a taxa de câmbio.

Dado que o segundo modelo se encontra na zona de inexistência de autocorrelação, considera-se o mesmo mais ajustado, apresentando igualmente um R^2 corrigido superior.

Os modelos que consideram os **custos absolutos** das variáveis em Espanha, sem e com ponderação do câmbio são os seguintes:

$$\log \text{TUR} = 2,396135 + 0,441823 \log \text{CAM} - 0,171366 \text{DU} - 0,38969 \log \text{PER} + 0,449951 \log \text{TUR1}$$

$$\log \text{TUR} = 4,58823 - 0,174341 \text{DU} - 0,439479 \log \text{PER} + 0,465264 \log \text{TUR1}$$

Nos dois modelos considera-se que o acréscimo do custo da permanência em Espanha determina uma menor procura pelo destino nacional, sendo igualmente relevante, como factor explicativo, a procura turística do período anterior.

Analisando de uma forma global as variáveis que explicam a procura, em todos os modelos, conclui-se que variáveis tais como o rendimento das famílias, a paridade do poder de compra e o custo da viagem por via terrestre não parecem ser determinantes para a vinda de turistas oriundos da Alemanha para Portugal.

Por outro lado, variáveis associadas aos outros custos, bem como a evolução da taxa de câmbio revelaram ter alguma capacidade para determinar o comportamento da procura. A única variável sempre presente em todas as estimativas é a procura do ano anterior (e com valores significativos), o que parece indiciar que o mercado alemão tem tendência a repetir a experiência de visitar o nosso país e que, uma vez este conhecido, transmite informação positiva, condicionando, desta forma, a atracção de novos viajantes.

4.3.3 - Resultados apurados para a procura com origem em França

As funções estimadas para a procura turística francesa são apresentadas no quadro da página seguinte, podendo obter-se informação mais detalhada sobre as mesmas no Anexo 4 deste trabalho.

A estimação da função procura com os **preços absolutos** nacionais, **com e sem o factor câmbio**, permitiu encontrar as expressões abaixo indicadas:

$$\log \text{TUR} = -2,075292 + 0,878453 \log \text{PPC} - 0,263429 \log \text{TER} + 0,842942 \log \text{TUR1}$$

$$\log \text{TUR} = -169,7703 + 0,332182 \log \text{CAM} + 1,455274 \log \text{CNEF} - 2,962052 \log \text{INF} + \\ + 0,294721 \log \text{TUR1} + 0,090474 \text{ TIME}$$

A primeira equação permite inferir alguma dependência da procura de franceses associada à paridade do poder de compra.

A segunda equação indica que pequenas alterações na taxa de inflação têm como consequência uma redução significativa na procura proveniente da França.

Paralelamente, este tipo de turismo indicia alguma dependência do nível de rendimento do próprio ano, o que talvez se possa explicar pelo destino Portugal constituir muitas vezes um prolongamento do destino Espanha, de características quase domésticas.

Confrontando as duas estimativas, a segunda consegue um coeficiente de correlação corrigido superior, o que revela um melhor ajustamento à variável dependente - procura turística. Neste modelo considera-se também como relevante a evolução da taxa de câmbio.

Fazendo as estimativas com os **preços relativos**, entre Portugal e Espanha, do custo do alojamento, permanência e custo das viagens por via aérea e terrestre, convertidos em francos, encontraram-se as seguintes equações, considerando o **índice de crescimento** e a **ponderação do câmbio**, respectivamente:

—A Taxa de Câmbio e os Preços Turísticos—
Modelos estimados da procura com origem em França
Destino: Portugal

V.Explicativas	I.C.				I.C.P.C.			
	P.Absol.	P.Rel.	P.Pond.	P.Cruz.	P.Absol.	P.Rel.	P.Pond.	P.Cruz.
Constante	-169,7703 <i>-3,081</i>	0,972176 <i>2,767</i>	-145,6989 <i>-2,603</i>	3,156365 <i>4,316</i>	-2,075292 <i>-0,908</i>	-158,0703 <i>-2,834</i>	-238,1896 <i>-3,9952</i>	2,311407 <i>3,513</i>
AER								
ALO		-0,096788 <i>-1,83</i>	-1,071453 <i>-2,891</i>			-0,06805 <i>-1,47</i>		
CAM	0,332182 <i>1,686</i>					1,592664 <i>3,69</i>	1,640751 <i>4,395</i>	
CNEF	1,455274 <i>3,488</i>	0,191532 <i>2,991</i>	1,753412 <i>5,076</i>	0,343031 <i>5,367</i>		1,335446 <i>3,248</i>	1,35255 <i>3,518</i>	
CNEF1			0,728251 <i>2,088</i>					
DU (=1/1974 a 1976)		-0,305952 <i>-4,15</i>					-0,401408 <i>-5,5647</i>	-0,263697 <i>-3,25</i>
DU (=1/1974 a 1979)			-0,381756 <i>-8,453</i>	-0,227517 <i>-3,726</i>		-0,324139 <i>-5,153</i>		
INF	-2,962052 <i>-4,067</i>		-3,971442 <i>-5,657</i>			-2,57125 <i>-3,42</i>	-3,291326 <i>-4,809</i>	
IPCC								
PPC					0,878453 <i>2,402</i>			
PER				-0,744631 <i>-3,606</i>			-0,571909 <i>-2,044</i>	-0,24654 <i>-2,681</i>
TER					-0,263429 <i>-2,161</i>			
TUR1	0,294721 <i>2,558</i>	0,691751 <i>8,811</i>		0,667241 <i>9,419</i>	0,842942 <i>7,77</i>	0,277616 <i>2,482</i>	0,233412 <i>2,133</i>	0,742344 <i>10,599</i>
TIME	0,090474 <i>3,116</i>		0,082157 <i>2,897</i>			0,081163 <i>2,824</i>	0,1251 <i>3,975</i>	
DW	1,624227	1,99137	2,172081	1,885525	1,76519	1,813602	1,948516	1,708487
R ²	0,9853	0,9741	0,9886	0,9777	0,9591	0,9871	0,9885	0,9718
R ² Ajustado	0,9798	0,9683	0,9843	0,9728	0,9526	0,9811	0,9831	0,9673
SSR	0,1123	0,1977	0,0868	0,17	0,3121	0,0981	0,0878	0,2154
S.E.Regressão	0,0838	0,1048	0,0737	0,0972	0,1282	0,0809	0,0765	0,1065
F Statistic	178,5292	169,1628	231,5821	197,4602	148,4698	164,4255	184,0096	217,9266

Valores de t-Student em itálico

$$\log \text{TUR} = 0,972176 - 0,096788 \log \text{ALO} + 0,191532 \log \text{CNEF} - 0,305952 \text{ DU} + 0,691751 \log \text{TUR1}$$

$$\log \text{TUR} = -158,0703 - 0,06805 \log \text{ALO} + 1,592664 \log \text{CAM} + 1,335446 \log \text{CNEF} - 0,324139 \text{ DU} - 2,57125 \log \text{INF} + 0,277616 \log \text{TUR1} + 0,081163 \text{ TIME}$$

A segunda equação é das duas aquela que é mais significativa do ponto de vista estatístico e considera, como variáveis determinantes da procura, a cotação da taxa de câmbio, o consumo não essencial das famílias e a taxa de inflação. Esta estimativa considera também importante a procura turística do período anterior.

As estimativas que contemplam os **preços ponderados** são as seguintes:

$$\log \text{TUR} = -145,6989 - 1,071453 \log \text{ALO} + 1,753412 \log \text{CNEF} + 0,728251 \log \text{CNEF1} - 0,381756 \text{ DU} - 3,971442 \log \text{INF} + 0,082157 \text{ TIME}$$

$$\log \text{TUR} = -238,1896 + 1,640751 \log \text{CAM} + 1,35255 \log \text{CNEF} - 0,401408 \text{ DU} - 3,291326 \log \text{INF} - 0,571909 \log \text{PER} + 0,233412 \log \text{TUR1} + 0,1251 \text{ TIME}$$

A primeira equação diz respeito ao **índice de crescimento** e a segunda à **ponderação do câmbio**.

Dado que a primeira equação cai na zona de inexistência de problemas de autocorrelação e uma vez que o R^2 ajustado tem um valor muito próximo em ambas as expressões, considera-se que o ajustamento da primeira equação será mais aceitável.

As equações que apelam às **elasticidades cruzadas**, considerando o **índice de crescimento** das variáveis e o seu **índice ponderado do câmbio**, são, respectivamente:

$$\log \text{TUR} = 3,156365 + 0,343031 \log \text{CNEF} - 0,227517 \text{ DU} - 0,744631 \log \text{PER} + 0,667241 \log \text{TUR1}$$

$$\log \text{TUR} = 2,311407 - 0,263697 \text{ DU} - 0,24654 \log \text{PER} + 0,742344 \log \text{TUR}_1$$

As duas expressões consideram relevante, para a procura de turistas franceses, as alterações registadas no custo da permanência em Espanha, embora isso seja mais evidente na primeira delas.

A procura turística do ano anterior assume, igualmente, nestes modelos, um papel de destaque, o que parece indicar uma certa propensão para a repetição da deslocação com destino a Portugal.

A primeira estimativa parece mais adequada, dado que o seu nível de ajustamento à variável dependente ronda os 97%, valor este superior ao da segunda estimativa.

Confrontando todos os modelos pode-se inferir que o turista residente em França é essencialmente sensível a oscilações no seu nível de rendimento e à procura turística do período anterior.

O custo da permanência e o custo do alojamento, embora este último com menor importância, bem como a taxa de inflação e a taxa de câmbio, revelam condicionar, igualmente, a procura de turistas com origem em França.

Em contrapartida, e com base nos modelos encontrados, os custos de transporte não parecem afectar profundamente a procura.

4.3.4 - Resultados apurados para a procura com origem na Holanda

Todos os dados referentes às diversas estimativas desenvolvidas para este país são apresentados no Anexo 5, estando a principal informação, referente a cada função, recolhida no quadro da página seguinte.

As funções procura de holandeses, com os **preços nacionais** e assumindo-se o **índice de crescimento** e a **ponderação do câmbio**, são, respectivamente:

$$\log\text{TUR} = - 0,268865 + 0,88706 \log\text{CNEF} - 0,530036 \log\text{PER} + 0,702029 \log\text{TUR1}$$

$$\log\text{TUR} = - 191,2393 + 1,400348 \log\text{CAM} + 1,15718 \log\text{CNEF} - 0,361793 \text{DU} - \\ - 1,878591 \log\text{INF} + 0,097839 \text{TIME}$$

Embora as duas funções sejam distintas nas variáveis explicativas encontradas, a segunda adequa-se melhor à procura turística holandesa, uma vez que o seu R² ajustado ronda os 99%.

Esta segunda equação indica que, pequenas alterações nas variáveis taxa de câmbio, consumo não essencial das famílias e taxa de inflação, têm grandes impactes na variável a explicar, o que permite concluir que se houver uma destabilização da vida económica portuguesa, por forma que a taxa de câmbio venha valorizada e a taxa de inflação registe um incremento, isso terá, como resultado inevitável, uma descida da procura turística holandesa.

As funções, quando se trabalha com os **preços relativos**, são as seguintes (a primeira diz respeito ao **índice de crescimento** e a segunda à **ponderação do câmbio**):

$$\log\text{TUR} = 2,949909 + 0,420872 \log\text{CAM} - 0,262865 \text{DU} - 0,537198 \log\text{TER} + \\ + 0,511995 \log\text{TUR1}$$

$$\log\text{TUR} = - 134,3938 - 0,043714 \log\text{AER} - 0,456384 \text{DU} - 1,0362 \log\text{TER} + \\ + 0,228082 \log\text{TUR1} + 0,07257\text{TIME}$$

— A Taxa de Câmbio e os Preços Turísticos —
 Modelos estimados da procura com origem na Holanda
 Destino: Portugal

V.Explicativas	I.C.				I.C.P.C.			
	P.Absol.	P.Rel.	P.Pond.	P.Cruz.	P.Absol.	P.Rel.	P.Pond.	P.Cruz.
Constante	-0,268865 <i>-0,363</i>	2,949909 <i>3,5498</i>	6,917441 <i>6,298</i>	-142,8647 <i>-6,761</i>	-191,2393 <i>-7,585</i>	-134,3938 <i>-5,581</i>	-2,662948 <i>-1,195</i>	6,02245 <i>5,523</i>
AER						-0,043714 <i>-1,973</i>		
ALO			-1,400143 <i>-6,655</i>					
CAM		0,420872 <i>4,775</i>	0,32775 <i>3,844</i>		1,400348 <i>4,467</i>		2,25105 <i>4,19</i>	
CNEF	0,88706 <i>4,203</i>		0,585105 <i>2,949</i>		1,15718 <i>4,331</i>		1,58764 <i>3,294</i>	
CNEF1								
DU (=1/1974 a 1976)		-0,262865 <i>-3,55</i>	-0,426479 <i>-6,485</i>	-0,430696 <i>-6,826</i>	-0,361793 <i>-5,871</i>	-0,456384 <i>-7,12</i>		-0,302969 <i>-4,134</i>
DU (=1/1974 a 1979)								
INF					-1,878591 <i>-5,34</i>		-2,157507 <i>-3,623</i>	
IPCC								
PPC								
PER	-0,530036 <i>-4,11</i>						-0,429508 <i>-1,76</i>	-0,521476 <i>-4,988</i>
TER		-0,537198 <i>-2,62</i>		-0,549872 <i>-3,301</i>		-1,0362 <i>-1,968</i>		
TUR1	0,702029 <i>3,007</i>	0,511995 <i>4,915</i>		0,267117 <i>2,473</i>		0,228082 <i>2,048</i>	0,335722 <i>2,566</i>	0,256949 <i>1,92</i>
TIME				0,075566 <i>6,844</i>	0,097839 <i>7,49</i>	0,07257 <i>6,019</i>		
DW	2,234389	1,893971	1,95576	1,86989	1,905232	1,752743	1,746664	1,659496
R ²	0,9755	0,9827	0,987	0,989	0,9922	0,9897	0,9794	0,9821
R ² Ajustado	0,9716	0,9788	0,9841	0,9865	0,9899	0,9867	0,9733	0,9793
SSR	0,2708	0,1915	0,1439	0,1216	0,0866	0,1132	0,2275	0,1977
S.E.Regressão	0,1194	0,1031	0,0894	0,0822	0,0714	0,0816	0,1157	0,102
F Statistic	252,0562	255,0041	340,8225	404,0849	430,1407	328,2791	161,6226	347,4185

Valores de t-Student em itálico

Ambas as expressões permitem afirmar que a procura é bastante sensível a alterações na diferença existente entre o custo da viagem terrestre para Portugal e Espanha e a primeira destaca igualmente a taxa de câmbio.

O grau de ajustamento da segunda equação é, no entanto, superior ao da primeira.

As equações contemplando os **preços ponderados** permitiram obter os resultados abaixo indicados, com o **índice de crescimento** e com a **ponderação do câmbio**:

$$\log\text{TUR} = 6,917441 - 1,400143 \log\text{ALO} + 0,32775 \log\text{CAM} + 0,585105 \log\text{CNEF} - 0,426479 \text{DU}$$

$$\log\text{TUR} = -2,662948 + 2,25105 \log\text{CAM} + 1,58764 \log\text{CNEF} - 2,157507 \log\text{INF} - 0,429508 \log\text{PER} + 0,335722 \log\text{TUR1}$$

A primeira equação considera como determinantes da procura turística a ponderação dos preços do alojamento, entre Portugal e Espanha, a cotação do câmbio e o consumo não essencial das famílias, observando-se nesta expressão o maior coeficiente de correlação ajustado.

Os modelos com os **preços cruzados** apresentam a seguinte configuração com o **índice de crescimento** e com a **ponderação do câmbio**:

$$\log\text{TUR} = -142,8647 - 0,430696 \text{DU} - 0,549872 \log\text{TER} + 0,267117 \log\text{TUR1} + 0,075566 \text{TIME}$$

$$\log\text{TUR} = 6,02245 - 0,302969 \text{DU} - 0,521476 \log\text{PER} + 0,256949 \log\text{TUR1}$$

Os modelos são muito semelhantes só que, no primeiro é o custo da viagem terrestre que surge como variável explicativa e, no segundo, é o custo da permanência.

O R² ajustado na primeira expressão é superior ao da segunda.

Analisando todos os modelos, de forma global, pode-se dizer que as variáveis que maior poder explicativo assumem sobre a procura são o consumo não essencial das famílias, a taxa de câmbio, o custo da viagem terrestre, o custo da permanência e a procura observada no ano anterior.

O custo da viagem terrestre assume, para este país, algum destaque, o que poderá ser explicado pela distância física superior a que se encontra, em relação aos países anteriormente analisados.

O facto de ser relevante a variável consumo não essencial das famílias do período parece evidenciar que a maioria dos turistas holandeses não projectam as suas deslocações com destino a Portugal com muita antecedência.

4.3.5 - Resultados apurados para a procura com origem na Itália

Os elementos mais detalhados sobre os resultados das estimativas encontradas para a Itália estão presentes no Anexo 6, apresentando-se no quadro da página seguinte o resumo dos seus principais elementos.

Os resultados apurados com os **preços absolutos** nacionais, considerando o **índice de crescimento** e a **ponderação do câmbio**, são os seguintes:

$$\log \text{TUR} = -380,4717 + 1,049464 \log \text{CNEF1} - 0,274688 \text{ DU} - 2,379218 \log \text{INF} - 0,545727 \log \text{PER} + 0,404295 \log \text{TUR1} + 0,198873 \text{ TIME}$$

$$\log \text{TUR} = -393,8916 + 1,202901 \log \text{CAM} + 0,566112 \log \text{CNEF1} - 0,357046 \text{ DU} - 2,405358 \log \text{INF} + 0,2952 \log \text{TUR1} + 0,203022 \text{ TIME}$$

Nesta segunda equação, a procura com origem na Itália indica ser bastante sensível a pequenas alterações no câmbio da lira face ao escudo. A expressão revela ainda que a taxa de inflação tem um impacte bastante significativo no sentido de afastar a procura, quando se registam incrementos diminutos naquela variável.

Aqui também é encontrada, como variável explicativa, o consumo não essencial das famílias do período anterior, o que parece indiciar que os turistas italianos, dada a separação geográfica do destino, pensam e reservam as suas férias, em Portugal, com alguma margem de tempo.

Comparativamente, a segunda equação permite encontrar um coeficiente de correlação ajustado superior, rondando os 98%.

Passando para os **preços relativos**, temos as expressões abaixo indicadas, referentes aos **índices de crescimento** e **ponderação do câmbio**:

$$\log \text{TUR} = -139,4488 + 1,262212 \log \text{PPC} - 0,334758 \log \text{TER} + 0,575093 \log \text{TUR1} + 0,06965 \text{ TIME}$$

—A Taxa de Câmbio e os Preços Turísticos—
Modelos estimados da procura com origem em Itália
Destino:Portugal

V.Explicativas	I.C.				I.C.P.C.			
	P.Absol.	P.Rel.	P.Pond.	P.Cruz.	P.Absol.	P.Rel.	P.Pond.	P.Cruz.
Constante	-380,4717 <i>-3,727</i>	-139,4488 <i>-3,647</i>	5,548605 <i>1,582</i>	-146,7246 <i>-3,795</i>	-393,8916 <i>-3,978</i>	8,569112 <i>3,202</i>	7,138678 <i>1,99</i>	-71,59865 <i>-4,235</i>
AER								
ALO			-1,073258 <i>-1,942</i>				-1,489934 <i>-2,194</i>	
CAM			0,815313 <i>3,171</i>		1,202901 <i>4,958</i>	0,92901 <i>6,944</i>	0,316953 <i>2,391</i>	
CNEF			0,562876 <i>2,008</i>					
CNEF1	1,049464 <i>3,628</i>				0,566112 <i>2,511</i>			
DU (=1/1974 a 1976)							-0,411651 <i>-5,229</i>	-0,423334 <i>-6,24</i>
DU (=1/1974 a 1979)	-0,274688 <i>-2,477</i>		-0,195694 <i>-1,8</i>		-0,357046 <i>-3,398</i>	-0,480467 <i>-4,435</i>		
INF	-2,379218 <i>-3,614</i>		-1,037972 <i>-2,111</i>		-2,405358 <i>-3,997</i>			
IPCC								
PPC		1,262212 <i>4,051</i>		1,367098 <i>4,258</i>				
PER	-0,545727 <i>-3,828</i>			-0,233915 <i>-2,197</i>		-1,410813 <i>-2,908</i>		
TER		-0,334758 <i>-2,021</i>				-0,787586 <i>-3,988</i>		-0,308028 <i>-3,128</i>
TUR1	0,404295 <i>2,709</i>	0,575093 <i>5,532</i>	0,514335 <i>3,831</i>	0,48893 <i>3,946</i>	0,2952 <i>2,031</i>	0,401997 <i>4,249</i>	0,633342 <i>7,673</i>	0,672725 <i>9,877</i>
TIME	0,198873 <i>3,748</i>	0,06965 <i>3,538</i>		0,073011 <i>3,697</i>	0,203022 <i>3,956</i>			0,037882 <i>4,274</i>
DW	1,987245	1,958169	2,180872	1,878817	2,037837	2,15698	1,994381	2,110859
R ²	0,9833	0,9736	0,978	0,9745	0,9851	0,9866	0,9874	0,9882
R ² Ajustado	0,9771	0,9677	0,9697	0,9688	0,9795	0,9827	0,9846	0,9856
SSR	0,2418	0,3824	0,3189	0,37	0,2156	0,1935	0,1823	0,1704
S.E.Regressão	0,1229	0,1458	0,1412	0,1434	,1161	0,1067	0,1007	0,0973
F Statistic	157,1237	166,0068	118,5081	171,7386	176,5469	251,2497	353,0953	378,1825

Valores de t-Student em itálico

$$\log \text{TUR} = 8,569112 + 0,92901 \log \text{CAM} - 0,480467 \text{DU} - 1,410813 \log \text{PER} - 0,787586 \log \text{TER} + \\ + 0,401997 \log \text{TUR1}$$

A segunda equação permite obter um R² ajustado superior, podendo-se concluir que a diferença existente entre os preços de Portugal e Espanha, no que se refere aos custos da permanência e do percurso por via terrestre, determinam fortemente a procura pelo território nacional ou espanhol. Quanto maior for essa diferença, menor é a procura por Portugal.

Neste modelo aparece igualmente como relevante, para o comportamento da procura, a evolução da taxa de câmbio.

Os modelos com os **preços ponderados** são os seguintes, nas duas alternativas com **índice de crescimento e ponderação do câmbio**:

$$\log \text{TUR} = 5,548605 - 1,073258 \log \text{ALO} + 0,815313 \log \text{CAM} + 0,562876 \log \text{CNEF} - \\ - 0,195694 \text{DU} - 1,037972 \log \text{INF} + 0,514335 \log \text{TUR1}$$

$$\log \text{TUR} = 7,138678 - 1,489934 \log \text{ALO} + 0,316953 \log \text{CAM} - 0,411651 \text{DU} + 0,633342 \log \text{TUR1}$$

Destas duas expressões, é a segunda que apresenta o coeficiente de correlação corrigido superior, pelo que são variáveis explicativas a cotação do câmbio e o peso do custo do alojamento em Portugal sobre o custo registado em Espanha.

Quando se estima a procura italiana considerando os **preços em Espanha**, obtemos os seguintes resultados, respectivamente, com o **índice de crescimento e a ponderação do câmbio**:

$$\log \text{TUR} = - 146,7246 + 1,367098 \log \text{PPC} - 0,233915 \log \text{PER} + 0,48893 \log \text{TUR1} + \\ + 0,073011 \text{TIME}$$

$$\log \text{TUR} = -71,59865 - 0,423334 \text{DU} - 0,308028 \log \text{TER} + 0,672725 \log \text{TUR1} + \\ + 0,037882 \text{TIME}$$

Dado que o grau de ajustamento da segunda expressão é superior ao da primeira, surgem como principais variáveis explicativas o custo da deslocação por terra e a procura do ano anterior.

De facto, comparando todas as estimativas encontradas, a procura do período anterior aparece sempre como uma variável de relevo para explicar o fenómeno da procura, com origem no mercado italiano.

Para este país, as variáveis que têm impacte directo sobre o custo assumem um peso significativo no determinar da sua procura por Portugal, como sejam o custo da permanência e do alojamento e o custo da deslocação por via terrestre.

Outras variáveis como a taxa de câmbio e a taxa de inflação, que acabam por afectar o seu poder aquisitivo em território nacional, também parecem determinar a evolução da procura.

4.3.6 - Resultados apurados para a procura com origem no Reino Unido

Toda a informação relativa às estimativas desenvolvidas para o Reino Unido está reunida no Anexo 7 deste trabalho, apurando-se no quadro da página seguinte os principais elementos.

Analisando as funções da procura com origem no Reino Unido, a preços absolutos, quer com o índice de crescimento, quer com a ponderação do câmbio, constata-se que as principais variáveis explicativas são a taxa de câmbio e o consumo não essencial das famílias.

As expressões são as seguintes, respectivamente:

$$\log \text{TUR} = 1,896944 + 0,759106 \log \text{CAM} + 1,030009 \log \text{CNEF} - 0,434086 \text{ DU} - 1,431825 \log \text{INF} + 0,262427 \log \text{TUR1}$$

$$\log \text{TUR} = 0,088526 - 1,100085 \log \text{ALO} + 1,261843 \log \text{CAM} + 0,782043 \log \text{CNEF} - 0,407643 \log \text{PER} + 0,466597 \log \text{TUR1}$$

A primeira equação indica um R² ajustado superior, pelo que para além das variáveis já referidas, a taxa de inflação surge como uma variável com bastante importância quando se trata de atrair turistas provenientes do Reino Unido para Portugal.

Os preços relativos permitem encontrar as seguintes equações com o índice de crescimento e a ponderação do câmbio:

$$\log \text{TUR} = 0,192341 + 1,318163 \log \text{CAM} - 0,445121 \log \text{INF} - 0,21118 \log \text{PER} + 0,361781 \log \text{TUR1}$$

$$\log \text{TUR} = -106,5637 + 1,774829 \log \text{CAM} + 0,84874 \log \text{CNEF} - 0,496128 \text{ DU} - 1,720934 \log \text{INF} - 0,068695 \log \text{TER} + 0,054614 \text{ TIME}$$

— A Taxa de Câmbio e os Preços Turísticos —
 Modelos estimados da procura com origem no Reino Unido
 Destino: Portugal

V.Explicativas	I.C.				I.C.P.C.			
	P.Absol.	P.Rel.	P.Pond.	P.Cruz.	P.Absol.	P.Rel.	P.Pond.	P.Cruz.
Constante	1,896944 <i>2,982</i>	0,192341 <i>0,565</i>	9,300217 <i>2,521</i>	-137,56 <i>-1,656</i>	0,088526 <i>0,101</i>	-106,5637 <i>-1,947</i>	1,673504 <i>1,657</i>	-174,5971 <i>-6,237</i>
AER								
ALO				-0,561627 <i>-2,07</i>	-1,100085 <i>-3,941</i>			-0,698638 <i>-4,364</i>
CAM	0,759106 <i>3,946</i>	1,318163 <i>5,615</i>	1,008142 <i>5,581</i>	0,874394 <i>4,497</i>	1,261843 <i>6,489</i>	1,774829 <i>3,957</i>	1,29251 <i>4,876</i>	
CNEF	1,030009 <i>3,041</i>		1,423607 <i>4,438</i>		0,782043 <i>2,987</i>	0,84874 <i>2,01</i>		
CNEF1							0,517838 <i>2,082</i>	
DU (=1/1974 a 1976)								
DU (=1/1974 a 1979)	-0,434086 <i>-4,081</i>		-0,505031 <i>-4,623</i>			-0,496128 <i>-3,741</i>	-0,347107 <i>-3,404</i>	-0,340027 <i>-4,175</i>
INF	-1,431825 <i>-3,194</i>	-0,445121 <i>-3,296</i>	-2,043001 <i>-4,925</i>			-1,720934 <i>-3,947</i>	-0,96808 <i>-2,728</i>	
IPCC								
PPC								
PER		-0,21118 <i>-2,441</i>		-0,319454 <i>-2,042</i>	-0,407643 <i>-2,512</i>		-0,419532 <i>-2,8</i>	
TER			-1,370882 <i>-1,82</i>			-0,068695 <i>-0,372</i>		
TUR1	0,262427 <i>2,707</i>	0,361781 <i>3,465</i>		0,359841 <i>3,174</i>	0,466597 <i>5,359</i>		0,324062 <i>3,224</i>	0,254564 <i>2,492</i>
TIME				0,07142 <i>1,658</i>		0,054614 <i>1,914</i>		0,092109 <i>6,26</i>
DW	1,775074	1,77608	1,760855	1,893687	1,877595	1,832847	1,974517	1,726269
R ²	0,9846	0,9768	0,9816	0,9797	0,9837	0,9835	0,9857	0,9831
R ² Ajustado	0,9801	0,9716	0,9762	0,9737	0,979	0,9773	0,9803	0,9793
SSR	0,1925	0,2905	0,2305	0,2544	0,2035	0,2063	0,1794	0,2119
S.E.Regressão	0,1064	0,127	0,1165	0,1223	0,1094	0,1136	0,1059	0,1085
F Statistic	217,6842	189,4032	181,1812	163,8769	205,7651	159,0857	183,3477	261,3215

Valores de t-Student em itálico

Nestes modelos surge, de novo, como principais elementos justificativos da procura do Reino Unido, as variáveis macroeconómicas taxa de câmbio e taxa de inflação.

Os melhores modelos com os **preços ponderados** utilizando-se o seu **índice de crescimento** e a correspondente **ponderação do câmbio** são os seguintes:

$$\log \text{TUR} = 9,300217 + 1,008142 \log \text{CAM} + 1,423607 \log \text{CNEF} - 0,505031 \text{DU} - 2,043001 \log \text{INF} - 1,370882 \log \text{TER}$$

$$\log \text{TUR} = 1,673504 + 1,29251 \log \text{CAM} + 0,517838 \log \text{CNEF1} - 0,347107 \text{DU} - 0,96808 \log \text{INF} - 0,419532 \log \text{PER} + 0,324062 \log \text{TUR1}$$

Em ambos os modelos, a taxa de câmbio e a taxa de inflação assumem-se como as principais variáveis que explicam a procura do Reino Unido, explicando a segunda equação cerca de 98% dessa procura. No primeiro modelo merece igualmente destaque o consumo não essencial das famílias e no segundo modelo a mesma variável mas diferida de um período.

As equações obtidas com os **preços cruzados** (respectivamente com o **índice de crescimento** e a **ponderação do câmbio**), são:

$$\log \text{TUR} = -137,56 - 0,561627 \log \text{ALO} + 0,874394 \log \text{CAM} - 0,319454 \log \text{PER} + 0,359841 \log \text{TUR1} + 0,07142 \text{TIME}$$

$$\log \text{TUR} = -174,5971 - 0,698638 \log \text{ALO} - 0,340027 \text{DU} + 0,254564 \log \text{TUR1} + 0,092109 \text{TIME}$$

O preço do alojamento em Espanha parece afectar significativamente a procura pelo nosso território.

Na primeira equação, uma redução de um por cento do preço do alojamento, em Espanha, tem como resultado uma diminuição de 0,56 na procura de turistas do Reino Unido em Portugal e de 0,7 na segunda expressão.

Fazendo uma análise global a todos os modelos poder-se-á inferir que o custo da viagem, quer por via aérea, quer por via terrestre, não têm grande relevo para a determinação da procura proveniente do Reino Unido.

Em contrapartida, variáveis ligadas à actividade económica tais como as taxas de câmbio e de inflação condicionam fortemente a evolução da procura.

Assumem também alguma importância, os custos da permanência e do alojamento, expressos quer em termos absolutos, quer em termos comparados com os de Espanha.

4.3.7 - Resultados apurados para a procura com origem nos Estados Unidos da América

No Anexo 8 deste trabalho estão compilados os dados mais detalhados das estimativas desenvolvidas para os Estados Unidos da América, apresentando-se os principais valores recolhidos no quadro da página seguinte.

As melhores estimativas encontradas com os **preços em Portugal**, são indicadas em baixo, correspondendo, por ordem, ao **índice de crescimento** e à **ponderação do câmbio**:

$$\log \text{TUR} = 8,527181 - 0,58754 \log \text{ALO} + 1,35348 \log \text{CNEF1} - 0,442174 \text{DU} - 1,552496 \log \text{INF} - 0,472419 \log \text{PER} + 0,383191 \log \text{TUR1}$$

$$\log \text{TUR} = 2,552403 - 0,193577 \log \text{ALO} - 0,589042 \text{DU} + 0,650406 \log \text{TUR1}$$

Parece que as variáveis de custo como o alojamento e a permanência são condicionantes da procura, mas a taxa de inflação e o consumo não essencial das famílias têm um impacte superior, embora só apareçam definidas na primeira equação.

Como já foi referido anteriormente, os índices de correlação corrigidos para os E.U.A. atingem cerca de 80%, na melhor das hipóteses, e isso tem a ver com as características que assume, para os turistas americanos, os destinos Portugal/Espanha, que são vistos como locais de luxo, dado que dispõem de um destino substituto, territorialmente próximo: o México.

Considerando os **preços relativos** obtêm-se as seguintes expressões com o **índice de crescimento** e a **ponderação do câmbio**:

$$\log \text{TUR} = 5,001884 - 0,189702 \log \text{ALO} - 0,41505 \text{DU} - 0,243316 \log \text{INF} + 0,348505 \log \text{TUR1}$$

$$\log \text{TUR} = 143,1109 - 0,553759 \log \text{ALO} + 0,453504 \log \text{CAM} - 0,513538 \text{DU} + 0,441699 \log \text{TUR1} - 0,070951 \text{TIME}$$

Melhores modelos estimados da procura com origem nos Estados Unidos da América
Destino: Portugal

V.Explicativas	I.C.				I.C.P.C.			
	P.Absol.	P.Rel.	P.Pond.	P.Cruz.	P.Absol.	P.Rel.	P.Pond.	P.Cruz.
Constante	8,527181 <i>3,816</i>	5,001884 <i>3,231</i>	59,29956 <i>2,531</i>	3,138912 <i>3,208</i>	2,552403 <i>3,251</i>	143,1109 <i>2,992</i>	18,38916 <i>7,18</i>	37,92159 <i>2,325</i>
AER								
ALO	-0,58754 <i>-1,791</i>	-0,189702 <i>-2,153</i>		-0,665817 <i>-2,934</i>	-0,193577 <i>-2,014</i>	-0,553759 <i>-2,955</i>		
CAM						0,453504 <i>2,328</i>	1,205695 <i>2,259</i>	
CNEF				0,46817 <i>2,131</i>			1,100099 <i>3,436</i>	
CNEF1	1,35348 <i>2,228</i>							
DU (=1/1974 a 1976)					-0,589042 <i>-5,243</i>	-0,513538 <i>-4,188</i>		-0,536175 <i>-4,207</i>
DU (=1/1974 a 1979)	-0,442174 <i>-3,238</i>	-0,41505 <i>-2,731</i>	-0,291949 <i>-2,077</i>	-0,357507 <i>-2,812</i>			-0,241336 <i>-1,732</i>	
INF	-1,552496 <i>-1,897</i>	-0,243316 <i>-1,579</i>					-2,112449 <i>-2,436</i>	
IPCC								
PPC							1,504094 <i>2,409</i>	
PER	-0,472419 <i>-1,849</i>		-0,479595 <i>-2,611</i>				-4,565061 <i>-5,761</i>	-0,270539 <i>-1,832</i>
TUR1	0,383191 <i>2,811</i>	0,348505 <i>2,11</i>	0,472528 <i>3,446</i>	0,458947 <i>3,385</i>	0,650406 <i>6,55</i>	0,441699 <i>3,588</i>		0,676202 <i>7,178</i>
TIME			-0,027738 <i>-2,429</i>			-0,070951 <i>-2,939</i>		-0,017823 <i>-2,238</i>
DW	2,202699	1,851728	1,750709	1,798613	2,39454	2,226707	1,975939	2,357983
R ²	0,8237	0,727	0,7439	0,7676	0,8224	0,8706	0,8867	0,8335
R ² Ajustado	0,7576	0,6663	0,687	0,716	0,7944	0,8326	0,8442	0,7964
SSR	0,5977	0,9255	0,8682	0,7877	0,6019	0,4386	0,3842	0,5645
S.E.Regressão	0,1933	0,2268	0,2196	0,2092	0,178	0,1606	0,155	0,1771
F Statistic	12,45698	11,98084	13,06908	14,86372	29,33133	22,87656	20,86021	22,51986

Valores de t-Student em itálico

Em ambas as equações a diferença de preços, no custo do alojamento, entre Portugal e Espanha, parece determinar a maior ou menor procura de americanos por Portugal.

Na segunda equação, que tem um R^2 ajustado superior, a taxa de câmbio também revela condicionar a procura.

Com os **preços ponderados**, as equações encontradas para a hipótese do **índice de crescimento** e da **ponderação do câmbio** são:

$$\log \text{TUR} = 59,29956 - 0,291949 \text{ DU} - 0,479595 \log \text{PER} + 0,472528 \log \text{TUR1} - 0,027738 \text{ TIME}$$

$$\log \text{TUR} = 18,38916 + 1,205695 \log \text{CAM} + 1,100099 \log \text{CNEF} - 0,241336 \text{ DU} - 2,112449 \log \text{INF} + 1,504094 \log \text{PPC} + 4,565061 \log \text{PER}$$

A segunda equação permitiu encontrar um R^2 ajustado muito superior (cerca de 84%), pelo que podemos afirmar que alterações positivas de um por cento na taxa de câmbio ou no consumo não essencial das famílias ou na taxa de inflação ou na paridade do poder de compra, têm como consequência, nos dois primeiros casos, um crescimento da procura de 1,2% e 1,1%, respectivamente, e no segundo caso, uma contracção da procura em 2,1% e 1,5%.

Dado que existe uma relação próxima entre taxa de inflação, paridade do poder de compra e taxa de câmbio, podemos afirmar que, à semelhança do que ocorre com os fluxos comerciais, quanto mais favorável for a relação destas variáveis entre os E.U.A e Portugal, maior será a atracção pelo destino Portugal para os turistas americanos. Isto significa simultaneamente que quando uma daquelas três variáveis observa alterações, as demais também ficam com valores diferentes, logo o efeito na função procura americana resulta da conjugação de todos esses efeitos.

As estimativas com os **preços cruzados** apresentam a seguinte configuração, respectivamente, com o **índice de crescimento** e a **ponderação do câmbio**:

$$\log \text{TUR} = 3,138912 - 0,665817 \log \text{ALO} + 0,46817 \log \text{CNEF} - 0,357507 \text{DU} + 0,458947 \log \text{TUR1}$$

$$\log \text{TUR} = 37,92159 - 0,536175 \text{DU} - 0,270539 \log \text{PER} + 0,676202 \log \text{TUR1} - 0,017823 \text{TIME}$$

Decréscimos no valor do custo do alojamento ou da permanência em Espanha parecem determinar uma redução na procura do destino Portugal por parte dos turistas americanos.

Olhando globalmente para todos os modelos encontrados para a procura com origem nos E.U.A. poderemos afirmar que as principais variáveis têm a ver com o custo associado à estada: custo do alojamento e da permanência e com os agregados macroeconómicos taxa de câmbio e taxa de inflação, que determinam a sua capacidade financeira no local de destino.

Por outro lado, o custo da viagem aérea não parece ser determinante para a evolução do fluxo de turistas americanos, enquanto que a procura turística do ano anterior assume em quase todas as estimativas alguma importância como condicionante da procura do ano seguinte.

Será talvez de referir que em todas as estimativas desenvolvidas para os E.U.A. foram encontrados valores substancialmente mais baixos, para a estatística F-Snedecor, do que para os demais países, o que indica que estas equações não são tão significativas, embora o teste ultrapasse sempre o valor definido na tabela para os respectivos graus de liberdade.

4.4 - Conclusões

Tendo presente que o objectivo deste trabalho é concluir se a taxa de câmbio determina ou não a procura turística externa, face às estimativas encontradas parece não residirem dúvidas da sua inquestionável importância como factor explicativo.

Com base na análise já anteriormente efectuada, podemos afirmar que, embora esta variável seja de grande relevância, o seu grau afigura-se diferenciado.

De facto, o Reino Unido surge como o país que indicia maior sensibilidade a alterações na taxa de câmbio. Efectivamente, dos oito melhores modelos estimados para aquele país, sete das estimativas revelaram ser a taxa de câmbio uma variável explicativa de relevo.

Há depois outros países como sejam a Espanha, a Alemanha, a Holanda e a Itália, onde a cotação do câmbio determina o volume de turistas entrados no nosso país, embora a mesma apareça num menor número de equações.

A um outro nível poder-se-á indicar a importância da taxa de câmbio para a procura proveniente da França e dos E.U.A., em que a variável surge num número diminuto de equações.

A justificação para esta situação poderá ter a ver, no caso da França, com o facto de Portugal constituir um prolongamento do turismo praticado em Espanha, pelo que a taxa de câmbio não será uma das variáveis primordiais para determinar a procura pelo território nacional.

No caso dos Estados Unidos da América, embora a taxa de câmbio seja importante, como Portugal e Espanha concorrem com outros destinos turísticos mais económicos para os turistas americanos, ela surge como factor de segunda ordem de grandeza na estimulação dos fluxos turísticos para Portugal.

Estas conclusões assumem um destaque superior se atender-se que os turistas oriundos do Reino Unido representam actualmente (dados de 1993) cerca de 14,5% da procura externa total e 33,2% das dormidas de estrangeiros em Portugal. Neste sentido será, com certeza, de ter em consideração os efeitos sobre a procura quando os operadores negociam os preços dos “packages” e quando se tomam opções governamentais de alterar a taxa de câmbio.

Tal facto assume ainda uma importância acrescida se considerarmos que a procura dos países identificados no primeiro e segundo nível representam 79,5% da procura global, do destino Portugal.

Paralelamente, dos modelos desenvolvidos também se constatou que, para a grande maioria dos países em estudo, o custo de transporte não é determinante para a escolha do destino Portugal.

Os modelos fizeram ainda destacar que a situação económica do país de origem e do país de destino são igualmente importantes. Para o país de origem, a situação económica é avaliada pelo consumo não essencial das famílias e no país de destino pela taxa de inflação e paridade do poder de compra, para além da já citada taxa de câmbio.

Da análise efectuada constata-se que os custos com o alojamento e a permanência também assumem alguma importância, mas tendo, regra geral, nas funções de procura, um impacto inferior às variáveis referidas anteriormente.

A procura turística do ano anterior é bastante importante como determinante da procura proveniente de todos os países, sendo uma das variáveis explicativas em quase todos os modelos estimados.

5 - Conclusões Gerais

Ao longo deste trabalho procurou-se averiguar de que forma se articulam dois mecanismos da economia: a formação da taxa de câmbio e os fluxos de procura turística, cuja evolução é distinta, mas que importava identificar relações e comportamentos.

À semelhança do que ficou explicado na primeira parte do trabalho, o câmbio tem implicações directas em todos os sectores da actividade económica, dado que os países estabelecem entre si relações de trocas comerciais. A valorização ou desvalorização de uma moeda contribui para influenciar uma maior compra (importações) ou venda (exportações) de bens e serviços.

Dado que ao longo do tempo a taxa de câmbio tem-se comportado de forma diferenciada, cada vez um número superior de especialistas dedica-se ao estudo e compreensão dos mecanismos que a afectam.

Embora a atenção dispensada a esta variável económica seja muito actual, ela constitui um factor de importância tanto para a estabilidade da economia dos países, como para a garantia da permanência no mercado das empresas que mantêm relações comerciais com o exterior, num contexto de acentuada concorrência.

Como foi analisado ao longo deste trabalho a taxa de câmbio tem efeitos significativos em toda a actividade económica de um país, com reflexos muito directos ao nível do saldo com as contas com o exterior que acabam por se traduzir em alterações na Balança de Pagamentos.

Dado que o turismo é composto por um conjunto de serviços a oferecer a uma procura externa parecia evidente que a cotação do câmbio influenciasse de forma mais ou menos directa o volume dessa dita procura.

O interesse de averiguar até que ponto a taxa de câmbio tem capacidade para condicionar a procura turística externa tem a ver com a relevância que o sector do turismo tem vindo a assumir para a grande maioria das economias mundiais na última década.

Não fugindo a esse exemplo Portugal observou a partir de 1980 um crescimento acentuado daquele sector, que se tem traduzido num factor dinamizador de toda a actividade económica, tanto dos ramos que lhe estão directamente ligados como dos demais que de forma indirecta tem contacto com o sector, através do seu efeito multiplicador.

Como ficou explicado, o turismo permite obter actualmente um volume de receitas que possibilita melhorar significativamente o saldo nacional da Balança de Pagamentos, chegando mesmo a compensar o défice da Balança Comercial. Em simultâneo garante emprego a 5% da população activa em época alta, representa cerca de 8% do P.I.B. nacional, admitindo uma relação multisectorial e é o país da Comunidade cujo rácio receitas turísticas sobre o P.I.B. apresenta valores superiores.

Atendendo ao destaque económico que a taxa de câmbio e o sector do turismo têm para a economia portuguesa importava avaliar de que forma estas duas componentes se comportavam e interligavam, através da detecção das variáveis que determinaram a evolução da procura turística externa por Portugal.

Neste entendimento, ao longo de toda a exposição o objectivo central foi o de tentar averiguar e analisar a relação existente entre a procura turística e a evolução da cotação cambial.

Partindo de modelos já anteriormente desenvolvidos para outros países e até mesmo para Portugal, procedeu-se à estimação de um conjunto de modelos econométricos, agrupados por países de origem de turistas, com vista à detecção das variáveis que têm condicionado a evolução da procura de cada um deles, dentro das quais se insere a taxa de câmbio.

Dado que o modelo óptimo que explique todo o comportamento da procura externa não existe, efectuou-se uma análise admitindo várias hipóteses de partida, a fim de se poder dispor de um leque de possibilidades que orientem mais fielmente as conclusões a retirar.

Tendo por base a metodologia apresentada e os modelos econométricos estimados, para cada um dos sete países em estudo, pode-se concluir que, de facto, a taxa de câmbio é uma variável que condiciona fortemente o crescimento da procura externa.

Com base nos modelos encontrados concluiu-se igualmente que a taxa de câmbio apresenta três níveis graduais de importância, conforme o país em apreço.

A um primeiro nível identificámos o Reino Unido, a um segundo nível, a Espanha, a Itália, a Alemanha e a Holanda e, por último, a França e os E.U.A.

Em termos gerais, poder-se-á dizer que a taxa de câmbio é relevante para a procura global externa, pelo que os agentes macroeconómicos devem tê-la em atenção a fim de minimizar efeitos sobre a procura, o que se traduziria em consequências nefastas directas para a actividade turística e, muito particularmente para as receitas turísticas a contabilizar.

Para além das medidas governamentais adoptadas ao nível da taxa de câmbio para incentivar o comércio internacional, as opções devem igualmente atender aos efeitos que as mesmas poderão causar na procura turística externa, dado que se trata de um sector económico que garante um volume significativo de postos de trabalho e atrai para o país receitas substanciais, cuja ausência implicaria agravamento do saldo da Balança de Pagamentos nacional.

Esta preocupação não se deverá centrar apenas ao nível das autoridades governamentais, mas também e, muito em especial, ao nível dos operadores turísticos, dado que ao negociarem o produto turístico a um determinado preço, com uma determinada antecedência, têm a antevisão de qual será a evolução previsível da taxa de câmbio. Se o preço dos “packages” praticados forem

excessivos, isso traduzir-se-á num afastamento da procura do território português para outros destinos concorrentes.

Estas conclusões parecem indicar que o próprio país que recebe os turistas também deveria ter uma palavra a dizer aquando da formação dos preços dos “packages” turísticos e não ficar totalmente dependente dos “jogos” de interesse que os operadores turísticos, a maioria localizados no estrangeiro, praticam.

Não se quer com isto afirmar que não devam existir as regras de funcionamento do mercado, mas tão somente que o sector do turismo não deveria ser tão vulnerável a opções tomadas por agentes exteriores ao país.

Julga-se que nesta área as entidades governamentais ainda terão algum trabalho a desenvolver, dado que se o sector do turismo é estratégico para a economia portuguesa, o país deveria controlar a qualidade da procura que pretende, bem como a sua quantidade, sem ficar totalmente subjugado pelas tendências internacionais de maior ou menor âmbito conjuntural.

Deve-se ainda acrescentar que todo o levantamento estatístico das variáveis e estimativas efectuadas teve o objectivo de ser o mais exaustivo e objectivo possível, mas é evidente que um trabalho desta natureza confronta-se sempre com restrições que determinam certas opções, deixando de lado alguns aspectos importantes.

No entanto pensa-se que o trabalho dará um contributo a quem quiser continuar a investigar as questões ligadas à evolução da procura turística e sua relação com o mercado cambial.

Nesse sentido, deixam-se ficar algumas sugestões para um aprofundamento destes trabalhos e que, correspondem, um pouco aos aspectos que o estudo não conseguiu cobrir:

- Reestimação dos modelos pelo método Cochare Orcutt, sempre que a presença de problemas de autocorrelação o justifique;
- Averiguar a importância da publicidade como instrumento que condiciona a procura externa;
- Inventariar e introduzir nos modelos variáveis de natureza qualitativa tais como gostos, preferências dos turistas, entre outros;
- Constituição de indicadores de competitividade que permitam comparar a procura entre destinos alternativos;
- Quantificação e estimação de funções procura de “packages” e sua relação com os modelos de procura turística global;
- Pormenorizar a análise efectuada para uma ou várias regiões do país, constituindo-se indicadores específicos regionais quando os agregados existentes são tratados a nível nacional;
- Averiguar o grau de complementaridade existente entre os destinos assumidos como concorrentes, neste trabalho: Portugal e Espanha;
- Quantificar a sensibilidade da procura com taxas de câmbio relativas face a outros destinos concorrentes.

Bibliografia :

- ADAMS, F. Gerard, GANGNES, Byron e SHISHIDO, Shuntaro, *Economic Activity, Trade, and Industry in the U.S. - Japan - World Economy, A Macro Model Study of Economic Interactions*, Praeger, London, 1993
- ALLAWAY, Arthur W., BLACK, William C. e MASON, J. Barry, "Marketing strategies and the business cycle", *Journal of General Management*, Vol.13, nº3, Spring 1988
- ARCHER, Brian H., "Forecasting demand - quantitative and intuitive techniques", *International Journal of Tourism Management*, Vol.1, nº1: 5-12, March 1980
- BAPTISTA, Mário, *O Turismo na Economia - Uma abordagem técnica, económica, social e cultural*, I.N.F.T. - Maio 1990
- BULL, Adrian, *The Economics of Travel and tourism*, Wiley Halsted Press, 1991
- BYÉ, Maurice e BERNIS, G. Destanne, *Relation Économiques Internationales*, Quatrième Edition, Précis Dalloz, Paris, 1977
- CABRAL, Luis e MELLO, António S., *Exchange rate expectations in international oligopoly*, Banco de Portugal, Research and Statistics Department, Março 1993
- CHACHOLIADES, Miltiades, *Economia Internacional*, McGraw-Hill, Colombia, 1982
- CHACHOLIADES, Miltiades, *Internacional Economics*, McGraw-Hill, 1990

- CHADEE, D. e MIECZKOWSKI, Z., "*An Empirical Analysis of the Effects of the Exchange Rate on Canadian Tourism*", *Journal of Travel Research*, University of Colorado, Volume XXVI, nº1, Summer 1987
- CHINN, Menzie, "*A Tale of Two Markets Integration and the Determination of Exchange Rates*", *The AMEX Bank Review*, Oxford University Press, 1989
- CORDEN, W.M., *Inflation, Exchange Rates and the World Economy, Lectures on International Monetary economics*, 3ª Edição, Clarendon Press - Oxford, 1985
- CROUCH, Geoffrey I., "*Effects of Income and Price on International Turism*", *Annals of Tourism Research*, Vol.19, 1992
- CROUCH, Geoffrey I., "*The study of international tourism demand: a survey of practice*", *Journal of Travel Research*, Vol.XXXII, nº4, Spring 1994
- CROUCH, Geoffrey I., "*The study of international tourism demand: a review of findings*", *Journal of Travel Research*, nº1, Summer 1994
- De GRAUWE, Paul and PEETERS, Theo, *Exchange rates in multicountry econometric models*, 1ª Edição, The MacMillan Press, 1983
- Direcção Geral de Turismo, Comissão de Coordenação da Região do Algarve, Região de Turismo do Algarve, *Plano Regional de Turismo do Algarve*, 1994
- Direcció General D'Economia, *El gasto turístico 1990*, Conselleria de Turisme - Conselleria d'Economia i Hisenda, 1991

- EDWARDS, Anthony, "*Choosing Holiday Destinations, The Impact of Exchange Rates and Inflation*", E.I.U., Travel & Tourism Report nº5, 1987
- ELLSWORTH, P.T., *Economia Internacional*, Editora Atlas S.A., 4ª edição, Brasil, 1978
- Eviews User's Guide - *Econometric Views, Micro TSP for Windows and the Macintosh*, Quantitative Micro Software, Version 1.0, California, 1994
- International Monetary Fund, "*Exchange rate volatility and world trade*", Occasional Paper 28, July 1984
- KINDLEBERGER, Charles P., *Economia Internacional*, Editora Mestre Jou, São Paulo, 3ª edição, 1974
- KRUGMAN, Paul R., *Exchange-rate Instability*, The MIT Press, 1989
- KRUGMAN, Paul R. and OBSTFELD, Maurice, *International Economics, Theory and Policy*, 2ª edition, Harper Collins Publishers, 1991
- LINDERT, Peter H., *Economie Internationale*, 8ª edition, Económica, 1989
- MANZUR, Meher, *Exchange Rates, Prices and World Trade, New methods, evidence and implications*, Routledge, London and New York, 1993
- MARTIN, C.A. and WITT, S.F., "*Tourism demand forecasting models: choice of appropriate variable to represent tourists' cost of living*", Tourism Management, vol.8, nº3: 233-46, September 1987
- MARTIN, C.A. and WITT, S.F., "*Substitute prices in models of tourism demand*", Annals of Tourism Research, vol.15, nº2: 255-68, 1988

- MEDEIROS, Eduardo Raposo, *Economia Internacional*, 3ª Edição, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 1992
- ORTOLANI, Massimo, "*Analisi econométrica sui turisti stranieri in Itália*", Política del Turismo, Ottobre - Dicembre 1987, Anno IV nº4, Venezia
- PINA, Joaquim Pires, *Exchange rate risks in the EMS after the widening of the bands in August 1993*, Banco de Portugal, Research and Statistics Department, May 1994
- SACHS, Jeffrey D., LARRAIN, Felipe, *Macroeconomics in the global economy*, Harvester Wheatsheaf, 1993
- Secretaria General de Turismo, Libro Blanco del Turismo Español, 1990
- SILVA, J. Albino, *O Turismo em Portugal, Uma análise de integração micro-macroeconómica*, Tese de Doutoramento - I.S.E.G., 1991
- SODERSTEN, Bo, *Economia Internacional*, Editora Interciência, 1979
- STEWART, Jon, *Econometrics*, 1991
- WHITE, Kenneth J., "*An international travel demand model: US travel to Western Europe*", Annals of Tourism Research-A Social Sciences Journal, Pergamon Press, Vol.12, nº4, 1985
- WITT, Stephen F. e MARTIN, Christine A., "*Demand forecasting in tourism and recreation*", Progress in Tourism, Recreation and Hospitality Management, Vol.1, Ed. C.P.Cooper, Salhaven Press, 1989
- WITT, Stephen F. and MARTIN, Christine A., "*Econometric Models for Forecasting International Tourism Demand*", Journal of Travel Research, Travel and Tourism Association, Volume XXV, Number 3, Winter 1987

WITT, Stephen F. and WITT, Christine A. Martin, *Modeling and Forecasting Demand in Tourism*, Academic Press, 1992

